



Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

COMO AUMENTAR A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL

TESE DE MESTRADO

(A tese foi defendida no dia 1 de Julho de 2005 perante um júri, no ISCTE , presidido pelo Prof. Paquete de Oliveira, tendo obtido a classificação de “Muito Bom” por unanimidade)

EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA DA ROSA

Lisboa

INDICE

I - JUSTIFICAÇÃO DESTE TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO.....	5
II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
1- A FORMA COMO AS DIFERENTES TEORIAS DE COMUNICAÇÃO TRATARAM OS EFEITOS DA COMUNICAÇÃO	7
2- A IMPORTÂNCIA DOS ENSINAMENTOS DAS DIFERENTES TEORIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO A REALIZAR.....	18
III - CARACTERISTICAS E TEMAS CHAVE DO DISCURSO SINDICAL DA CGTP-IN	21
1-OS PRINCIPAIS TEMAS DO DISCURSO SINDICAL DA CGTP-IN NO 1º DE MAIO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1996-2004.....	22
2- AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA CGTP-IN NO 1º DE MAIO.....	36
IV- O OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO, A DELIMITAÇÃO DO TEMA DE INVESTIGAÇÃO, A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS	43
1- OS DIFERENTES DESTINATÁRIOS DA MENSAGEM SINDICAL E OS QUE SERÃO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO.....	43
2- A DELIMITAÇÃO DO TEMA DE INVESTIGAÇÃO.....	44
3 - A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR	45
4-A METODOLOGIA UTILIZADA, AS VARIÁVEIS E OS INSTRUMENTOS USADOS NA INVESTIGAÇÃO	46
A) Inquérito por questionário a membros de uma comunidade virtual	49
B) Inquérito por questionário a jornalista de uma comunidade virtual	50
C) Inquérito por entrevista a quadros de diferentes níveis de estruturas de trabalhadores.....	51
V- OS GRUPOS QUE DOMINAM OS PRINCIPAIS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL E COMO PODEM CONDICIONAR A INFORMAÇÃO.....	53
VI- OS EFEITOS DAS MENSAGENS DOS DIFERENTES PARCEIROS SOCIAIS, DESIGNADA- MENTE DA CGTT, SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO..	59
1- OS EFEITOS DAS MENSAGENS DO DIFERENTES INTERVENIENTES (o que foi e como foi divulgado) SOBRE OS PRINCIPAIS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ESCRITA.....	59
2- OS EFEITOS (o que foi e como foi divulgado) SOBRE OS PRINCIPAIS CANAIS DE TELEVISÃO.....	85
3- CARACTERÍSTICAS DA MENSAGEM DIFUNDIR PELA IMPRENSA SINDICAL SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO.....	109
VII - OS EFEITOS DA MENSAGEM SINDICAL DA CGTPIN SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO NOS RESTANTES DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS.....	111
1- INVESTIGAÇÃO REALIZADA E OS RESULTADOS OBTIDOS COM BASE NUM INQUÉRITO ENVIADO A UMA AMOSTRA DE DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS DE UMA COMUNIDADE VIRTUAL	113
A) Características da comunidade virtual inquirida.....	113
B) Número de respostas aos inquéritos enviados por correio electrónico.....	114
C) Composição e características da amostra da população “estruturas sindicais e destinatários diversos” que respondeu ao inquérito.....	115
D) Matérias do Projecto do Código do Trabalho divulgadas que foram retidas pelos membros da amostra analisada que responderam ao inquérito.....	116
E) Opinião que têm os inquiridos sobre o Projecto do Código do Trabalho.....	119
F) Fontes de informação sobre o Projecto do Código do Trabalho que os inquiridos consideraram MAIS e MENOS importantes	121
G) Como foi utilizada pelos inquiridos a informação obtida sobre o Projecto do Código do Trabalho ..	122
H) Que informação sobre o Código do Trabalho está neste momento interessado em obter	123
2- O INQUÉRITO A JORNALISTAS.....	124
3- ENTREVISTAS A DIRIGENTES SINDICAIS.....	126
VIII - CONCLUSÕES FINAIS E DOZE PROPOSTAS PARA REFLEXÃO VISANDO AUMENTAR A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL.....	129
O DIAGRAMA EM “ V ” DA INVESTIGAÇÃO.....	137
BIBLIOGRAFIA	138

I – JUSTIFICAÇÃO DESTE TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

A comunicação sindical escrita ou falada tem uma multiplicidade de destinatários (quadros sindicais, órgãos de comunicação social, trabalhadores sindicalizados, trabalhadores não sindicalizados, opinião pública em geral, etc.).

Apesar de se viver num mundo em que a comunicação domina e em que ela representa também poder, para quem esteja minimamente familiarizado com a problemática da comunicação sindical, o que surpreende e chama logo a atenção é que, por um lado, a investigação sobre a comunicação sindical é reduzida, para não dizer praticamente inexistente, e, por outro lado, a comunicação sindical não se orienta por critérios científicos subestimando diferenças importantes que existem entre os diferentes destinatários dessa comunicação, não estudando os efeitos em cada um deles para assim poder corrigir eventuais deficiências ou erros.

Como esta reduzida investigação e mesmo reflexão tanto se observa a nível académico como no seio das próprias organizações sindicais, desconhece-se se a eventual falta de eficácia que ela possa ter, por exemplo, a nível dos órgãos de comunicação social resulta ou de uma eventual deficiência da própria mensagem sindical, ou desse meio não ser o mais adequado para a divulgação da mensagem sindical, ou ainda de uma orientação deliberada existente a nível da maioria dos media portugueses, dominados pelo poder económico, político e mesmo religioso, que determina que a mensagem sindical seja muitas vezes filtrada, distorcida ou silenciada mesmo em relação a questões de interesse nacional.

É certo que a mensagem sindical não é divulgada apenas através dos órgãos de comunicação social. O seu veículo preferencial devia ser a imprensa sindical no seu sentido mais amplo (jornais sindicais, comunicados sindicais, cartazes sindicais, etc.) bem como através da fala dos dirigentes e activistas sindicais directamente junto dos trabalhadores.

No entanto, devido à ausência de quaisquer estudos realizados também nesta área desconhece-se se a mensagem transmitida é a que mais se adequa aos diferentes públicos que se destina e quais são os seus efeitos.

Em resumo, existe um conjunto de áreas fundamentais ainda não estudadas cuja investigação seria, a nosso ver, crucial para aumentar a eficácia da comunicação sindical.

Neste trabalho, apenas nos propomos estudar uma dessas áreas a delimitar com precisão mais à frente.

É nossa convicção que face ao estágio da investigação existente neste campo em Portugal este estudo poderá representar um contributo para o acréscimo do saber científico no campo da comunicação sindical, podendo também ser um estímulo para que outros aprofundem a investigação na área que nos propomos realizar e a alarguem a outras áreas fundamentais para o fortalecimento e consolidação das organizações sindicais cada vez mais necessárias para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores num mundo cada vez mais globalizado, desregulamentado e inseguro.

Para além de tudo isto, este estudo tem também um outro objectivo muito concreto: o de dar um contributo para a reflexão e para o debate sobre a comunicação no seio das próprias organizações sindicais.

II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O estudo dos efeitos, que é o objectivo da investigação que nos propomos realizar, tem sido sempre a questão central das diversas teorias da comunicação ao longo dos anos, e é também um dos problemas mais complexos e difíceis da comunicação.

Conhecer a forma como esta questão central foi ou é tratada pelas diversas teorias é importante para este trabalho por duas razões. Em primeiro lugar, para que na sua realização se tenha sempre presente os principais ensinamentos das diversas teorias o que contribuirá certamente para reduzir a margem de erro que eventualmente possa existir nas suas conclusões. Em segundo lugar, para que não se esqueça os limites dessas mesmas conclusões.

Dada esta explicação para justificar o resumo teórico que seguidamente se apresenta, interessa ainda referir o método utilizado. Ele foi essencialmente o seguinte : - Das sucessivas teorias seleccionou-se apenas os aspectos que se consideraram importantes para a investigação a realizar, intercalando-os com comentários ajustados às preocupações da investigação que procuram contextualizar e justificar a selecção feita.

1- A FORMA COMO AS DIFERENTES TEORIAS DE COMUNICAÇÃO TRATARAM OS EFEITOS DA COMUNICAÇÃO

Em relação à investigação que nos propomos realizar, as interrogações de natureza teórica são muitas, das quais destacamos as que a seguir se apresentam, que serviram para orientar a pesquisa teórica :- Será que os destinatários, desde que sejam atingidos pela mensagem, reagem automaticamente e da forma como o emissor dessa mensagem previa e desejava? Ou será que a interpretação e a retenção da mensagem depende das competências interpretativas do receptor dessa mensagem, ou seja, dos conhecimentos que acumulou ao longo da vida? Ou será que essa interpretação é feita de acordo com os interesses do receptor seleccionando este da mensagem fundamentalmente aquilo que confirma a sua posição sobre o assunto, estando fechado às outras partes da mensagem ou mesmo à totalidade da mensagem? Ou será que a aceitação da mensagem é determinada pelo conteúdo pedagógico da mesma, ou então pelo suporte utilizado para a sua difusão da mesma ou ainda pela credibilidade que o emissor goza junto dos receptores dessa mesma mensagem? Ou ainda que a recepção da mensagem é fortemente condicionada pelo grupo a que pertence o receptor, o qual é determinante quer na interpretação/descodificação da mensagem quer naquilo que é retido dela pelo receptor? Ou será que a reacção à mensagem não é imediata, sendo a reacção de quem recebe a mensagem condicionada por um processo cumulativo de sucessivas mensagens, sendo reduzido o efeito produzido por cada uma delas? Ou ainda que não existe um efeito imediato e directo, mas sim um efeito indirecto e a longo prazo resultante da difusão de informações e de conhecimentos pelos media, difusão essa que depois se vai reflectir na percepção do receptor?

Interrogações como estas podiam-se multiplicar, mas as apresentadas parecem já ser suficientes para orientar a pesquisa teórica naquilo que consideramos de interesse para a investigação a realizar, ou seja, saber como as diferentes teorias de comunicação responderam a estas questões

A primeira teoria que interessa referir, não porque contribua muito para clarificar as questões postas, mas fundamentalmente para prevenir contra conclusões fáceis e atractivas, é a **TEORIA HIPODÉRMICA** que considerava os destinatários da comunicação como meros “átomos isolados” e que bastaria que fossem atingidos pela mensagem para “obter o êxito que antecipadamente se estabeleceu”; ou, dito de outra forma, defendia a “instantaneidade e a inevitabilidade dos efeitos”, não sendo estudados estes últimos porque são “dados como certos”; portanto verificar-se-ia “uma relação directa e imediata entre a exposição às mensagens e o

comportamento, portanto se uma pessoa é apanhada pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, e levada a agir¹ de acordo com os objectivos que o emissor da mensagem tinha estabelecido.

Esta teoria reduz a comunicação a uma simples relação “Estimulo => resposta”, e na esteira da psicologia behaviorista ignora ou põe de lado os aspectos associados às competências interpretativas individuais, bem como o conteúdo da mensagem e as relações sociais a que o receptor da mensagem está ligado, e que acabam por condicionar a forma como quem recebe interpreta e reage à mensagem recebida.

Apesar das suas evidentes limitações, nomeadamente o seu carácter marcadamente histórico – o seu período áureo foi aquele em que dominavam na Europa sistemas totalitários (Alemanha, Itália, Espanha, Portugal) - a teoria hipodérmica tem, a nosso ver, a virtude de chamar a atenção para alguns aspectos importantes da comunicação sindical, nomeadamente que os destinatários últimos da mensagem sindical são também indivíduos isolados sendo importante que a mensagem sindical os atinja, e se os atingir de uma forma adequada certamente provocará uma resposta que, no entanto, não se poderá estar certo que seja a inicialmente prevista ou desejada pelo emissor dessa mensagem.

O MODELO DE LASSWELL representou um passo em frente na medida em que chama a atenção para a necessidade de não tomar nada como certo e adquirido, mas de estudar com profundidade “QUEM” emite a mensagem, o que obriga a um estudo cuidadoso do emissor da mensagem; o “QUE DIZ”, ou seja, a analisar profundamente o conteúdo da mensagem; “QUE CANAL”, o que obriga a um estudo atento do suporte que é utilizado pois têm características que os diferenciam uns dos outros, e, finalmente, “COM QUE EFEITO”, o que acarreta a necessidade de estudar com profundidade os públicos a que se destina essa mensagem bem como os efeitos da mensagem em cada um deles.

O modelo de análise de Lasswell é muito mais abrangente, mas continua a valorizar sobretudo o papel do emissor, eminentemente activo, e a subestimar o de receptor, fundamentalmente passivo, apresentando “ a análise do conteúdo como instrumento para inferir os objectivos da manipulação dos emissores e os únicos efeitos pertinentes são os que podem ser observados”².

Assim, “os papéis de comunicador e de destinatário surgem isolados e independentes das relações sociais, situacionais e culturais em que os processos comunicativos se realizam”³, o que parece não corresponder à realidade das sociedades actuais. E isto porque a influência das relações interpessoais e da cultura dos grupos a que pertencem os indivíduos parecem ser também importantes na interpretação que cada indivíduo faz das mensagens recebidas.

E esta interdependência entre enunciador e co-enunciador coloca-se, a nosso ver, de uma forma muito clara em relação à comunicação sindical, já que aí a confiança que o receptor tem no emissor da mensagem sindical, nomeadamente em relação aos líderes sindicais nos locais de trabalho, parece ser um factor importante condicionador da dimensão dos efeitos.

Como afirma J.T.Klaper, citado por Philippe Breton, “a comunicação de massa não tinha (a nosso ver, não tem) uma eficácia necessária e suficiente para conduzir a uma mudança de atitudes nos receptores; a comunicação de massa agia apenas no interior de uma complexa rede de canais possíveis de influência, pois: (1) Uma mensagem é efectivamente eficaz na medida que reforça atitudes e opiniões já existentes; (2) O prestígio do emissor exerce uma influência determinante na eficácia da comunicação; (3) A não-familiaridade com o conteúdo das mensagens poderá, no entanto, favorecer a eficácia da comunicação; (4) A selecção e a

¹ Mauro Wolf, Teorias da Comunicação, pp. 26,27 e 28

² Mauro Wolf, ob. cit., p. 30

³ Maurice Wolf, ob. cit., p. 30

interpretação dos receptores das mensagens dependem das suas opiniões e interesses; (6) A rede de relações interpessoais do receptor influencia a eficácia da comunicação⁴

A teoria **PSICOLÓGICO-EXPERIMENTAL** parece reconhecer as limitações anteriores já que veio chamar a atenção para “ a complexidade dos elementos que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário” apontando assim para “o estudo da eficácia persuasiva óptima” .

Esta teoria refere aspectos que serão eventualmente importantes para a investigação que se pretende realizar, qual sejam de “que é possível obter efeitos relevantes se as mensagens forem adequadamente estruturadas”, e que “ frequentemente, os efeitos que se procuravam obter não foram conseguidos”. Para além disso, considera também que “ persuadir os destinatários é um objectivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos factores pessoais que o destinatário activa quando interpreta a própria mensagem”⁵

Assim, a valorização do papel do destinatário é feita através do reconhecimento da necessidade da mensagem se adequar aos seus factores pessoais, o que é um aspecto importante a ter presente na análise da comunicação sindical.

No entanto, a teoria psicológica-experimental insiste que as variações nos efeitos resultam principalmente de diferenças psicológicas individuais, o que parece não se coadunar com o facto de uma única ou muito semelhante interpretação da mesma mensagem ser feita pelos diferentes indivíduos de um mesmo grupo, sendo este que, muitas vezes, influencia, quando não mesmo determina, a interpretação que cada indivíduo faz da mensagem recebida.

Para além de tudo isto, a teoria psicológica experimental chama a atenção para outros aspectos do fenómeno comunicativo que nos parecem importantes para a investigação que nos propomos realizar, e que são: - (1) A existência nos diferentes indivíduos de diferentes interesses em obter informação, havendo “qualquer coisa nos não informados que os torna difíceis de atingir, seja qual for o nível ou natureza da informação” o que, a confirmar-se, coloca problemas extremamente complexos e difíceis à comunicação sindical; (2) “Quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saberem mais acerca deles”, o que aplicado à comunicação sindical exige um esforço continuado, que não se pode circunscrever aos grandes órgãos de comunicação social já que a difusão adequada da mensagem sindical nestes não está assegurada (muito pelo contrário) a fim de garantir a exposição continuada e permanente dos destinatários a essa comunicação com o objectivo de obter os efeitos desejados; (3) “O êxito de uma campanha de informação depende do interesse que o público manifesta pelo assunto e da amplitude dos sectores da população interessada”, o que coloca também, a confirmar-se, questões extremamente importantes à comunicação sindical, já que exige, à entidade emissora, um conhecimento muito concreto dos interesses dos diferentes grupos de destinatários e a construção de uma mensagem que responda devidamente a esses interesses, o que muitas vezes não sucede reduzindo assim a eficácia da mensagem sindical⁶.

A teoria psicológico-experimental refere ainda um outro aspecto importante para a investigação a realizar, que é o seguinte:- “os componentes da audiência tendem a expor-se à informação que está de acordo com as suas atitudes e a evitar as mensagens que, pelo contrário, estão em desacordo com essas atitudes. As campanhas de persuasão são bem acolhidas sobretudo por indivíduos que já estão de acordo com as opiniões apresentadas ou que foram sensibilizados para os temas propostos”⁷

⁴ Mauro Wolf, Sociologia da Comunicação, pp. 145 e 146

⁵ Mauro Wolf, ob. cit. p. 34

⁶ Mauro Wolf, ob. cit., p. 37

⁷ Mauro Wolf, ob. cit., p. 38

E isto também porque, segundo a mesma teoria, os destinatários tenderiam a esquecer estes “conteúdos mal lhe aparecem à frente dos olhos e, finalmente, tendem a adulará-los mesmo que os recordem”, o que vai “reforçar opiniões preexistentes”.

Se se tiver presente que os destinatários da mensagem sindical se repartem em diferentes grupos para os quais a atractividade da mensagem sindical é diferente, aquela conclusão da teoria psicológico-experimental chama a atenção para o facto de que uma mensagem sindical atractiva para um grupo de destinatários pode não ser para outro, o que determina que o primeiro se exponha e absorva facilmente essa mensagem, enquanto o segundo se distancie e mesmo a evite.

Outros aspectos referidos pela mesma teoria com interesse para a investigação prendem-se com a “memorização selectiva”, que levaria o destinatário a memorizar fundamentalmente os “elementos mais significativos (para o individuo) em detrimento dos mais discordantes ou culturalmente mais distantes” (o chamado efeito Bartlett); o que determina que “em certos casos, a eficácia persuasiva é quase nula imediatamente após a exposição à mensagem mas, à medida que o tempo passa, essa eficácia aumenta” (efeito latente).

Igualmente esta teoria chama a atenção para a importância da credibilidade da fonte (quanto maior é a credibilidade do emissor maior será a eficácia da mensagem); para “os argumentos contidos na primeira parte da mensagem (a chamada lei da primacy)”; e para a apresentação dos prós e dos contra, mais ou menos desenvolvidamente, deixando ao destinatário a tarefa de tirar as conclusões.

Diferentemente, a **TEORIA DOS EFEITOS LIMITADOS** “fala da influência mais geral que perpassa nas relações comunitárias e de que a influência das comunicações de massa é só uma componente, uma parte”, o que consiste em “associar os processos de comunicação de massa às características do contexto social em que esses processos se realizam”⁸.

Assim, para se poder avaliar os efeitos dos meios da comunicação, que continua a ser o problema fundamental, teria de se analisar o contexto social, já “que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos”, portanto não se verificaria uma “relação causal directa entre propaganda de massas e manipulação da audiência” mas sim um “processo indirecto de influência em que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos” (Wolf, p.51).

Desta forma, a eficácia da comunicação de massa está largamente associada e depende de processos de comunicação não provenientes dos media que existem na estrutura social em que o individuo se insere. Neste quadro, “a capacidade de influência da comunicação de massa limita-se sobretudo ao reforço de valores, comportamentos e atitudes mais do que a uma capacidade real de os modificar ou manipular” (Wolf, p. 56).

Philippe Breton refere mesmo que “constatou-se, então o papel crucial da influência pessoal nesses processos de difusão, enquanto os media vinham apenas reforçar as predisposições e as decisões já tomadas”⁹

Em termos sindicais, este aspecto da teoria de efeitos limitados parece ter ainda algum interesse nomeadamente em relação ao papel importante que têm os líderes sindicais a nível de local de trabalho na difusão da mensagem sindical embora, devido à ausência de estudos nesta área, não se possa afirmar que “a influência pessoal que se desenvolve nas relações entre indivíduos seja mais eficaz do que aquela que deriva directamente dos media”.

⁸ Mauro Wolf, ob. cit. 47

⁹ Ob. cit. , p.157

Para a **TEORIA FUNCIONALISTA** de comunicação de massas, “ a questão de fundo já não são os efeitos mas as funções exercidas pela comunicação de massas na sociedade”¹⁰ .

Assim, passa-se “ da problemática dos efeitos (o que os media fazem nas pessoas) para a dos usos (o que as pessoas fazem com os media)”¹¹, e a pesquisa deixa-se de centrar nos media para se centrar nos receptores das mensagens, valorizando-se o papel e o poder destes.

E estas funções variam de acordo com os autores. Segundo Mauro Wolf, para Lasswell, as principais funções desempenhadas pela comunicação de massa seriam: (a) Fornecer informações; (b) Fornecer interpretações que tornem significativas e coerentes as informações; (c) Expressar os valores culturais e simbólicos próprios da identidade e da continuidade sociais”. Para Katz, Gurevitch e Haas os media satisfariam cinco tipos de necessidades, a saber: cognitivas, afectivas, integração a nível individual, integração a nível social, e evasão (p.72).

No entanto, como refere Philippe Breton , “certos acontecimentos de comunicação parecem preencher funções para certos componentes, ao passo que eles podem ser interpretados como disfunções para outros elementos do sistema...determinada mensagem pode suscitar duas descodificações diferentes e até, em última instância, contraditórias da parte dos dois receptores que se identificam com contextos diferentes. Em um caso, a mensagem é funcional; no outro disfuncional”(p.137).

Lazarsfeld, citado também por Mauro Wolf, refere, por seu lado, que o cidadão interessado e informado pode deleitar-se com tudo aquilo que sabe, não se apercebendo que se abstém de decidir e agir. Chega a confundir o conhecimento dos problemas do dia com o fazer qualquer coisa a propósito”(p.68).

E naquelas funções ou na satisfação destas necessidades, os papéis dos diferentes media seriam também diferentes. Por exemplo, “ os jornais diários são utilizados como fontes adicionais para interpretar e contextualizar a informação dos outros media” (Wolf, p.74).

Aquela deslocação para os receptores das mensagens, dando a estes um poder que antes a teoria lhes negava, assim como o reconhecimento dos diferentes papéis dos diferentes media vem reforçar a necessidade de estudar com maior profundidade, por um lado, a função importante do receptor da mensagem, que é essencialmente activo e, por outro lado, o papel que pode ter a imprensa sindical na divulgação da mensagem sindical, embora uma imprensa com características muito específicas eventualmente diferentes das actuais (contextualizando e explicando causas e efeitos de tudo aquilo que afecta os trabalhadores, etc.) .

Para a **TEORIA CRITICA**, que tem origem na escola de Frankfurt, “ o homem encontra-se em poder de uma sociedade que o manipula a seu bel-prazer: o consumidor não é soberano, como a indústria cultural queria fazer crer, não é o seu sujeito, mas o seu objecto” (Wolf,p.86), e os media seriam “instrumentos de reprodução de massa que, na liberdade aparente dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho económico e social” (p.94).

Apesar das suas limitações operativas, esta teoria tem o mérito de chamar a atenção para uma realidade que domina as sociedades actuais e que, muitas vezes, é esquecida ou conscientemente ignorada, e que poderá gerar falsas expectativas sobre o papel dos media como transmissores fundamentais da mensagem sindical.

Ela também evidencia o papel que pode e deve ter a imprensa sindical como comunicação alternativa indispensável à reprodução de relações diferentes das “relações de força do aparelho económico e social “ dominante.

¹⁰ Mauro Wolf, ob. cit., p. 62

¹¹ Philippe Breton, ob. cit., p. 154

A característica fundamental da **TEORIA CULTUROLÓGICA** “ é o estudo da cultura de massas, distinguindo os seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação entre o consumidor e o objecto do consumo (Wolf, p.100).

E Mauro Wolf, citando Morin, refere que “o consumidor - o espectador – responde apenas com reacções pavlovianas, com um sim ou com um não, que determinam o sucesso ou o insucesso” (p.103).

No entanto, contra esta “abordagem catastrófica”, outros autores constataam “que a mensagem dos media não tem, implicitamente, capacidade para iludir as defesas da personalidade do destinatário (Wolf, p.106).

Ambas são questões que nos parecem importantes para a investigação que nos propomos realizar.

Dentro das **TEORIAS COMUNICATIVAS**, interessa começar por referir **o modelo comunicativo semiótico-informacional** por razões que ficarão mais claras seguidamente.

E isto porque “entre a mensagem entendida como forma significativa que veicula um determinado significado e a mensagem recebida abre-se um espaço extremamente complexo e articulado. Neste espaço, entra em jogo – do ponto de vista semiótico – o grau em que o destinador e o destinatário partilham competências relativas aos vários níveis, que criam a significação da mensagem; do ponto de vista sociológico, é neste espaço que ganham formas as variáveis ligadas aos factores de mediação entre indivíduos e comunicação de massas (rede de pequenos grupos, fluxo a dois níveis, funções de liderança de opinião, hábitos e modelos de consumo dos media, etc.) (Wolf, p.134).

Assim, a comunicação seria um processo negocial, podendo haver “entre os sujeitos emissores e os sujeitos receptores, por ex., ausência total de código, disparidade de código, interferências circunstanciais, ilegitimidade do emissor, etc.”, sendo a “compreensão estruturalmente problemática”.

Desta forma, o modelo comunicativo semiótico-informacional, mas fundamentalmente o modelo semiótico-textual que refere, diferentemente do primeiro, que o indivíduo não recebe mensagens mas sim conjuntos textuais e, que por isso, “a relação comunicativa se constrói em torno de práticas textuais”, acentua “a assimetria dos papéis de emissor e receptor”, do que “deriva a diferença de qualidade das competências comunicativas de emissores e receptores (saber fazer *versus* saber reconhecer)”.

Estes dois modelos, mas principalmente o segundo, ao acentuar a necessidade de duas diferentes competências comunicativas (uma do emissor, outra do receptor) para que a comunicação seja eficaz, chama a atenção para a necessidade da comunicação sindical ter sempre presente este aspecto do processo comunicativo, pois o seu esquecimento ou o seu desconhecimento, o que por vezes sucede, leva a que se subestime a procura de soluções para aquela assimetria, que pode passar pela produção de textos que possam ser interpretados fácil e correctamente pelo receptor, ou através da formação adequada de líderes sindicais nos locais de trabalho (os chamados activistas sindicais) que ajudem os trabalhadores a fazer uma interpretação sindical das múltiplas mensagens dos media que tratam de questões de interesse para os trabalhadores.

E este aspecto do processo comunicativo ainda toma maior importância quando o emissor e o receptor da mensagem sindical possuem experiências culturais diferentes, que resultam do facto do primeiro ser um dirigente sindical e o segundo pertencer ao segmento de trabalhadores não sindicalizados ou mesmo não ser trabalhador. Este facto poderá dar origem àquilo que John Fiske, citando Eco, chama “descodificação aberrante”.

E a descodificação aberrante sucede quando a “mensagem for lida por um membro de uma cultura diferente, portador de códigos diferentes” o que “produzirá um significado diferente” e como “os media têm que ter em conta numerosas subculturas cujos códigos podem diferir significativamente das dos difusores, a descodificação aberrante torna-se, relativamente às suas mensagens, a regra, e não a excepção”. E a descodificação aberrante também sucede quando o próprio emissor “não consegue reconhecer que as pessoas com experiências culturais diferentes lerão a mesma mensagem de maneiras diferentes, e que ao fazê-lo não são necessariamente censuráveis”¹².

Este é um aspecto que parece ser importante em relação à comunicação sindical, por um lado, porque ela se dirige a grupos de destinatários diferentes como iremos ver e, por outro lado, cada um destes grupos possui naturalmente uma cultura e um código diferente. Como refere Fiske “a descodificação aberrante acontece quando códigos diferentes são usados na codificação e descodificação da mensagem” (Wolf, p.110).

Apesar das contradições reais ou aparentes que pareceram existir ou que existem mesmo entre as diferentes teorias que se analisaram, no entanto parece-nos legítimo concluir também que em cada uma delas pode-se encontrar ensinamentos úteis quer para a investigação que nos propomos realizar quer mesmo para aumentar a eficácia da comunicação sindical.

Mas este esforço de pesquisa teórica ficaria certamente incompleto se não se analisasse as tendências actuais da “communication research”.

E como afirma Mauro Wolf os temas mais significativos das pesquisas actuais “são, por um lado, a questão dos efeitos dos media e, por outro lado, a forma como os media constroem a imagem da realidade social” (p.139).

E no campo dos efeitos “passou-se dos efeitos entendidos como mudanças a curto prazo para os efeitos entendidos como consequências de longo prazo”, deixando-se de “avaliar as mudanças de atitude e de opinião, para passar à reestruturação do processo pelo qual o individuo modifica a sua própria representação da realidade social”. Iguamente verifica-se uma mudança a nível de tipo de efeitos “que já não diz respeito às atitudes, aos valores, aos comportamentos dos destinatários, mas sim ao efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimentos que o indivíduo assume e estrutura de uma forma estável” (Wolf, p.40).

Passou-se também dos “efeitos limitados para os efeitos cumulativos”. “Abandonou-se o domínio dos efeitos intencionais, ligados a um contexto comunicativo limitado no tempo e caracterizado por objectivos destinados a obter esses efeitos; e passou-se para efeitos, em certa medida, latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção de mensagens se reflectem sobre o património cognitivo dos destinatários. Actualmente, no centro da problemática dos efeitos coloca-se, portanto, a relação entre a acção constante dos media e o conjunto de conhecimentos acerca da realidade social”. E o “conceito de acumulação está ligado ao facto da capacidade que os media possuem de criar e manter a relevância de um tema”, isto é, “não são efeitos pontuais mas as consequência ligadas à repetição contínua da produção de comunicação de massas”(p.143).

Tudo isto coloca problemas extremamente importantes à comunicação sindical. Tendo em conta a forma como os órgãos de comunicação social tratam habitualmente a mensagem sindical, nomeadamente a da CGTP-IN, as questões que naturalmente se colocam são as seguintes: - Que imagem os media constroem da CGTP-IN e da própria realidade social junto da opinião pública? Como é que a comunicação sindical poderá ajudar os seus destinatários, ou seja, os trabalhadores “a estruturar uma imagem da realidade social a longo prazo, a organizar novos elementos dessa imagem, a formar opiniões e crenças novas” diferentes daquelas que lhes são fornecidas pelos media que sejam mais consentâneas com os seus interesses e direitos? Como

¹² Introdução ao Estudo da Comunicação, John Fiske, pp. 109-110

é que a comunicação sindical poderá contribuir para que os destinatários dessa comunicação construam uma imagem da realidade social diferente daquela que lhes é eventualmente inculcada diariamente e ao longo dos anos pelos media? E qual é o papel que poderá e deverá ter nela a comunicação sindical de base, fundamentalmente aquela que é feita no local de trabalho, até para obviar a forma como eventualmente é tratada a mensagem sindical pelos grandes órgãos de comunicação social?.

Como refere Enric Saperas, “até à década de 1970, a história da investigação em torno dos efeitos da comunicação de massas foi identificada com o conjunto de estudos sobre mudança de opinião individual, isto é, aquela que se verifica por parte dos indivíduos isoladamente considerados. Esta perspectiva foi amplamente suplantada nos estudos sobre os efeitos cognitivos, em virtude da insatisfação que se fez sentir por este tipo de conhecimento orientado para o indivíduo. O estudo dos efeitos cognitivos tende a generalizar os seus resultados, na medida em que se orienta para a análise da distribuição social dos conhecimentos políticos”¹³

Na “distribuição social dos conhecimentos” como na construção “da realidade social” ocupam um papel muito importante, nomeadamente a “**agenda settings function**”, o “**gatekeeper**”, e o “**newsmaking**”.

A **FUNÇÃO DE AGENDA SETTINGS**, assenta fundamentalmente no seguinte: - Tendo os media a capacidade para fragmentar a realidade e para seleccionar fragmentos desta, que depois os transformam em notícia, eles acabam por apresentar, e decidir, aquilo que o público deverá ter uma opinião e discutir.

Como afirma Saperas, citando agora McCombs e Shaw, “os meios de comunicação, através da sua capacidade para estabelecerem uma agenda pública, não determinam o que as pessoas pensam, mas aquilo sobre que pensam” (p. 56)

Neste campo, o papel da imprensa e da televisão não são iguais, o que é importante ter presente em termos de comunicação sindical.

Numa pesquisa feita por McClure e Patterson, também referida por Wolf, “ para os consumidores da informação televisiva, o aumento de consumo não se traduz num maior efeito de agenda-settings, contrariamente ao que acontece com os grandes consumidores de informação escrita”, revelando, que a exposição às notícias televisivas teve, invariavelmente, os menores efeitos sobre o público”. “Os dois meios de comunicação são dotados de um poder de influência diferente: as notícias televisivas são demasiado breves, rápidas, heterogéneas e acumuladas numa dimensão temporal limitada. As características produtivas dos noticiários televisivos não permitem portanto, uma eficácia cognitiva duradoura, ao passo que a informação escrita possui ainda a capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados. A informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível, enquanto a informação televisiva tende, normalmente, a reduzir a importância e significado do que é transmitido” (p.148).

Em outras pesquisas feitas por Brenton e Frazier, “a televisão parece desempenhar um papel secundário, pouco significativo, na determinação da agenda em relação aos níveis que implicam um conhecimento mais profundo dos temas económicos” (Wolf, p.157), que foram os temas estudados, sendo legítimo concluir que o mesmo acontece em relação a outros temas de igual ou maior importância para os trabalhadores.

Para Marletti, “enquanto a televisão se centra mais na actualidade, pode-se supor para a imprensa um papel de produção de informação temática, que amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a” (Wolf, p.164).

¹³ Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas, p. 40

Estas citações, apesar de longas, têm o mérito de chamar a atenção, por um lado, para o papel que têm os media fundamentalmente sobre aquilo que as pessoas pensam e não como pensam e, por outro lado, para a importância que a imprensa sindical pode ter na construção de uma estrutura cognitiva (conhecimentos, valores, atitudes) nos destinatários da mensagem diferente daquela que o poder dominante está interessado em construir.

Na definição daquilo sobre o qual as pessoas devem pensar tem um papel fundamental o **GATEKEEPER** (seleccionador), pois ele funciona como filtro, ou seja, dentro dos media ele é “um indivíduo ou um grupo, que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia” impedindo, assim, que ela seja difundida. Desta forma é construída uma determinada imagem da realidade social.

Assim, “a capacidade dos meios de comunicação para produzirem mudanças através dos efeitos cognitivos pode ser atribuída ao permanente processo de selecção realizado pelos gatekeepers nos media, os quais, em primeiro lugar, determinam que acontecimentos são, sob o ponto de vista jornalístico, interessantes e quais os que não são, e lhes atribui diferente relevância em função de diversas variáveis como a extensão (em tempo ou em espaço), a importância (tipo de títulos, localização no jornal, frequência de aparecimento, posição no conjunto das notícias) e grau de conflitualidade (a forma como se apresenta o material jornalístico) de todos os itens que devem passar o crivo. Algumas notícias são tratadas detalhadamente; outras merecem uma atenção supérflua; enquanto outras serão completamente ignoradas” (Saperas, p. 58).

A questão de fundo que se coloca é naturalmente a seguinte: - Quais são os critérios que presidem àquela selecção de informação, isto é, porque razão “algumas notícias são tratadas detalhadamente; outras merecem uma atenção supérflua; enquanto outras são completamente ignoradas”?

E a resposta a esta importante questão não é fácil nem é pacífica. Por exemplo, no “Código de Conduta do Expresso”, um documento que este semanário publicou na sua edição de 12 de Junho de 2003, embora contenha um conjunto de regras práticas a serem respeitadas pelo Expresso, pelos seus jornalistas e colaboradores em relação a um conjunto de questões – Exactidão, Direito de resposta, Privacidade, Assédio, Crianças, Vitimas de abuso sexual, Jornalismo financeiro, Interesse público, etc., - no entanto, em relação àquele aspecto fundamental (como é definido o “interesse jornalístico de uma notícia”) não existe uma única palavra, já que este “Código” é completamente omissivo sobre os critérios utilizados na função de “gatekeeper”, ou seja, quais são os critérios utilizados pelo Expresso para definir o interesse jornalístico de uma notícia.

E é talvez como consequência desta falta de critérios transparentes numa área tão sensível que determina que hoje domine na quase totalidade dos órgãos de comunicação aquilo que podemos chamar de “pensamento único ou dominante”, seja qual for a área que se analise (economia, fiscalidade, segurança social, etc.), até visível no facto de serem sempre os mesmos ou quase sempre os mesmos que têm a possibilidade de exprimir a sua opinião nos media, não se contentando apenas com um deles, mas movendo incessantemente de um para outros, promovendo-se uns aos outros desta forma, e veiculando sempre as mesmas opiniões ou opiniões muito parecidas.

Efectivamente, sobre os critérios utilizados pelos gatekeepers para deixar passar ou para bloquear informações, “as pesquisas são unânimes em esclarecer que, na selecção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes, predominam sobre as referências implícitas ao próprio público. Enquanto este é pouco conhecido pelos jornalistas, o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas do gatekeepers”, distinguindo-se seis motivos que levam aquele a se submeter à chamada “orientação do jornal”, e que são: “(a) A autoridade institucional e as sanções; (b) Os sentimentos de dever e de estima em relação aos superiores; (c) As aspirações à mobilidade

profissional; (d) A ausência de fidelidade de grupo contrapostas; (e) O carácter agradável do trabalho; (f) O facto da notícia se ter transformado em valor” . “ Daí resulta que o jornalista, na sua actividade quotidiana, em vez de aderir a ideias sociais e profissionais, redefine os seus próprios valores ao nível mais pragmático do grupo redactorial” ¹⁴.

Uma outra pesquisa realizada agora por nós levou à conclusão que funciona, nomeadamente em relação ao serviço público, uma hierarquização automática do interesse jornalístico da notícia determinada pela posição na cadeia de poder político (e certamente também económico) da fonte da notícia. Esta hierarquização teria como justificação ideológica a representatividade da fonte no quadro da democracia formal.

De acordo com os defensores desta teoria, uma notícia que tivesse como fonte o presidente da república seria sob o ponto de vista jornalístico, pela sua própria natureza, mais importante do que aquela que tivesse como fonte o governo, porque o primeiro ocupa uma posição mais elevada na hierarquia do Estado do que o segundo. Igualmente, uma notícia que tivesse como fonte um partido político maioritário seria, automaticamente e sob o ponto de vista jornalístico, mais importante do que aquela que tivesse como fonte um partido minoritário. O interesse jornalístico da notícia estaria já assim previamente definido e o conteúdo da própria notícia só entraria como segundo critério. Desta forma, estaria explicado e eventualmente justificado a desigualdade de tratamento pelos órgãos de comunicação social a que estão sujeitas as notícias das diversas fontes ou intervenientes. E isto tudo tendo como base e justificação a democracia representativa.

As conclusões reveladas quer por esta pesquisa quer pela citada anteriormente confirmam, a nosso ver, interrogações legítimas relativamente à eficácia da mensagem sindical veiculada pelos grandes órgãos de comunicação social e ao perigo em subestimar o papel da imprensa sindical.

Elas também tornam mais claras as razões pelas quais a mensagem sindical, nomeadamente da CGTP-IN, poderá ser incorrectamente tratada, eventualmente distorcida ou mesmo silenciada pelos órgãos de comunicação social, apesar da oposição de muitos jornalistas. E isto também porque na hierarquia do poder referida anteriormente a CGTP-IN não ocupa naturalmente um lugar cimeiro.

Mas como afirma Grossi, citado por Saperas , “a actividade informativa não deve ser considerada, no seio da complexa sociedade contemporânea, como o resultado de uma simples acção selectiva (própria do gatekeeper), mas sim como uma acção orientada para a construção da realidade social, objectivando-se através das práticas quotidianas de representação do acontecido” (p.140). Assim, a partir da fragmentação e da reconstrução das notícias que são publicadas constrói-se a “nova realidade social”, que acaba por condicionar a percepção que as pessoas têm dos acontecimentos bem como a forma como interpretam e absorvem as notícias veiculadas pelos media.

Relacionada com toda esta problemática, está uma área recente de investigação que é o estudo sobre os processos produtivos na comunicação de massas, ou seja, sobre os **NEWSMAKING**.

E nesta área interessa referir como grande número de notícias são construídas, e o que elas representam da realidade.

Assim, “os estudos sobre o newsmaking deram a conhecer este aspecto suficientemente claro e incontroverso: a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento fundamental para o seu funcionamento reflecte, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro lado, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. Aqueles que detêm o poder económico ou político podem facilmente ter acesso aos jornalistas;

¹⁴ Mauro Wolf, ob. cit. , pp. 182 e 183

aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas". "Esta estruturação das fontes contribui para reforçar a ideologia da notícia" (Wolf, p.224) e, conseqüentemente, a ideologia do poder económico e político dominante.

Depois, a nível mundial dominam claramente três grandes agências noticiosas, a saber: - Uma europeia (a Reuter, francesa), e duas americanas (UPI-United Press International e a AP-Associated Press), o que contribui poderosamente para o monolitismo e o carácter uniforme que caracteriza actualmente a maioria da informação veiculada pelos media.

Assim, a nível nomeadamente do noticiário internacional, em muitas redacções impera a "agenda de serviço" (day board), previamente fixada (de um dia para o seguinte), muitas vezes construída com base em sugestões constantes do "advanced day" daquelas agências internacionais, o que torna ainda mais controlável a informação dos media.

De acordo com Schlesinger, citado por Mauro Wolf, "95% dos materiais recolhidos no advanced diary das agências noticiosas são incorporados na agenda de serviços específica de um determinado dia e que, em média, 70% são efectivamente utilizados na produção de noticiários".

É de prever que em Portugal não atinjam estes valores, embora a limitação de recursos obrigue os media nacionais a recorrer cada vez mais a agências internacionais, no entanto aquelas percentagens dão uma ideia da forma como são construídas as notícias e, conseqüentemente, a imagem de "realidade social" que é divulgada pelos media.

Assim, e para utilizar as palavras de Mauro Wolf, verifica-se uma "fragmentação da imagem da realidade social, semelhança no género de acontecimentos promovidos e limitação do tipo de fontes a que se recorre" (pp. 240), eis a forma como se pode caracterizar actualmente "os processos produtivos na comunicação de massa".

Razão parece ter Paquete de Oliveira quando pergunta "Será a perda da capacidade de inovação cultural, nas modernas sociedades, um dos estádios sociais mais terríveis, até hoje conseguidos, efeito da mais sistematizada e acabada forma de reprodução do sistema sócio-cultural, só possível através desses poderosos meios de controlo e de denominação social que são os supertecnológicos mass media? Será que um dos mais hábeis recursos da sociedade capitalista é ter conseguido reduzir os conflitos de classe pela difusão do imaginário social, multidiversamente reproduzido através dos mass media, fazendo dos homens-massa átomos solitários socialmente heterodirigidos na ilusão da(s) liberdade(s) individuais?"¹⁵

Para além disso, um aspecto que caracteriza o processo produtivo na comunicação de massa é a fragmentação da realidade social. "Aquilo que, geralmente, é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos que estão neles envolvidos e pormenores como as designações geográficas, os nomes de personagens públicas, etc." (Wolf, pp.192).

As causas e as conseqüências dos acontecimentos são, na maior parte das vezes, escamoteadas, esquecidas ou colocadas em segundo plano. E esta situação é determinada ou agravada, por um lado, pela pressão a que estão sujeitos os jornalistas; por outro lado, pela precariedade em que grande número deles se encontra que os obriga a aceitar condições de trabalho difíceis para poderem sobreviver; e, finalmente, pela falta de especialização e pela obrigação de tratarem uma generalidade de matérias e de não disporem de tempo para o seu aprofundamento.

É evidente que toda esta situação e a informação que sistematicamente produzem acaba por gerar um tipo de jornalista que é superficial, pouco profundo, e que não domina as matérias que trata, o que muitas vezes é claramente visível pelas perguntas que faz a quem domine minimamente as matérias tratadas.

¹⁵ Comunicação apresentada nas 3ª Jornadas de Comunicação do ISCTE in "Comunicação do Quotidiano Português", p 13

2- A IMPORTÂNCIA DOS ENSINAMENTOS DAS DIFERENTES TEORIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO A REALIZAR

A análise realizada das diferentes teorias de comunicação assim como os resultados mais recentes obtidos pela pesquisa neste campo, permitem tirar algumas conclusões importantes para o trabalho de investigação a realizar, das quais se destacam nomeadamente as seguintes:

1. A dimensão dos efeitos da comunicação foi tratada pelas diversas teorias de forma diferente, variando entre um efeito directo e imediato (teoria hipodérmica) até à situação em que a questão dos efeitos nem é analisada, sendo considerada as funções exercidas pelos media numa sociedade (teoria funcionalista), ou que os efeitos dependem sobretudo da sociedade, cabendo à comunicação apenas reforçar valores e atitudes (teoria dos mass media de orientação sociológica), ou então que os media difundem fundamentalmente informação e conhecimentos a nível de toda a sociedade que depois condicionam a percepção que as pessoas têm dos acontecimentos assim como a forma como interpretam e assimilam as novas notícias; tudo isto chama a atenção para a necessidade de se ter um cuidado muito grande nas conclusões a tirar até porque a dimensão dos efeitos não é uma questão pacífica entre os próprios teóricos da comunicação.
2. À medida que a investigação no campo teórico avançou observou-se o abandono gradual das teorias que advogavam efeitos directos e imediatos tendo sido substituídas por teorias que defendiam efeitos limitados, evoluindo depois para teorias de efeitos cumulativos e a longo prazo, e de efeitos indirectos.
3. Um aspecto importante que a análise das diferentes teorias revelou é que o estudo do processo de comunicação não pode terminar na produção, nem mesmo na difusão das mensagens; ele tem de se preocupar também em compreender como a mensagem é interpretada pelos destinatários, e como se pode influenciar a sua interpretação.
4. Assim importa ter presente que a nível teórico se passou de um modelo que defendia um papel activo apenas para o emissor e um papel meramente passivo para o receptor para modelos que reconheciam a importância dos sujeitos-receptores e o seu papel activo na construção dos significados das mensagens divulgadas pelos media; em seguida para modelos em que a importância do papel dos grupos de influência e dos líderes junto dos receptores da mensagem foi reconhecida; e, finalmente, para modelos em que os media difundem fundamentalmente informações e conhecimentos que vão afectando gradualmente as percepções dos receptores o que, indirectamente e a prazo, acaba por afectar a forma com as pessoas interpretam e assimilam as notícias divulgadas pelos media.
5. O reconhecimento quer do papel activo do receptor quer da importância dos grupos de influência e de líderes próximos dos receptores, bem como a reconstrução da realidade social que, por sua vez, vai afectar de uma forma indirecta as percepções das pessoas, cria responsabilidades importantes para a imprensa sindical numa sociedade dominada crescentemente pelos media, os quais são também cada vez mais controlados por grupos económicos, o que determina a produção de uma informação que reproduz cada vez mais as relações económicas e políticas do poder dominante.
6. Outro aspecto importante para a investigação a realizar evidenciado por algumas teorias é a existência de “assimetria dos papéis de emissor e de receptor” do que “deriva a diferença de qualidade de competências comunicativas dos emissores e receptores (saber fazer versus saber reconhecer)”, assim como o facto de existirem culturas diferentes no emissor e nos destinatários que determinam códigos diferentes possuídos por cada um deles o que eventualmente causará descodificações aberrantes e, conseqüentemente, a produção de significados diferentes dos desejados pelo emissor.

7. No processo gradual de construção de uma nova estrutura cognitiva, que integre novos saberes, novos valores e novas atitudes, os diferentes media têm papéis diferentes, sendo o da televisão menos profundo, explicativo e contextualizante.
8. Na reconstrução da realidade social e nos efeitos desta reconstrução sobre as percepções das pessoas, a pesquisa recente tem dado uma importância crescente a novos modelos de apreensão dos efeitos dos media, como a “agenda settings”, a função do “gatekeeper” e o “newsmaking”, que revelam que a independência do jornalista e a sua capacidade para produzir notícias novas devidamente contextualizadas e explicativas (indicando causas e consequências) é cada vez mais reduzida, facto este que é agravado pela pressão a que estão sujeitos, pela precariedade que muitos enfrentam, e pela falta de especialização da maioria deles relativamente às matérias que têm de tratar.
9. Assiste-se a um processo produtivo de comunicação caracterizado fundamentalmente pela fragmentação do real e por uma selecção e reconstrução orientada por ideologias cujo objectivo fundamental é a reprodução e a manutenção do “status quo”, isto é, das relações de poder económico, social e político dominantes, o que naturalmente dificulta a transmissão da mensagem sindical.
10. A uma exploração económica e a um domínio político vem-se juntar o domínio simbólico, que tem um papel crescente e fundamental mesmo nos grandes confrontos que dividem as sociedades actuais. A título de exemplo, interessa chamar a atenção para a forma como são tratadas pelos media portugueses (RTP, SIC e TVI) as forças anglo-americanas no Iraque designadas as mais das vezes como “forças da coligação” e não como “forças de ocupação”; e os opositores a essas forças tratados na maior parte dos casos como “terroristas” e não “resistentes” a essas forças de ocupação.
11. A juntar a tudo isto, a mediatização do espaço público tornado possível e potenciado pelos media, que funciona como um gigantesco íman que leva muitos ao absurdo de pensarem e mesmo de dizerem que “o que não aparece nos media não existe”.
12. Mas qual será a eficácia de uma comunicação sindical que aposte predominantemente na divulgação da mensagem sindical através dos media com todos os condicionamentos e limitações que a análise anterior evidenciou? – Esta é uma questão fundamental que interessa ter também sempre presente. E isto porque devido ao actual domínio dos media, poderá haver a tendência para pensar que apostando-se fundamentalmente neles para divulgar a mensagem sindical, consegue-se atingir os objectivos fixados no campo da comunicação, por um lado, e, por outro lado, resolver as dificuldades e obstáculos que enfrenta actualmente a comunicação sindical, subestimando e fazendo passar para um plano secundário, pelo menos em actos, o importante papel que deverá ter a imprensa sindical nomeadamente na informação aos trabalhadores sindicalizados e na formação de quadros sindicais.

III – CARACTERÍSTICAS E TEMAS CHAVE DO DISCURSO SINDICAL DA CGTP-IN

Antes de formular o problema a investigar e de procurar encontrar resposta para ele, interessa analisar o conteúdo e as características dominantes do discurso sindical, ou seja, quais são os seus temas dominantes, como se mantêm ou têm variado ao longo do tempo, e quais são os aspectos específicos que o caracterizam, tornando-o diferente ou igual a outros discursos.

Só após se conhecer bem as características do discurso sindical é que se poderá, por um lado, saber se ele é adequado aos diferentes públicos a que se destina e, por outro lado, investigar com maior rigor a forma como a mensagem sindical, que tem como fonte esse discurso, é depois interpretada, tratada e transmitida pelos diferentes “destinatários intermédios” dessa mensagem, e quais são as eventuais distorções que sofre nesse processo até chegar aos destinatários finais.

No entanto, interessa já esclarecer que, embora o objecto da investigação a realizar seja a comunicação sindical, para que tal investigação seja exequível no período de tempo que se dispõe, ela não vai abranger todos os sindicatos, mas apenas aqueles que integram o que é normalmente conhecido por Movimento Sindical Unitário (MSU), ou seja, a CGTP-IN¹⁶, as Federações Sindicais, as Uniões Sindicais, e os Sindicatos filiados na CGTP-IN ou que, embora não filiados, participam regularmente nas suas iniciativas, sejam reuniões, manifestações, etc..

O que se convencionou chamar MSU inclui, para além da CGTP-IN, 22 Uniões Sindicais Distritais, 13 Federações sectoriais, cerca de 200 sindicatos em que se encontram filiados mais de 760.000 trabalhadores portugueses, 34.000 dirigentes e delegados sindicais, constituindo assim a maior organização sindical portuguesa quer em número de associações sindicais, quer em número de filiados, quer em número de quadros sindicais, quer ainda pelo seu reconhecido activismo e notoriedade na sociedade portuguesa.

Assim, embora sejam referidos, não constituirão objecto central da investigação, a UGT¹⁷ e os sindicatos que a integram, na sua quase totalidade de serviços (bancários, de seguros e de escritório), bem como alguns sindicatos não filiados em qualquer uma das duas confederações sindicais referidas, auto-dominados de independentes, e que embora com algum peso no subsector a que pertencem (ex. maquinistas da CP, quadros técnicos do Estado, quadros técnicos bancários), possuem um reduzido número de filiados.

O estudo concreto do discurso sindical dominante da CGTP-IN vai ser feito com base na análise dos discursos do 1º de Maio realizado pelo seu secretário-geral em Lisboa.

Escolheu-se o discurso realizado neste dia em Lisboa, porque o 1º de Maio é uma comemoração emblemática para todo o Movimento Sindical onde normalmente se faz um balanço da actividade do ano anterior e onde se enumeram as preocupações e os objectivos essenciais para a acção sindical futura. Por outro lado, porque o discurso feito em Lisboa pelo secretário-geral da CGTP-IN acaba por definir os temas dominantes e os objectivos principais dos discursos da CGTP-IN em todos os outros distritos, já que esses temas são previamente debatidos e aprovados nos órgãos de direcção desta central sindical.

¹⁶ Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

¹⁷ União Geral dos Trabalhadores

1-OS PRINCIPAIS TEMAS DO DISCURSO SINDICAL DA CGTP-IN NO 1º DE MAIO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1996-2004

Como qualquer organização, a CGTP-IN tem uma cultura e um discurso muito próprio, assim como temas e objectivos que dominam toda a sua comunicação. Para se poder ficar com uma ideia clara dos principais temas do discurso sindical da CGTP-IN, e como ele tem ou não evoluído ao longo dos anos, vai-se fazer uma análise de conteúdo do discurso do seu secretário-geral nas comemorações do 1º de Maio em Lisboa num período suficientemente longo, ou seja, o período compreendido entre 1996 e 2004, através da identificação e da frequência das principais categorias que caracterizam esse discurso. Os resultados obtidos encontram-se no quadro I.

QUADRO I – Nº de vezes que cada categoria foi utilizada no discurso da CGTP-IN no 1º de Maio em Lisboa nos anos 1996, 1997, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004

	CATEGORIAS	Nº DE VEZES NO DISCURSO 1º MAIO DA CGTP EM LISBOA								
		1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
	I- DESTINATÁRIOS DO DISCURSO DO 1º DE MAIO									
1	Jovens	0	1	7	3	3	1	1	0	16
1	Mulher (es)	0	1	4	2	3	0	0	0	10
1	Povo	1	0	3	0	0	1	3	4	12
1	Reformado (s)	0	0	1	0	0	0	0	0	1
1	Trabalhador (es)	22	36	47	12	28	10	19	30	204
	Total I	23	38	62	17	34	12	23	34	243
	II- TRANSFORMAR A SOCIEDADE CAPITALISTA ACTUAL	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
2	Revolução 25 de Abril	0	1	3	1	0	0	0	5	10
2	Capital	1	3	2	1	3	1	1	1	13
2	Capitalismo	0	0	0	0	2	0	0	0	2
2	Capitalista	0	0	0	0	2	0	0	0	2
2	Controle	0	0	0	0	1	0	0	0	1
2	Exploração	0	0	2	1	1	1	1	2	8
2	Explorados	0	0	0	0	0	1	0	0	1
2	Opressão	0	0	0	0	0	0	0	1	1
2	Privatizar	1	0	0	1	0	2	1	0	5
2	Revolução	0	0	1	0	0	0	0	3	4
	Total II	2	4	8	4	9	5	3	12	47
	III-DENUNCIAR MALES DA SOCIEDADE CAPITALISTA ACTUAL	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
3	Acidentes	0	1	1	0	2	2	0	0	6
3	Acidentes de trabalho	0	0	1	0	1	1	0	0	3
3	Contratos a prazo	1	0	0	1	0	0	0	0	2
3	Crise	0	0	0	0	0	4	0	0	4
3	Custo de vida	0	0	0	0	0	0	1	1	2
3	Défi ce	0	0	0	0	6	4	1	1	12
3	Desempregados	0	0	4	0	0	0	0	2	6
3	Desemprego	4	6	3	0	2	1	3	3	22
3	Desigualdade (s)	0	1	0	0	1	0	0	0	2
3	Despedimentos	0	0	2	0	0	0	1	2	5
3	Desregulamentação	2	0	0	1	2	0	0	0	5
3	Exclusão social	1	1	0	0	0	0	0	0	2
3	Fiscal	0	1	1	4	3	0	2	1	12
3	Fiscalidade	0	0	0	0	0	1	0	0	1
3	Flexibilidade	2	1	0	0	0	0	0	0	3

	III-DENUNCIAR MALES DA SOCIEDADE CAPITALISTA ACTUAL (Continuação)	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
3	Fraude	0	2	1	0	0	0	2	1	6
3	Guerra	1	1	1	0	1	0	2	1	7
3	Higiene e Segurança no Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0	1
3	Impostos	0	1	0	1	2	4	0	2	10
3	Inflação	0	0	1	0	9	0	0	1	11
3	Injustiças	0	1	1	1	2	0	0	0	5
3	Liberalismo	1	0	0	1	1	0	0	0	3
3	Lucro	1	0	0	1	5	1	2	0	10
3	Pensões	0	1	5	0	2	1	3	1	13
3	Pobreza	0	0	0	0	1	0	0	0	1
3	Polivalência	3	1	0	0	0	0	0	0	4
3	Precariedade	0	0	0	0	6	0	2	1	9
3	Preços	0	0	0	2	4	0	0	1	7
3	Repressão	0	1	0	0	0	0	0	0	1
3	Situação económica	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Total III	17	19	21	12	51	19	19	18	176
G	IV- MELHORAR A SOCIEDADE CAPITALISTA ACTUAL	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
4	40 horas	4	7	1	2	0	0	0	0	14
4	Competitividade	3	0	0	0	3	1	2	1	10
4	Conquistas	0	0	0	0	0	0	0	3	3
4	Constituição	0	0	1	0	0	0	0	1	2
4	Contratação	3	1	1	0	0	0	3	3	11
4	Direito(s)	17	16	25	9	12	9	8	23	119
4	Economia	2	1	0	0	3	1	8	4	19
4	Educação	1	1	1	0	0	0	1	0	4
4	Emprego	9	7	3	4	1	1	5	2	32
4	Formação	2	0	4	0	4	3	2	2	17
4	Horário Trabalho	3	3	0	1	0	1	0	0	8
4	Hospitais	0	0	0	0	0	0	1	1	2
4	Justiça	1	1	1	1	2	0	3	4	13
4	Liberdades	0	0	1	0	0	0	0	0	1
4	Modelo económico	0	0	0	0	0	0	1	0	1
4	Pausas	1	3	0	1	0	0	0	0	5
4	Paz	0	1	6	1	1	0	3	6	18
4	Política	0	0	0	0	0	1	0	0	1
4	Produtividade	0	2	1	2	3	3	3	1	15
4	Qualificação profissional	0	0	1	0	0	0	1	0	2
4	Reforma (a) (não pensões)	2	1	2	6	4	0	3	2	20
4	Segurança social	5	4	5	3	6	2	2	4	31
4	Salarial (ais)	1	1	1	6	4	0	1	3	17
4	Salário (s)	0	4	4	11	12	4	6	8	49
4	SMN	0	0	0	2	0	1	0	2	5
4	SNS	0	0	1	1	1	0	1	0	4
4	Solidariedade	2	3	5	1	2	0	1	3	17
	Total IV	56	56	64	51	58	27	55	73	440
G	V- MEIOS UTILIZADOS	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
5	Acordo (s)	9	6	0	0	1	0	0	0	16
5	Cadernos reivindicativos	0	0	0	1	0	0	0	0	1
5	Combate (s)	0	2	2	2	1	0	3	0	10
5	Concertação social	0	0	0	0	0	0	0	1	1
5	Contratos colectivos	1	1	0	0	0	0	1	1	4

G	V- MEIOS UTILIZADOS (Continuação)	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
		5	Defender	0	0	1	1	0	0	0
5	Defesa	0	1	2	1	2	0	5	3	14
5	Empresa	0	0	1	0	0	1	0	1	3
5	Greve (s)	0	0	1	0	0	0	1	1	3
5	Luta (s)	7	13	10	10	8	3	10	9	70
5	Manifestação (ões)	2	3	4	0	4	0	1	3	17
5	Negociação (ões)	6	0	1	2	0	0	0	1	10
Total V		25	26	22	17	16	4	21	22	153
G	VI- OPOSITORES DA CGTP	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
6	Estado	1	1	4	2	8	4	4	0	24
6	Governo	8	20	4	9	9	6	7	15	78
6	Parceiro(s) social (ais)	0	1	0	0	0	0	0	0	1
6	Patrão (ões)	1	5	0	3	6	3	4	0	22
6	Patronal (ais)	1	1	1	1	0	0	2	3	9
6	Patronato	6	6	2	0	1	0	0	0	15
Total VI		17	34	11	15	24	13	17	18	149
TOTAL GERAL		140	177	188	116	192	80	138	177	1208

Agruparam-se as categorias identificadas em 6 grandes grupos, a saber :- (1) Categorias que identificam os destinatários referidos no próprio discurso sindical do 1º de Maio; (2) Categorias que identificam objectivos directos ou indirectos visando “transformar a sociedade actual”; (3) Categorias que traduzem “denúncias de males da sociedade capitalista actual”; (4) Categorias que definem as reivindicações da CGTP-IN visando “melhorar a sociedade actual”; (5) Categorias que identificam os meios utilizados pela CGTP-IN para obter a satisfação das suas reivindicações; (6) Categorias que definem os opositores da CGTP-IN.

Uma primeira conclusão que se tira dos resultados obtidos é que determinadas categorias, dominantes no discurso de um passado recente, praticamente desapareceram no discurso sindical actual, enquanto outras se tornaram dominantes. Esta conclusão ainda se tornará mais clara quando se fizer a comparação dos temas do discurso sindical actual com os temas do discurso sindical pós 25 de Abril.

Entre as categorias que praticamente desapareceram do discurso sindical actual, interessa referir “socialismo”, “controlo de produção”, “controlo operário”, “exploradores”, “imperialismo”, “latifundiários”, “latifúndio”, “reforma agrária”, “luta de classes”, “meios de produção”, “monopólio”, “mudanças sociais”, “nacionalizações”, “nacionalizar”, “operários”, “camponeses”, “recuperação capitalista”, utilizadas com grande frequência logo depois da Revolução de 25 de Abril e associadas a objectivos de transformação profunda da sociedade. Entre as categorias dominantes no discurso sindical actual, destacam-se “direitos”, “salários”, “segurança social”, “emprego”, e “desempregados” mais associadas a denúncias de males da sociedade actual e a reivindicações de melhorias no quadro da sociedade capitalista actual.

Um resumo dos resultados do agrupamento das principais categorias do discurso actual do 1º de Maio consta do quadro que se apresenta seguidamente, tornando mais fácil a sua apreensão.

QUADRO II – Agrupamento das categorias do discurso sindical do 1º de Maio em 6 grupos

GRUPOS DE CATEGORIAS	Nº DE VEZES NOS DISCURSOS DO 1º MAIO DA CGTP EM LISBOA									% do TOTAL
	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL	
I- DESTINATÁRIOS	23	38	62	17	34	12	23	34	243	20,1%
II- TRANSFORMAR SOCIEDADE	2	4	8	4	9	5	3	12	47	3,9%
III-DENUNCIAR MALES SOCIEDADE	17	19	21	12	51	19	19	18	176	14,6%
IV- MELHORAR SOCIEDADE	56	56	64	51	58	27	55	73	440	36,4%
V- MEIOS UTILIZADOS	25	26	22	17	16	4	21	22	153	12,7%
VI- OPOSITORES DA CGTP	17	34	11	15	24	13	17	18	149	12,3%
TOTAL	140	177	188	116	192	80	138	177	1208	100,0%

A análise global da frequência das categorias que integram cada grupo no discurso sindical do 1º de Maio permite tirar mais algumas conclusões importantes.

A primeira diz respeito ao grupo com maior e ao grupo com menor peso no discurso sindical do 1º de Maio da CGTP-IN no período analisado (1996-2004).

Assim, o grupo que tem maior peso diz respeito a categorias que traduzem reivindicações visando fundamentalmente “melhorar a sociedade actual”. Efectivamente, em número estas categorias aparecem 440 vezes nos discursos sindicais analisados correspondendo a 36,4% do número total de vezes em que aparecem as categorias analisadas.

Efectivamente, se analisarmos as categorias com maior frequência no 1º grupo – direitos e, entre estes, os sociais, os laborais, os sindicais, os individuais, os colectivos, os direitos humanos, o direito à saúde, à segurança social; emprego; horário de 40 horas; produtividade; reformas (segurança social, saúde, etc.); salários; solidariedade, etc. – concluímos que traduzem reivindicações normalmente feitas pelos trabalhadores no quadro da sociedade capitalista visando melhorá-la mas não a pondo em causa.

Por outro lado, o grupo que tem menor peso no discurso sindical (com apenas 47 presenças representando apenas 3,9% do total) diz respeito a categorias que traduzem, directa ou indirectamente, reivindicações visando “transformar a sociedade actual”, ou seja, reivindicações que podem ser consideradas como pondo em causa a sociedade capitalista actual.

As categorias com menor incidência nos discursos sindicais do 1º Maio – Revolução do 25 de Abril, Reforma Agrária, revolução, controle, capital, capitalismo, capitalista, exploração, explorados, opressão, privatizar - são precisamente categorias que normalmente estão associadas a reivindicações de transformação da sociedade capitalista actual.

E neste campo é tão significativo a presença em elevado número das categorias ligadas à transformação da sociedade, mostrando que tal é um objectivo fundamental de toda a acção que foi ou será desenvolvida, como também é significativo e esclarecedor a sua reduzida presença nos discursos analisados.

Depois aparece o grupo constituído pelos destinatários referidos no próprio discurso sindical, em que o peso dominante são os trabalhadores (204 vezes em 243 vezes), cabendo às restantes categorias (mulheres, jovens, reformados, desempregados) um peso reduzido (39 vezes).

Em relação à categoria “trabalhadores”, interessa referir que, para além de ser uma categoria apelativa, ela tem ou parece ter no discurso sindical um objectivo claro, já referido por Ruth Amossy¹⁸, que é o de fazer “funcionar plenamente a solidariedade” de classe, ou seja, afirmar que, acima de eventuais diferenças que existem entre os trabalhadores (religiosas, políticas, étnicas, etc.), há algo mais forte que os une, e que deve funcionar, que é o de pertencerem à mesma classe social. A repetição elevada, mesmo que não se tenha consciência disso, parece visar tornar tal afirmação um facto inquestionável.

Seguem-se três grupos, que são a “denúncia dos males da sociedade capitalista actual” (176 vezes), “meios utilizados” (53 vezes) para a melhorar e eventualmente a transformar (mas como se viu, este último objectivo tem um reduzido peso no discurso sindical actual) e, finalmente, os “opositores da CGTP-IN” (149 vezes).

As “denúncias dos males da sociedade capitalista actual” têm uma função importante no discurso sindical já que fundamentam e tornam necessárias as reivindicações visando “melhorar a sociedade actual”. E como vimos são reivindicações que parecem não pôr em causa a sociedade actual já que se referem, designadamente, às 40 horas, competitividade, liberdades, cumprimento da Constituição da República, direitos (sociais, laborais, colectivos, individuais, sindicais, humanos, etc.), educação, emprego, formação, produtividade, segurança social,

¹⁸ L' argumentation dans le discours, p. 147

saúde, SNS, SMN, solidariedade, etc., ou seja, reivindicações que se situam no quadro da sociedade capitalista actual visando torná-la “mais justa, igualitária e humana”.

Em relação aos “meios utilizados” para alcançar a satisfação das reivindicações enunciadas, as “lutas” constituem a categoria dominante do discurso sindical. A “greve”, como uma forma legal suprema da luta de classes, ocupa um lugar muito reduzido (aparece apenas 3 vezes).

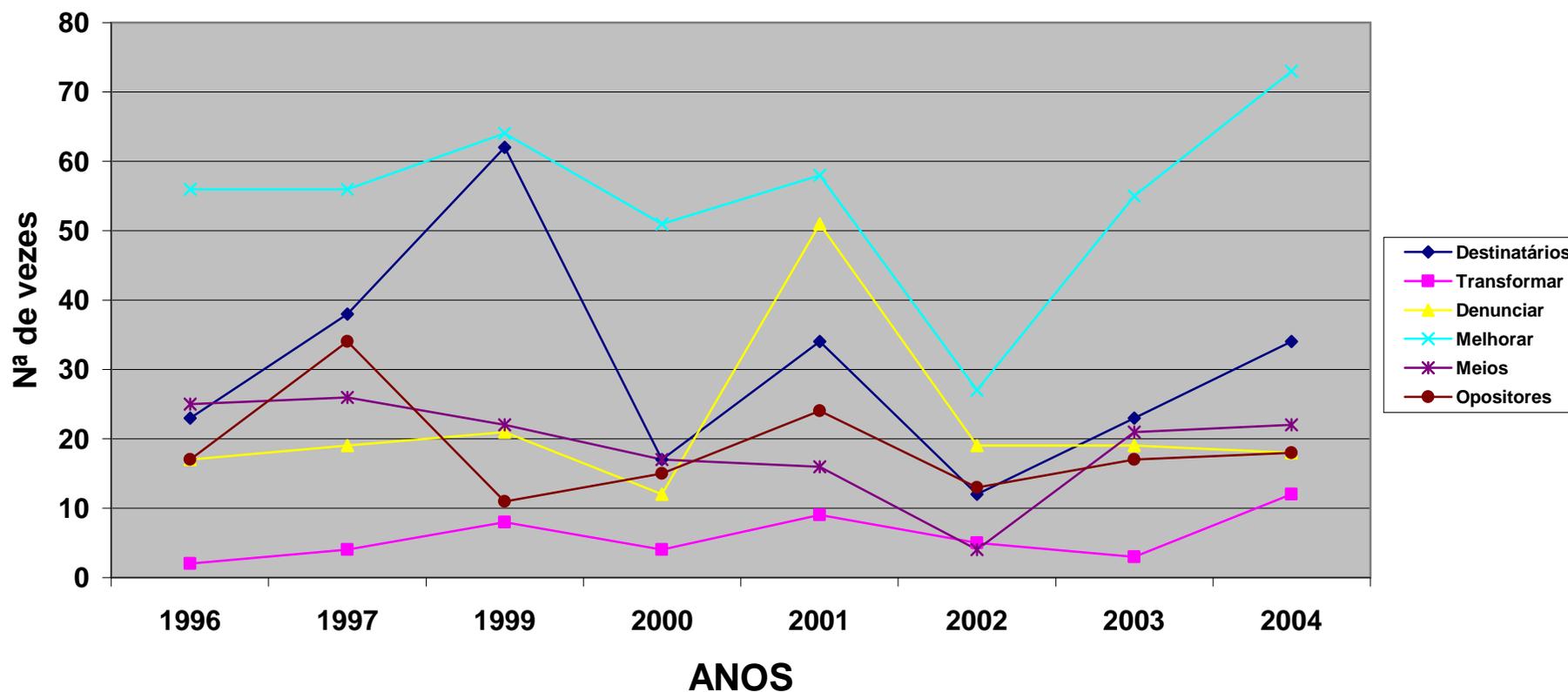
Finalmente, as categorias incluídas no grupo denominado “opositores da CGTP-IN “ ocupam um lugar importante do discurso sindical do 1º de Maio já que aparecem 149 vezes. E aqui é importante distinguir que enquanto o “Estado +Governo” aparece 102 vezes, as categorias referentes ao patronato (Patrão+Patrões+Patronal+Patronais+Patronato) aparecem, em conjunto, somente 46 vezes, ou seja, menos de metade.

Os dados anteriores parecem revelar que, pelo menos a nível do discurso sindical do 1º de Maio, o “inimigo principal ” é o governo e não o patronato. Tal facto parece reforçar a conclusão já anteriormente referida de que é mais importante melhorar a sociedade actual do que transformar a actual sociedade.

E parece legítima a conclusão anterior porque preferindo o confronto com o governo, e deixando para um segundo plano o confronto com o inimigo de classe, que é o patronato, o discurso sindical tende a acentuar a divisão ou mesmo o confronto não entre classes, ou seja, entre explorados e exploradores para utilizar uma terminologia clássica, mas sim entre trabalhadores e governo, embora este possa ser considerado um representante daquele (patronato), tornando assim mais justificável esse confronto preferencial. No entanto, este confronto direccionado fundamentalmente contra o representante, e não contra o “inimigo fundamental de classe”, pode acabar por ocultar este aos olhos de muitos trabalhadores.

O gráfico I mostra de uma forma visual as conclusões anteriores.

GRÁFICO I - Nº DE VEZES QUE AS CATEGORIAS INCLUÍDAS EM CADA GRUPO APARECEM NO DISCURSO SINDICAL DO 1º DE MAIO NOS ANOS ANALISADOS (1996-2004)



No grupo “Melhorar a sociedade actual”, uma das categorias com mais elevada frequência é a de “direito (s)” com 119 presenças nos oito discursos analisados. Por essa razão, interessa conhecer o significado (conteúdo) que tem esta categoria no discurso sindical, para isso vai-se analisar o contexto em que ela aparece integrada, até para se poder concluir se ela está integrada correctamente no grupo “melhorar a sociedade actual”, como foi considerado, ou se estaria melhor no grupo “transformar a sociedade actual”.

Para responder a esta questão elaborou-se o quadro III que se apresenta seguidamente, onde se encontram transcritas as unidades de discurso onde aparece integrada a categoria “DIREITOS” o que torna mais claro o significado que ela tem no discurso do 1º de Maio.

QUADRO III- Unidades do discurso sindical (frases) onde aparece a categoria “DIREITOS”

Discurso	Contextualização/ linhas do discurso onde aparece “direitos”	Nº vezes
1º Maio 1996 (8 vezes)	Trabalho com direitos para todos	1
	A democracia fica à porta das empresas, onde os direitos sindicais e laborais são seriamente violados	1
	Recuar nas suas reivindicações salariais e abdicar dos seus direitos	1
	Todos esses direitos (retribuição, lazer, protecção na doença) têm uma função social indispensável à estabilidade pessoal e familiar	
	A melhoria das condições de vida e dos direitos dos trabalhadores	1
	Não podemos admitir a reforma da segurança social contra os direitos dos trabalhadores	1
	Em nome dos direitos dos trabalhadores vamos exigir que o Estado assuma as suas responsabilidades a nível da segurança social	1
	Direitos arduamente conquistados a nível da contratação colectiva	1
1º Maio 1997 (13 vezes)	O conceito do “tempo de trabalho” defendido pelos patrões retrógrados tem também implicações no cálculo do valor/hora do salário e em tudo o que daí decorre em termos dos direitos contratuais e legais dos trabalhadores	1
	Enormes sacrifícios que ela nos tem custado e as perseguições feitas aos sindicalistas, e a trabalhadores que lutam pelos seus direitos	1
	Conseguimos impor em muitas empresas a efectiva redução dos horários sem perda de quaisquer direitos	1
	É preciso dignificar o trabalho com o pleno uso de todos os direitos que legalmente estão reconhecidos aos trabalhadores	1
	Combater a generalização dos vínculos precários de trabalho, o trabalho clandestino e ilegal, a tentativa de eliminação ou da fragilização dos direitos legais e contratuais dos trabalhadores.	1
	Ao ataque aos direitos sociais e laborais decididamente dizemos não	1
	Retirada dos direitos e sua violação nas empresas	1
	Numa estratégia de mão-de-obra barata, desqualificada e privada de direitos	1
	O Governo criou um círculo de amigos aos quais atribuiu direitos especiais	1
	Enfraquecimento constitucional dos direitos e garantias dos trabalhadores	1
	A Constituição tem sido um suporte essencial para a defesa dos seus direitos e interesses	1
	Os trabalhadores têm vindo a lutar com grande determinação pelos seus direitos e pelas suas justas reivindicações	1
	Queremos ver os nossos direitos individuais e colectivos devidamente respeitados	1

1º Maio 1999 (13 vezes)	Conquistou-se a liberdade sindical e os direitos sindicais	1
	Temos de dizer não às teorias de que os trabalhadores mais jovens já não podem ter os mesmos direitos dos trabalhadores mais velhos	2
	Os direitos dos trabalhadores podem ser reformulados, mas a sua reformulação só pode significar revalorização	1
	Os desempregados têm que ser protegidos e têm que ser organizados, e os seus direitos têm que ser afirmados pelos sindicatos	1
	A luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres é um objectivo de todos os dias	1
	Aquilo que hoje existe de mais sensível, de mais positivo, ao nível dos chamados direitos de cidadania e que é preciso valorizar na actual sociedade, foi, em grande parte, resultante da luta dos trabalhadores e das suas conquistas	1
	Os direitos de cidadania não podem ser menores dentro das empresas do que fora delas	1
	Direitos no trabalho, individuais e colectivos	1
	Respeito pelos trabalhadores e seus direitos	1
	Defesa dos seus direitos	1
Seus direitos que tem afirmado os sindicatos	1	
Direitos no trabalho	1	
1º Maio 2000 (5 vezes)	Direitos sociais	2
	Direitos postos de trabalho	1
	Direitos dos regimes contributivos e não contributivos	1
	Direitos e interesses dos trabalhadores	1
1º Maio 2001 (8 vezes)	Direitos sociais	3
	Direitos e interesses dos trabalhadores	1
	Direitos laborais e sindicais	1
	Trabalho igual, direitos iguais	1
	Direitos adquiridos e em formação na segurança social	1
Direitos dos emigrantes	1	
1º Maio 2002 (5 vezes)	Eliminando direitos	1
	Cumprimentos de direitos e deveres	1
	Atacar os direitos dos trabalhadores	1
	Emigrantes sem direitos	1
Queremos direitos e deveres iguais	1	
1º Maio 2003 (4 vezes)	Lutamos em defesa dos direitos	1
	Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores	1
	Afirmando direitos e fazendo funcionar na contratação	1
	Afirmação dos direitos dos trabalhadores	1
1º Maio 2004 (12 vezes)	Luta dos trabalhadores pelos seus direitos	1
	Saudação aos trabalhadores que lutam pelos seus direitos	1
	Direitos fundamentais	1
	Direitos que são património dos trabalhadores	1
	Direitos a serem postos em causa	1
	Defenderem direitos conquistados	1
	Destruir conquistas e direitos	1
	Direitos dos trabalhadores da administração pública	1
	Trabalho com direitos	1
	Direitos e conquistas de Abril	1
Direitos dos trabalhadores	2	
TOTAL		68

Pela leitura das unidades do discurso sindical transcritas no quadro anterior onde aparece a categoria “Direitos” torna-se mais claro o significado que esta categoria tem no discurso do 1º Maio, parecendo ser fundamentalmente uma reivindicação pela efectivação dos direitos no quadro da sociedade capitalista actual e não tendo como objectivo, pelo menos claro, a transformação da sociedade actual, substituindo-a por um novo tipo de sociedade. Assim sendo, parece estar correcta a sua inclusão no grupo “Melhorar a sociedade actual” como fizemos.

Um outro tipo de análise de conteúdo que interessa fazer é aquela que Laurence Bardin chama “co-ocorrência” e “a não co-ocorrência”.

Assim, a “co-ocorrência (ou a não co-ocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor. Se o elemento A, aparece muitas vezes com B (co-ocorrência superior ao acaso), pode ser posta a hipótese de que A e B estão ligados, ou seja associados no emissor. Ao contrário, se o elemento B raramente aparece em simultâneo com o elemento C (co-ocorrência inferior ao acaso) pode ser posta a hipótese que são exclusivos, dissociados na mente do locutor”¹⁹

E a análise que se vai fazer utilizando a metodologia proposta por este autor é relativamente às categorias “luta” e “lutas” procurando identificar que categorias estão a elas associadas, por co-ocorrência, no espírito do enunciador e que categorias estão dissociadas (por não co-ocorrência) na mente do locutor.

Os resultados dessa análise qualitativa de conteúdo dos oito discursos do 1º de Maio apresentam-se seguidamente.

A) CATEGORIA “LUTAS “

DISCURSO DO 1MAIO 1999

Unidade de discurso 1

“Entre 17 a 26 de Maio vamos dar expressão forte ao descontentamento dos trabalhadores e às suas propostas e justas reivindicações, realizando iniciativas sectoriais e regionais que façam convergir todas as lutas em curso”.

DISCURSO DO 1º DE MAIO DE 2001

Unidade de discurso 2

“De norte a sul do país, e nas regiões autónomas, estamos a comemorar, em dezenas e dezenas de localidades, o Dia Internacional do Trabalhador, com a alegria, a determinação e a confiança que são apanágio dos homens e mulheres que sabem honrar aqueles que nos antecederam nas grandes lutas operárias e sindicais.”

DISCURSO DO 1MAIO 2001

Unidade de discurso 3

“Desde o anterior 1º de Maio até hoje, realizamos uma intensa movimentação reivindicativa com lutas que tiveram grande impacto, quer no sector privado, quer no público, designadamente em torno dos direitos, dos salários, contra a precariedade, pela redução dos horários de trabalho, em processos de âmbito sectorial ou em torno de centenas de cadernos reivindicativos.

¹⁹ Análise de Conteúdo, Laurence Bardin, p. 198

DISCURSO DO 1MAIO 2003

Unidade de discurso 4

“Os trabalhadores da generalidade do Sector Privado estiveram sempre presentes nas mais diversas lutas e os trabalhadores da Administração Pública Central e Local deram um grande contributo lutando em defesa do emprego, contra a redução dos salários e pensões, em defesa da dignificação da A.P., e nas mais diversas iniciativas e lutas de interesse para todos os trabalhadores”.

Unidade de discurso 5

“Lutar de forma cada vez mais convergente e articulada, unindo todos os Trabalhadores, todos os sectores de actividade em torno da CGTP-IN, das suas propostas e das lutas que vai promover.”

Em resumo, a categoria “lutas” encontra-se associada ou às lutas históricas (portanto, passadas) do sindicalismo (ex.: grandes lutas operárias e sindicais) ou a objectivos enquadráveis dentro da sociedade capitalista actual (ex.:*Lutas em torno dos direitos, dos salários, contra a precariedade, pela redução dos horários de trabalho*)

B) CATEGORIA “LUTA “

Para tornar claro o significado da categoria “LUTA” (note-se que, anteriormente, a categoria analisada foi “LUTAS” e não “LUTA”) vai-se contextualizá-la, ou seja, apresentar a unidade de discurso onde ela aparece. E para evitar tornar tal análise demasiadamente longa, vai-se fazê-la relativamente apenas a 4 anos, sendo dois do início da cadeia analisada (1996 e 1997) e dois do fim (2003 e 2004).

DISCURSO DO 1MAIO 1996

Unidade de discurso 6

A redução do horário de trabalho é um factor de justiça, de progresso social, é um contributo para a LUTA contra o desemprego e é um incentivo para a modernização das empresas.

Unidade de discurso 7

Com a LUTA que desenvolvemos nos últimos anos pela redução do horário de trabalho, levámos a que a generalidade das forças políticas assumissem em 1995, o compromisso de legislar as 40 horas como limite da duração máxima do horário semanal.

Unidade de discurso 8

Não desistiremos, pois, da LUTA para que as 40 horas sejam consagradas imediatamente e sem contrapartidas.

Unidade de discurso 9

Por isso, a CGTP-IN e os trabalhadores estão firmemente determinados na LUTA contra esta proposta de lei.

Unidade de discurso 10

No próximo dia 16, Véspera da votação da proposta de lei na Assembleia da República, a CGTP-IN promoverá uma grande jornada de LUTA, de âmbito nacional, para afirmar a nossa total oposição às normas da flexibilidade e polivalência inscritas na proposta de lei.

Unidade de discurso 11

A jornada de LUTA terá a sua maior expressão em Lisboa com a manifestação que vamos realizar junto do parlamento.

Unidade de discurso 12

Apelamos a todos os trabalhadores para a sua participação massiva e entusiástica nesta grande jornada de LUTA sindical.

DISCURSO DO 1MAIO 1997**Unidade de discurso 13**

1de Maio ocorrem num quadro em que a LUTA pela redução do horário de trabalho e pelo emprego constituem referências centrais da acção do movimento sindical.

Unidade de discurso 14

Neste 1º de Maio, a nossa LUTA identifica-se com estes ideais históricos que estão na origem do sindicalismo.

Unidade de discurso 15

A esta vergonhosa ofensiva contra os trabalhadores temos respondido com a nossa LUTA firme e vigorosa, pese embora os enormes sacrifícios que ela nos tem custado e as perseguições feitas aos sindicalistas, e a trabalhadores que lutam pelos seus direitos.

Unidade de discurso 16

A LUTA que temos vindo a desenvolver já teve resultados altamente positivos: - demonstrámos que a razão está do nosso lado; - ganhamos apoios na sociedade e em órgãos de soberania; - afirmou-se a importância dos sindicatos; - aumentou a participação dos trabalhadores e a confiança na LUTA; - criámos condições para aumentar a sindicalização; - demos força à LUTA por outros objectivos reivindicativos; - demonstrámos que a luta dos horários de trabalho é um problema concreto de todos os trabalhadores; e, o que é mais importante, - conseguimos impor em muitas empresas a efectiva redução dos horários sem perda de quaisquer direitos.

Unidade de discurso 17

Mais e mais trabalhadores se solidarizarão com a LUTA pelas 40 horas e pela efectiva redução dos horários de trabalho.

Unidade de discurso 18

Os trabalhadores sabem que sem LUTA e sem solidariedade nada se consegue.

Unidade de discurso 19

Por isso, os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado, os trabalhadores das autarquias e da administração pública, dos transportes, do sector mineiro, da metalurgia, das pescas, da hotelaria, da construção e reparação naval, do material eléctrico, do ensino e tantos outros, têm vindo a lutar com grande determinação pelos seus direitos e pelas suas justas reivindicações e vão prosseguir a sua LUTA alguns já no mês de Maio.

Unidade de discurso 20

Temos de continuar esta LUTA, procurando conjugar as nossas acções e alargar o seu âmbito. Esta jornada é para nós de grande importância e actualidade e os seus objectivos articulam-se com os objectivos de LUTA nacionais.

Unidade de discurso 21

Com a nossa acção e a nossa LUTA, com a unidade na acção, com a CGTP-IN, havemos de o conseguir.

DISCURSO DO 1MAIO 2003

Unidade de discurso 22

Estamos neste 1º de Maio após 12 meses de intensa e importante intervenção e LUTA sindicais.

Unidade de discurso 23

Fizemos, por todo o país uma LUTA exemplar em defesa do emprego, contra despedimentos, encerramentos e falências de empresas.

Unidade de discurso 24

Travamos uma LUTA diversificada contra o Pacote Laboral e em particular realizamos, em condições muito difíceis, uma grande greve geral em 10 de Dezembro.

Unidade de discurso 25

Com a nossa acção, com a nossa LUTA e a de muitas outras forças sociais e políticas, seremos capazes de travar este processo.

Unidade de discurso 26

Desenvolvemos uma LUTA difícil, mas em muitos aspectos heróica, que se demonstra e demonstrará extremamente útil para os trabalhadores, para a democracia, para o processo de desenvolvimento do país.

Unidade de discurso 27

Acompanharemos este processo com muita atenção, mas o combate contra este Pacote Laboral e por uma legislação laboral justa, passará sempre pela acção no terreno, pela LUTA a partir dos locais de trabalho, afirmando direitos e fazendo funcionar a contratação colectiva.

DISCURSO DO 1MAIO 2004

Unidade de discurso 28

118 anos após a heróica LUTA dos trabalhadores e trabalhadoras de Chicago pela jornada das 8 horas de trabalho que deu origem à comemoração internacional do 1º de Maio e depois do 25 de Abril de 74 que liquidou o fascismo e nos trouxe a liberdade, o 1º de Maio continua vivo e actual, constituindo a expressão mais vibrante da solidariedade e da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pelo progresso e justiça social e pela Paz.

Unidade de discurso 29

A LUTA pela Paz continua a ser, neste início do século XXI, uma prioridade para todos os democratas.

Unidade de discurso 30

A LUTA da CGTP-IN e dos trabalhadores portugueses é essencialmente uma luta por uma maior justiça social, em sintonia com o espírito e a mensagem fundadora de Maio.

Unidade de discurso 31

Por isso, neste grandioso 1º de Maio, dia de festa e de LUTA, assumimos o compromisso de continuarmos a defender o direito de contratação colectiva, contra o terrorismo contido no Código do Trabalho e na sua Regulamentação.

Unidade de discurso 32

Vamos, por isso, aumentar o nosso esclarecimento e a nossa mobilização a nível dos locais de trabalho, dos sectores e das regiões onde vivemos, procurando dinamizar a unidade entre todos os trabalhadores na LUTA pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Unidade de discurso 33

Com a nossa **LUTA**, queremos contribuir para a construção de alternativas políticas e reforçar as **dinâmicas de mudança na sociedade** para que possamos ter um Portugal mais justo, mais democrático e mais desenvolvido.

Unidade de discurso 33

Exortamos todos os trabalhadores a prosseguir e intensificar a **LUTA reivindicativa**, de forma crescente e conjugada, e proclamamos a nossa firme determinação de lutar por outra política e por outro Governo.

Resumindo, a categoria “luta” encontra-se associada a reivindicações que têm como objectivo melhorar a sociedade actual, mas não transformá-la no sentido de a substituir por uma nova, já que são lutas “em torno dos direitos, por melhores salários, contra o desemprego, pela redução do horário de trabalho”; “pelas 40 horas”; de “oposição às normas de flexibilidade e polivalência”; “para impor a efectiva redução do horário de trabalho”; pelos “direitos e justas reivindicações”; em “defesa do emprego, contra os despedimentos e o encerramento das empresas”; “contra o pacote laboral, pelas 8 horas, pela paz”; pelo “progresso e justiça social”; para “defender o direito à contratação colectiva”; “pela melhoria das condições de vida”; é essencialmente luta “reivindicativa”.

Uma única vez se encontra a categoria “luta” associada ao reforço de “dinâmicas de mudança na sociedade”, embora não seja claro que tal implique uma mudança de estruturas sociais.

Assim, categorias que estão normalmente associadas à transformação da sociedade, como sejam “nacionalizações”, “reforma agrária”, controlo de produção”, etc. não ocorrem associadas a categoria “luta” (estão mesmo dissociadas ou excluídas). Pode-se mesmo dizer, para utilizar os conceitos referidos anteriormente, que se está perante casos de “não co-ocorrência”.

Para terminar este ponto vai-se comparar os temas dominantes do discurso sindical actual da CGTP-IN com o discurso sindical da mesma central nos primeiros anos depois do 25 de Abril, para se saber o que se manteve e o que mudou nesse discurso sindical, até como consequência das mudanças sociais e políticas verificadas.

Para isso, vai-se utilizar um estudo elaborado por Vera Santana em 1986 com o título “Discurso Sindical. Uma Análise de Imprensa: O ALAVANCA”²⁰, que apesar das suas evidentes limitações (tem como base apenas o jornal desta central num período não muito longo) permite evidenciar alguns aspectos que, pela sua importância, deviam merecer em investigações futuras uma análise mais profunda até para se avaliar a consistência das conclusões enunciadas nesse estudo.

Esta investigadora divide os números do “Alavanca” que analisou, com datas entre Dezembro de 1974 e Agosto de 1978 (não todos), em três períodos, a saber: - (1) 1º Período de Dez.74/Março75; (2) 2º Período de Março75 a Dez75; (3) 3º Período de Janeiro a Agosto de 1978.

E as conclusões que enuncia são as seguintes: - “Aos diferentes períodos correspondem diferentes temas-chave: - 1º Período: Organizar os trabalhadores e politizá-los; 2º Período: Transformar o sistema político, social e económico do País; 3º Período: Mobilizar os trabalhadores para uma luta contra as entidades patronais no seio das empresas e ao nível dos sindicatos, por uma melhoria das condições de trabalho”.

E de acordo com a mesma investigadora os temas-chave do “Alavanca” em cada um daqueles períodos foram os seguintes.

No 1º período: -Contra os monopólios e latifúndios, direito à terra, nacionalizações, contra a sociedade capitalista, reforma agrária, nacionalização de sectores, sindicatos verticais,

²⁰ Vera Santana, técnica da Direcção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Segurança Social

organização sindical, eleições sindicais, constituição de sindicatos, participação dos trabalhadores na vida política, Aliança Povo-FA, etc. (ob. cit. , p. 58).

No 2º período: - Nacionalizações e controlo da produção, controlo da economia, contra a sabotagem económica, não à auto-gestão, reforma agrária, reconversão sindical, unicidade e lei sindical, conselhos de trabalhadores, aliança Povo-MFA, etc. (ob. cit., p.62).

Finalmente, no 3º período: - Defesa reforma agrária, política cultural, Constituição, política de habitação, política de emigração, política de saúde, nacionalizações, política laboral, participação dos trabalhadores na elaboração da legislação, verticalização, unicidade e unidade, etc.

De uma forma sintética pode-se dizer que a cada um dos períodos corresponderam objectivos estratégicos diferentes que deram origem a discursos sindicais com temas também diferentes.

Num primeiro período o objectivo era claramente a organização e a politização dos trabalhadores, embora acompanhada por uma melhoria significativa das condições de vida e de trabalho. No segundo período, o objectivo estratégico era a transformação da sociedade, cuja expressão mais visível foram as nacionalizações e a reforma agrária. Finalmente, no terceiro período, o objectivo estratégico passou a ser a defesa e consolidação dessas transformações económicas e sociais.

Como se conclui da análise que se fez ao discurso sindical actual do 1º de Maio existem temas mesmo do chamado 3º período que já não aparecem no discurso sindical actual, como são Reforma Agrária e Nacionalização. Outros, deste 3º período, tornaram-se dominantes no discurso sindical actual, embora com características específicas (emigração, saúde).

Para terminar, e como conclusão geral, pode-se afirmar, contrariamente ao que muitas vezes se pretende fazer crer, que o discurso sindical actual da CGTP-IN é um discurso de mudança, mas de mudança que tem como objectivo a melhoria da sociedade capitalista actual, nomeadamente naquilo que mais afecta os trabalhadores (desemprego, precariedade, insegurança, salários, saúde, segurança social, direitos laborais, direitos sindicais, etc.), e não de mudança que envolva uma transformação profunda dessa sociedade. Portanto, é um discurso que, em princípio, parece ser apropriado à difusão através dos media dominantes na sociedade actual.

2- AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA CGTP-IN NO 1º DE MAIO

A análise que se acabou de realizar, embora importante porque permitiu tirar já algumas conclusões com interesse para o trabalho de investigação a realizar, é, no entanto, ainda insuficiente. Há que completá-la com uma análise qualitativa das práticas discursivas da CGTP-IN no 1º de Maio. É o que se procurará fazer seguidamente.

Assim, uma primeira conclusão que se tira da leitura flutuante dos discursos do 1º de Maio que se tem vindo a analisar, é que se pode agrupar os oito discursos em dois conjuntos diferentes, a saber: - Um primeiro conjunto, constituído por 4 discursos (1996, 1997, 1999, 2001), que são discursos claramente para serem lidos, mais estruturados, sem repetições, em que se desenvolve um raciocínio lógico e em que se procura fundamentar e explicar as conclusões que se enunciam. Um segundo conjunto, constituído por 4 discursos (2000, 2002, 2003 e 2004), em que se intercalam partes para serem lidas com pontos para eventualmente serem desenvolvidos durante a intervenção oral sendo, por isso, um discurso mais fragmentado e constituído essencialmente por frases assertivas que se pressupõe que não careçam de fundamentação e explicação para serem aceites.

Vejamos dois exemplos apenas para tornar mais claro o que se acabou de referir.

No discurso do 1º de Maio de 1996, começa-se por enunciar o lema que é “Trabalho e Direitos para Todos” . Todo o discurso é construído à volta e com base nesse lema, primeiro explicando porque razão ele é o lema certo para o período que se vive e, depois, o que deverá ser feito para que seja levado à prática, constituindo isso um verdadeiro programa para a acção futura.

No discurso do 1º Maio de 2003, por ex., o processo seguido já não é o mesmo. Não existe um tema central, o que existe é uma série de temas – Paz, Palestina, União Europeia, Situação do País, Pacote Laboral, Degradação da vida Política, Modelo de Desenvolvimento, X Congresso, etc., - que aparecem no discurso de uma forma fragmentada, como se de diversos discursos se tratasse embora inseridos num único discurso. Parece existir o desejo, por um lado, de abranger o maior número de áreas possíveis em prejuízo do desenvolvimento de um discurso do tipo do referido anteriormente. Por outro lado, parece que se procura que alguns deles sejam escutados desde o princípio até ao fim pelo auditório presente: nas condições concretas em que se encontra, o auditório dificilmente apreende um discurso único e longo. Parece ainda que se quer captar a atenção da comunicação social, e através dela, chegar a outro tipo de destinatários, nomeadamente a opinião pública e o próprio poder político.

Muito semelhante ao anterior é o discurso do 1º de Maio de 2004 pronunciado no terreiro da cidade universitária

Na análise qualitativa que se está a fazer ao discurso sindical do 1º de Maio da CGTP-IN, existe ainda um outro aspecto importante que interessa também analisar, até porque ele poderá ter também reflexos na eficácia da comunicação sindical.

Trata-se daquilo que Dominique Maingueneau denomina “o apagamento dos coenunciadores” que, segundo ele, caracteriza o “discurso científico, tipo de discurso que com efeito, é comumente associado ao apagamento dos coenunciadores: as verdades científicas não estão ligadas a um “eu” e a um “você” particulares porque são tidas como verdadeiras em quaisquer circunstâncias”²¹

José Rebelo analisa também este desdobramento na área da enunciação. O enunciador fala do destinador na terceira pessoa que, no caso do discurso sindical como se irá ver, ainda por cima nem é enunciada, o que parece visar uma maior universalidade do sujeito.

Alguns exemplos retirados do discurso do 1º de Maio de vários anos tornam mais claro este aspecto da prática discursiva sindical:

- ❖ **1º de Maio de 1996**
 - (1) “Não há segurança nem estabilidade no emprego. O patronato usa e abusa dos contratos a prazo, dos recibos verdes, do trabalho à hora e à peça”
- ❖ **1º de Maio de 2000**
 - (2) “Portugal é o País da U.E. onde os desequilíbrios são maiores em matéria fiscal”
- ❖ **1º de Maio de 2003**
 - (3) “ A U.E. está a modificar-se. O alargamento é um facto e a Convenção vai avançando propostas e soluções que, em Portugal, não ocupam qualquer espaço significativo nos debates”
- ❖ **1º de Maio de 2004**
 - (4) “Quanto mais o governo fala em retoma económica, mais ela tarda em aparecer”

²¹ Análise de Textos de Comunicação, pp. 130 e 131

- (5) “Afirmar Abril, no actual contexto, como a CGTP-IN preconiza é exigir um novo governo e uma política, em tudo diferente da que vem sendo posta em prática”.

Em qualquer destas unidades de discurso não existe indícios da presença nem do enunciador nem de quaisquer co-enunciadores. O apagamento, melhor, o desaparecimento do sujeito enunciador é total assim como dos co-enunciadores. Em qualquer um dos três casos produzem-se asserções que se consideram como fazendo parte de um saber absoluto, cuja veracidade se pressupõe que seja aceite por todos e que, por essa razão, não carecem de demonstração. E quem se atrever a contradizê-las está a ir contra o bom senso, contra um saber que se pressupõe ao alcance e partilhado por todos.

José Rebelo igualmente refere que “o que é transparente na dictização discursiva é a presença do sujeito: o facto primitivo é a presença transparente da instância da enunciação. O que torna o discurso dictizado opaco é, precisamente, o desinvestimento do sujeito, ou o facto da instância de enunciação se retirar (se ausente, projectando ao mesmo tempo a representação do seu contrário, a objectividade do mundo)”²² (o sublinhado é nosso)

De acordo com este mesmo autor, o “discurso ideológico e o discurso científico são exemplos de dois casos extremos quanto ao maior ou menor investimento do sujeito e quanto à maior ou menor estruturação do objecto ... no caso do discurso ideológico, assiste-se ao forte investimento do sujeito que ocupa plenamente o lugar da enunciação e uma fraca estruturação do objecto” (pp. 76 e 77, obra citada).

No entanto, como refere ainda José Rebelo, nem sempre assim acontece e explica que “a opção por uma ou outra das variantes depende, fundamentalmente, do estatuto do enunciador assim como da relação de forças – forte ou fraca – existente entre ele e o seu auditório” (ob. cit., p. 76). E apresenta como prova o estudo realizado pela socióloga Lucile Courderesse que comparou os discursos pronunciados, em Maio de 1936, pelos líderes dos socialistas e dos comunistas franceses, respectivamente, Leon Blum e Maurice Thorez, concluindo que Thorez utiliza no seu discurso apenas 11 vezes o “eu”, enquanto Blum o faz 76 vezes, e o “nós” de Blum é sempre explicado pelo contexto, enquanto o “nós” de Thorez tanto pode designar “eu+vós” (o público), como “eu+vós+ todos os comunistas”, como “eu+comissão política+ o partido na totalidade”.

No discurso sindical do 1º de Maio, as unidades de discurso referidas anteriormente, em que não existem quaisquer indícios da presença quer do enunciador quer do coenunciador, são depois embreadas com outras unidades de discurso, onde nunca aparece o “eu” mas onde surge um “nós” implícito que, à semelhança do verificado no discurso do líder comunista Thorez, tem diferentes significados, como rapidamente se conclui dos exemplos que se apresentam seguidamente que foram retirados dos discursos de quatro anos.

❖ 1º de Maio de 1999

- (1) “Estamos aqui, hoje, a comemorar os 25 anos do 1º de Maio em liberdade para dizer, bem alto, que temos de continuar o projecto de Abril”
- (2) “Conseguimos defender milhares e milhares de postos de trabalho nos diversos sectores de trabalho e por todas as regiões do país”.

❖ 1º de Maio de 2001

- (3) “Prosseguimos uma acção firme em defesa da segurança social e da reforma fiscal, da melhoria da saúde, do sistema educativo e da formação profissional...”

❖ 1º Maio de 2003

- (4) “Lutamos nas empresas e a nível nacional em defesa dos direitos, por melhores salários, contra o custo de vida, por políticas justas”
- (5) “Fizemos grandes manifestações mobilizando no conjunto centenas de milhares de trabalhadores”.

²² O Discurso de Jornal, p. 75

- (6) “Lutamos e temos de continuar a lutar contra a guerra, pela defesa da paz e por uma nova ordem internacional”

❖ **1º Maio de 2004**

- (7) “Temos dito e reafirmamos que a política do actual governo não serve os interesses do país nem dos trabalhadores”.
- (8) “Vemos a estrutura produtiva ser escandalosamente destruída, com o encerramento de importantes empresas, tornando evidente os sinais de degradação da nossa economia”.

Como se acabou de ver nos exemplos apresentados, e eles podiam-se multiplicar, um aspecto que caracteriza também o discurso sindical do 1º de Maio da CGTP-IN é a utilização de um “nós”, que não é explícito, mas sim meramente implícito. Esta pseudo ausência do “nós” parece pretender não estreitar a abrangência do “nós” a um universo que poderia ser demasiadamente redutor e pouco flexível ou, como afirma José Rebelo, recorrer ao “ implícito como resposta à necessidade de dizer sem ter dito, à necessidade de rentabilizar a cumplicidade inerente ao dizer rejeitando, ao mesmo tempo, os riscos da explicitação”²³.

Assim, no exemplo (1) o “nós” parece significar “eu+vós”, sendo o “vós” os presentes na manifestação-concentração do 1º de Maio em Lisboa de 1999.

No entanto, já o “nós” do exemplo (2) não parece referir a “eu+vós”, em que o “vós” incluiria apenas os presentes na concentração. Como inclui todos os que defenderam postos de trabalho de “diversos sectores e por todas as regiões do país”, naturalmente inclui “eu” + “vós” + “eles”, em que “eles” envolve todos os que participaram nessa defesa mesmo não presentes na concentração-manifestação do 1º de Maio. Inclui até trabalhadores não sindicalizados ou sindicalizados em sindicatos não pertencentes a CGTP-IN.

No exemplo (3) o “nós” parece englobar não apenas “eu+vós”, mas sim “eu+vós+eles”, em que aqui “eles” se circunscreve ao MSU, portanto ao universo da CGTP-IN.

No exemplo (4) o “nós” não se reduz ao universo da CGTP-IN, pois inclui todos que lutam pelos “seus direitos”, por “melhores salários”, por “políticas mais justas”. Portanto inclui os filiados na CGTP-IN e todos aqueles que embora não pertencentes à CGTP-IN participaram nessas lutas.

No exemplo (5), o “nós” implícito parece circunscrever-se apenas aos activistas sindicais da CGTP-IN que conseguiram mobilizar centenas de milhar de trabalhadores para participarem em manifestações. Contrariamente ao que sucede nas outras unidades de discurso, nesta faz-se uma separação entre “nós” (os que conseguiram mobilizar) e “eles” (que foram mobilizados).

No exemplo (6) o “nós” parece querer significar “eu+vós+eles”, em que “eles” abrangeriam não só os da CGTP-IN ausentes naquela concentração mas toda a sociedade pois parece legítimo pensar que toda ela esteja interessada em lutar pela paz e contra a guerra e por uma nova ordem internacional.

No exemplo (7), portanto uma unidade do discurso do 1º de Maio de 2004, o “nós” implícito parece querer significar “eu+vós”, “vós” que estão aqui, mais “vós” que não estão neste comício, mas que pertencem ao universo da CGTP-IN.

Finalmente, no exemplo (8) o “nós” implícito parece pretender ter uma abrangência máxima, englobando “eu+vós+eles”, em que “eles” não se limitariam ao que, à falta de melhor, chamamos “universo CGTP-IN”, mas abrangendo todos aqueles, que mesmo não participando, se identifiquem com os princípios defendidos por esta central sindical.

²³ José Rebelo, ob. ci., p. 97

No entanto, contrariamente ao que afirma Lucile Courderesse em relação ao discurso de Thorez, em que a utilização predominantemente do “nós” é explicada pelo facto da questão da liderança estar resolvida, e não ser aquele o lugar para a resolver, não tendo, por isso, de conquistar o auditório, diferentemente do que sucedia com Leon Blum, no discurso sindical da CGTP-IN do 1º de Maio quer o apagamento do enunciador (mesmo o seu desaparecimento) traduzido pela não utilização do “eu” quer a utilização maciça do “nós” implícito, parece ter como explicação e objectivo ou tornar a mensagem sindical mais forte, menos ideológica, mais objectiva, mais parecida com a mensagem científica, portanto mais facilmente aceite, ou dar a ideia de co-participação e envolvimento dos destinatários dessa mensagem quer na decisão quer na sua execução para assim a tornar uma mensagem de todo um universo e não apenas de uma pequena parte dele. Desta forma também se pretende construir uma representação da CGTP-IN a nível da sociedade que ultrapassa o número dos seus filiados.

A utilização do “nós”, mesmo não explícito, no discurso sindical da CGTP-IN no 1º de Maio, parece dever ser entendido pelo menos de três formas, não independentes uma das outras, mas complementares, a saber: (1) Que o enunciador se afirma como pertencente a esse “nós” que acabamos de definir com várias amplitudes; (2) Que o enunciador partilha dos mesmos valores, preocupações e objectivos desse grupo em que se inclui; (3) Que o enunciador quando fala, já não é ele apenas que fala, mas todo o grupo a que se afirma pertencer e representar, assumindo assim a função de porta-voz de todos eles que não se circunscrevem ao que se poderia chamar “universo sindical da CGTP-IN”.

Contrariamente ao que sucedia no discurso de Thorez em que o seu apagamento podia ser interpretado como a forma de dar voz plena ao partido, no caso do discurso sindical parece que esta ausência do enunciador assim como a utilização frequente do “nós” implícito por isso ainda mais difuso, tem como objectivo não apenas significar que quem está a falar não é somente o secretário-geral da CGTP-IN, nem mesmo a CGTP-IN mas sim todos aqueles, pertencentes ou não pertencentes ao MSU, que comungam as mesmas preocupações, os mesmos interesses, os mesmos ideais de justiça, de respeito por quem trabalha, de desenvolvimento e de progresso do País. Portanto quando o secretário-geral da CGTP-IN fala não é ele que fala mas também todos a que ele, no fundo, pretende dar a voz.

No entanto, não se pode dizer que o discurso do poder esteja ausente no discurso sindical. Como refere José Rebelo “em função da avaliação que faz do auditório, assim o enunciador do discurso do poder assume plenamente o lugar do sujeito de enunciação e a responsabilidade plena do enunciado produzido, assim ele envereda por uma dupla estratégia: de dissimulação, através do emprego de sujeitos colectivos (no discurso ideológico o destinador coincide, frequentemente, com o “povo”, os “trabalhadores”²⁴, a “consciência de massas “) e de naturalização através do emprego de sujeitos indefinidos ou, para utilizar conceitos de Guillaume, de sujeitos universais ou pessoas do “universo”²⁵

É evidente que este discurso de poder que existe também no discurso sindical é condicionado pelas características específicas do meio sindical e pela cultura sindical, já que as organizações sindicais caracterizam-se por serem dominadas simultaneamente por uma cultura de poder e de contra-poder que inevitavelmente influencia as suas práticas, incluindo as discursivas.

Esta aparente contradição que não é muitas vezes visível a um observador externo materializa-se, por um lado, através da longa permanência de dirigentes sindicais nos mesmos cargos de direcção o que revela a existência de um poder localizado e estável num grupo e, por outro lado, no facto das principais decisões que influenciam verdadeiramente toda a acção sindical serem tomadas efectivamente por um colectivo alargado, e não por uma única pessoa, por mais importante que ela seja ou pareça ser, o que não corresponde muitas vezes à representação construída pelos media.

²⁴ Como revela os dados do Quadro I a categoria “Trabalhadores” é a mais utilizada no discurso sindical encontrando nos oito discursos analisados 204 vezes

²⁵ Ob. cit. p. 140

Em resumo, o discurso sindical da CGTP-IN nas comemorações do 1º de Maio em Lisboa caracteriza-se ou pelo apagamento total do enunciador (nem uma vez é utilizado o “eu”) ou então pela utilização do “nós” embora não de uma forma explícita, significando “eu + vós”, ou “eu+vós+eles”. E este “nós” e este “eles” podem abranger os participantes na manifestação-concentração; ou também os filiados em sindicatos da CGTP-IN mas não presentes; ou então os trabalhadores filiados em sindicatos da CGTP mais os trabalhadores não filiados em sindicatos da CGTP, ou ainda todo o Povo Português interessado, por exemplo, na luta contra a guerra e pela paz, num novo modelo de desenvolvimento, de progresso e de justiça, etc..

Igualmente o desdobramento que se verifica na área da enunciação do próprio enunciador, em que ele se apaga e utiliza um “nós” colectivo difuso e não explícito para dar expressão à sua própria fala parece visar uma ampliação dos efeitos do discurso sindical com os seguintes objectivos :- (1) Tornar o discurso o mais parecido com o discurso científico para assim ser o menos questionável possível; (2) Dar muita maior força ao discurso na medida em que ele não é apenas o discurso do “eu” que o faz e que é o secretário-geral, nem somente dos dirigentes da CGTP-IN, nem mesmo de todos os filiados em sindicatos da CGTP-IN, mas sim dos filiados em sindicatos da CGTP-IN, que inclui dirigentes e não dirigentes, mais todos aqueles que embora não pertencendo ao MSU se identificam com os seus objectivos e valores. Portanto, é uma fala que não aspira a ser apenas a fala do secretário-geral da CGTP, nem dos activistas da CGTP-IN, nem mesmo dos 760.000 filiados em sindicatos da CGTP, mas que tem aspirações nacionais ou, pelo menos, de representar todos aqueles que vivem do seu trabalho e que se sentem explorados no nosso País; (3) Assumir-se como um discurso de poder, embora de um poder que pretende ou deseja ser diferente, mas que é simultaneamente poder e contra-poder.

É evidente que não é um discurso transparente porque quem o faz não “é o sujeito e objecto do seu próprio discurso”.

No entanto, apesar de ser um discurso opaco, porque o enunciador está ausente, pode-se pensar que a sua eficácia será eventualmente maior.

Outro aspecto importante que interessa analisar no discurso sindical do 1º de Maio da CGTP é a utilização dos verbos, ou melhor, de unidades de discurso nomeadamente de acção e de julgamento.

Efectivamente, se fizermos tal tipo de análise ao discurso do 1º de Maio de 2003, constatamos que as unidades de discurso de julgamento (“Estamos neste 1º de Maio após 12 meses de intensa e importante intervenção”; “O mundo não pode estar à mercê de actos belicistas como foi o executado pela administração Bush”; “O objectivo da administração Bush e dos seus amigos é o de instalar o império”; “Submissão cega e pacóvia ao pacto de estabilidade e crescimento da U.E.”; “A generalidade dos trabalhadores portugueses terá, no fim do ano 2003, um salário real inferior ao que tinha em Janeiro”, etc.), são dominantes em relação às unidades de discurso de acção (“Impõe-se agora uma apreciação da constitucionalidade do Código”; “Esta é uma batalha em curso que iremos ampliar”; “Apostando no investimento”; “Apostando na qualificação profissional”; “Deixamo-vos aqui um forte apelo a uma participação activa e empenhada”; “É isso que vamos fazer. Lutar de forma mais convergente e articulada”; etc.).

Em números, no discurso do 1º de Maio da CGTP-IN de 2003, por ex., encontram-se 50 unidades de discurso de julgamento e apenas 25 unidades de discurso que poderemos considerar de acção.

Assim, parece legítimo afirmar que o discurso do 1º de Maio visa, em primeiro lugar, fazer um julgamento e construir uma representação do mundo e da sociedade e depois contribuir para o melhoramento dessa sociedade e desse mundo.

A análise qualitativa do discurso sindical do 1º de Maio feita neste ponto permite concluir que é um discurso que pretende ser eficaz, utilizando para isso as diferentes técnicas discursivas conhecidas, embora o possa ser à custa do sacrifício, pelo menos parcial, do carácter pedagógico e cooperativa (argumentação cooperativa para utilizar a definição de Philippe Breton) que parece devia ser também o discurso sindical norteado por um esforço permanente para aprofundar e alargar a participação democrática dos trabalhadores.

E as questões que naturalmente se colocam são nomeadamente as seguintes :- Quais serão os efeitos deste tipo de discurso nos diferentes destinatários da mensagem sindical ? Ou seja, que efeitos terá e que reacções provocará este tipo de discurso nos media, nos quadros sindicais, nos trabalhadores e na opinião pública? Será que ele desenvolverá nos quadros sindicais, por ex., o espírito crítico que os defenda contra o controlo e a manipulação da informação que domina o mundo actual? . E como será este discurso interpretado pelos diferentes destinatários do discurso sindical? Por ex., como o interpretação e reagirão, por ex., os jornalistas ou uma parte significativa deles? - Eis algumas das questões importantes que terão de estar presentes em toda a investigação já que se relacionam, directa ou indirectamente, com a eficácia da comunicação sindical.

IV- O OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO, A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Antes de estabelecer com precisão qual é o objectivo da investigação, interessa definir quem são os destinatários da comunicação sindical que serão objecto de investigação, assim como o tema sobre o qual se desenvolverá a investigação. É o que se procurará fazer seguidamente.

1- OS DIFERENTES DESTINATÁRIOS DA MENSAGEM SINDICAL E OS QUE SERÃO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Em termos gerais a mensagem sindical destina-se a toda a sociedade. No entanto esta não é constituída por indivíduos iguais, ou mesmo grupos idênticos, nem as prioridades da comunicação sindical são iguais para todos eles.

Assim, tomando como base, por um lado, a forma como utilizam a mensagem sindical (para informar outros, ou como informação própria) e, por outro lado, a maior ou menor proximidade em relação à cultura sindical pode-se dividir, tendo em conta os objectivos deste trabalho de investigação, os destinatários da mensagem sindical em dois grandes grupos e, depois, cada um destes grupos em vários subgrupos, a saber:

A) DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS DA MENSAGEM SINDICAL

- 1) Grupo de activistas sindicais a tempo inteiro, constituído fundamentalmente pelos dirigentes sindicais permanentes e uma parte dos funcionários sindicais (os não - administrativos);
- 2) Grupo de activistas sindicais a tempo parcial, que é constituído por activistas sindicais que continuam a desenvolver a sua actividade profissional, fundamentalmente dirigentes sindicais a tempo parcial, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores que exercem a actividade sindical na empresa dentro do horário de trabalho durante o crédito de horas concedido pela lei ou/e fora do horário de trabalho;
- 3) Imprensa sindical
- 4) Órgãos de comunicação social escrita
- 5) Órgãos de comunicação social não escrita (áudio e audiovisual)

B) DESTINATÁRIOS FINAIS DA MENSAGEM SINDICAL

- 1) Grupo constituído pelos trabalhadores sindicalizados mas que não exercem actividade sindical;
- 2) Grupo constituído pelos trabalhadores que não estão sindicalizados, mas que são potencialmente sindicalizáveis, e que constituem a maioria dos trabalhadores;
- 3) Grupo constituído por trabalhadores reformados;
- 4) Grupo constituído por todos aqueles que não fazem parte dos grupos anteriores, grupo este que é também muito numeroso e diversificado.

Esta divisão e segmentação dos destinatários da mensagem sindical é extremamente importante para a investigação que nos propomos realizar. Essencialmente por duas razões.

Em primeiro lugar, porque ao dividir os diferentes destinatários da mensagem sindical em dois grandes grupos - os “destinatários intermédios”, ou seja, aqueles que funcionam essencialmente como retransmissores activos dessa mensagem, e “destinatários finais” da mesma mensagem – chama-se logo a atenção para as características importantes que diferenciam estes dois

grandes grupos e para a necessidade de os não tratar, em termos de comunicação, de forma idêntica.

Depois, ao subdividir-se cada um dos grupos anteriores em segmentos tendo como base a maior ou menor proximidade em relação à cultura sindical chama-se a atenção, por um lado, para a maior ou menor capacidade dos indivíduos que integram cada um dos segmentos para descodificar a mensagem sindical e, por outro lado, para a maior ou menor atractividade que sobre eles exerce a mensagem sindical. Tudo isto reforça a necessidade de os não tratar, em termos de comunicação, de forma idêntica.

Tratar os “destinatários intermédios” e os “destinatários finais” da mesma forma, assim como tratar os “activistas sindicais” como fossem meros “destinatários finais”, como normalmente o faz a comunicação sindical, leva naturalmente a que os objectivos definidos não sejam alcançados.

Em segundo lugar, ao dividir os destinatários da mensagem sindical naqueles dois grandes grupos torna possível desdobrar a análise e delimitar com clareza o campo da investigação que nos propomos realizar.

Assim, o objecto da nossa investigação será apenas “os destinatários intermédios” da mensagem sindical os quais englobam os quadros sindicais permanentes, os quadros sindicais que continuam a exercer a sua actividade profissional nas empresas e que desenvolvem actividade sindical ou fora do horário de trabalho ou dentro do horário de trabalho apenas durante o crédito de horas concedido por lei, a imprensa sindical e os órgãos de comunicação social.

Fora do âmbito da nossa investigação ficam os “destinatários finais “ da mensagem sindical.

Delimitado desta forma o campo de investigação, interessa agora definir os temas que serão utilizados na investigação a realizar.

2- A DELIMITAÇÃO DO TEMA DE INVESTIGAÇÃO

Como tema que será objecto de investigação seleccionou-se o Projecto do Código do Trabalho. E isto por várias razões.

Em primeiro lugar, porque o Projecto do Código do Trabalho polarizou durante um período de tempo suficientemente longo o debate e as preocupações nacionais. Em segundo lugar, porque esse debate teve um reflexo muito grande mesmo nos grandes órgãos de comunicação social, o que determinou que ele se tornasse conhecido pela generalidade dos portugueses, nomeadamente pelos trabalhadores, e exista muita informação disponível. Finalmente, como o Código do Trabalho assim como toda a legislação com ele relacionada vai ter (está a ter) consequências grandes para os trabalhadores e para os sindicatos, o Código do Trabalho continuará a estar no centro das reflexões, dos debates, e de toda acção sindical.

As principais razões da comunicação sindical da CGTP-IN sobre o Código de Trabalho, que fundamentaram e ainda fundamentam a posição desta central sindical sobre ele, constam de um desdobrável distribuído aos trabalhadores aquando da declaração pela CGTP-IN da greve geral que teve lugar em 10 de Dezembro de 2002, documento esse denominado “16 Razões essenciais para dizer NÃO AO PACOTE LABORAL”

E essas razões são as que se seguir se apresentam (transcrevem-se do referido desdobrável), repartidas e hierarquizadas já em cinco grupos de acordo com a importância dada pela CGTP. E isto por necessidades da investigação que ficarão claras mais à frente.

- G1- Contratação colectiva.- ataque cerrado e escalonado
- G1- Princípio do tratamento mais favorável
- G1-Direito à greve e direitos sindicais

- G2-Flexibilidade dos horários
- G2-Alteração dos horários de trabalho
- G2-Mobilidade funcional
- G2-Contratos a termo
- G2-Pausas

- G3-Trabalho nocturno
- G3-Despedimentos
- G3-Retribuição

- G4-Férias
- G4-Feriados
- G4-Direitos de personalidade
- G4-Período experimental

- G5- Aplicação aos trabalhadores da função pública

3 - A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR

Muito concretamente, e da forma mais precisa possível, o problema que nos propomos investigar, ou seja, encontrar resposta, é o que se formula seguidamente.

QUAL FOI A EFICÁCIA (os efeitos) DA MENSAGEM SINDICAL DA CGTP-IN SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO NOS “DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS” DESSA MESMA MENSAGEM ?

Esta pergunta precisa que orientará toda a investigação poderá ser formulada também de outras formas :- Como é que a mensagem sindical da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho foi interpretada pelos diferentes destinatários intermédios da comunicação sindical? O que foi retido por cada um deles e como foi depois retransmitido? Que eventuais mudanças cognitivas e/ou comportamentais provocou?

4-A METODOLOGIA UTILIZADA, AS VARIÁVEIS E OS INSTRUMENTOS USADOS NA INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação a utilizar para obter resposta para a questão formulada envolverá a utilização fundamentalmente dos seguintes instrumentos:

1. Análise de conteúdo das notícias publicadas por órgãos de comunicação social sobre o Projecto do Código do Trabalho
2. Inquéritos por questionário
3. Inquéritos por entrevista

Mas para se poder estruturar convenientemente estes instrumentos, o primeiro passo que tem de ser dado é traduzir a **Hipótese Geral** (o problema formulado anteriormente) em **Hipótese Operacional**, que deverá ser muito mais específica, sendo depois mais fácil definir as variáveis, ou seja, a informação que é necessário obter para assim se poder obter uma resposta fundamentada para o problema formulado.

Assim tem-se a **HIPÓTESE GERAL**:

- ❖ “Qual foi a eficácia (efeitos) da mensagem da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho nos diferentes grupos de “destinatários intermédios” ?

E a **HIPÓTESE OPERACIONAL** ou, melhor, as várias **SUBHIPÓTESES OPERACIONAIS** em que ela se subdivide são as seguintes:

- **Subhipótese operacional A**

- A que segmento do Grupo de “Destinatários Intermédios” pertence o inquirido (porque uma hipótese que decorre da geral, e que é necessário verificar, é a seguinte: -Quanto mais próximo e familiarizado estiver o inquirido com a cultura sindical mais eficaz será mensagem sindical).

- **Subhipótese operacional B**

- Como é que o inquirido obteve a informação sobre o Código de Trabalho e que importância e credibilidade atribui a cada uma das fontes da mensagem sindical (porque existe a hipótese, que interessa confirmar, que os efeitos são diferentes de acordo com os diferentes meios de comunicação utilizados – televisão, imprensa nacional, imprensa sindical, fala sindical, etc. – nomeadamente em relação aos activistas sindicais).

- **Subhipótese Operacional C**

- Que “razões essenciais” colocadas pela CGTP-IN ao Projecto do Código do Trabalho foram retidas/memorizadas ou transmitidas pelos inquiridos e como as interpretaram ou trataram (para fazer essa pesquisa quantitativa e qualitativa utilizar-se-á as “16 razões essenciais para dizer não ao Pacote Laboral” do desdobrável da CGTP-IN distribuído aos trabalhadores em todo o País antes da greve geral de 10 de Dezembro de 2002, hierarquizadas em grupos de acordo com a importância dada, procurando saber quantas destas razões foram memorizadas e como foram tratadas e transmitidas, avaliando desta forma a eficácia da comunicação sindical).

- **Subhipótese operacional D**

- Como foi utilizada a informação obtida pelos destinatários sobre o Projecto do Código do Trabalho (e isto até para avaliar a consistência dos efeitos da comunicação sindical)

• **Subhipótese operacional E**

- Que matérias do Projecto do Código do Trabalho os destinatários estão ainda interessados em obter informação (isto para avaliar as lacunas de conhecimento que os destinatários tinham consciência e assim contribuir para um melhor conhecimento dos efeitos da comunicação sindical)

• **Subhipótese operacional F**

Qual foi a opinião final e global que os destinatários ficaram sobre o Projecto do Código do Trabalho (e isto para a avaliar os efeitos da comunicação sindical em termos globais e qualitativos)

Definidas estas subhipóteses operacionais torna-se mais fácil definir também, de uma forma fundamentada, as variáveis que são as que constam do quadro seguinte:

QUADRO IV – AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS UTILIZADAS NA RECOLHA DE INFORMAÇÃO

QUESTÕES QUE SE PRETENDEM ESCLARECER COM AS RESPOSTAS DOS DESTINATÁRIOS	VARIÁVEIS BÁSICAS A UTILIZAR NOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
1- A que grupo pertence o respondente (<u>Variáveis independentes complementares</u>)	1-Idade 2- Sexo 3- Profissão 4- Sindicalizado (S/N) 5-Função sindical 6-Escolaridade
2- Como obteve a informação sobre o Código de Trabalho (<u>Variáveis independentes complementares</u>)	7- Televisão 8- Rádio 9- Jornais e semanários 10- Internet 11- Documentos da CGTP-IN 12- Documentos do Sindicato 13- Documento “Perguntas e Respostas sobre o Projecto do Código” 14- Esclarecimentos de dirigentes sindicais 15- Esclarecimentos de delegados sindicais e membros da comissão de trabalhadores 16- Outros
3-Como classifica a fonte de acordo com a importância que teve para si no conhecimento das diversas matérias do Código (VARIÁVEL INDEPENDENTE)	17- Indicar as fontes a que recorreu para obter informação sobre o Código e classifique-as de acordo com a sua importância e credibilidade
4- Da informação obtida sobre Código do Trabalho o que reteve e como a utilizou (visando avaliar a eficácia tanto em termos quantitativos como qualitativos) (VARIÁVEIS DEPENDENTES))	18- Que aspectos do Código de Trabalho memorizou (ficou a conhecer e lembra-se). 19- Como utilizou a informação que obteve sobre o Código do Trabalho?
5- Que informação está ainda interessado em obter sobre o Código do Trabalho (<u>Variáveis dependentes complementares</u>)	20- Que informações está ainda interessado em obter sobre o Código do Trabalho?
6- Qual a apreciação global com que ficou do Código de Trabalho com base na informação que obteve (<u>Variáveis dependentes complementares</u>)	21- Que opinião tem actualmente sobre o Código do Trabalho e nessa classificação utilize a seguinte escala: (a) Muito mau; (b) Mau; (c) Razoável; (d) Bom ; (e) Muito bom; (f) Tem coisas más e coisas boas; (g) Ainda não tem opinião; (h) Outra

As variáveis que constam do quadro anterior parecem ser suficientes para obter a informação que é necessária para responder às seis subhipóteses operacionais definidas anteriormente. Desta forma procura-se estabelecer uma perfeita articulação entre o problema formulado e o trabalho de campo a realizar visando recolher a informação necessária para que se possa encontrar a resposta para ele.

Utilizando as variáveis definidas anteriormente construiu-se a estrutura básica dos instrumentos de recolha de informação a utilizar no trabalho de campo.

Assim foram realizados três tipos diferentes de inquéritos por questionário para atender a três tipos diferentes de destinatários e com objectivos diferentes, a saber:

- a) **Um inquérito por questionário aos membros de uma comunidade virtual, fundamentalmente sindical** para saber nomeadamente quais foram as fontes utilizadas para obter informação sobre o Código do Trabalho, e destas quais as mais e as menos importantes; o que retiveram dessa informação; como utilizaram a informação obtida; que informação consideram ainda importante obter; e qual a sua opinião actual sobre o Código do Trabalho.
- b) **Um inquérito por questionário a jornalistas nomeadamente da área do trabalho e emprego** fundamentalmente para saber porque razão a comunicação da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho foi tratada da forma como se concluiu na análise realizada ao conteúdo das diversas notícias publicadas nos órgãos de comunicação que tiveram como fonte a CGTP-IN, o que pensam da informação da CGTP-IN, e o que devia ser alterado nela para aumentar a sua eficácia.
- c) **Um inquérito por entrevista a alguns destinatários sindicais chaves da comunicação da CGTP-IN nomeadamente dirigentes sindicais**, para saber nomeadamente que informação obtiveram sobre o Projecto do Código do Trabalho, como obtiveram, o que retiveram, como a interpretaram, como a utilizaram, etc., que opinião têm dela, o que devia ser mantido, o que devia ser modificado ou melhorado, etc., para responder eficazmente às necessidades da acção sindical aos diferentes níveis.

Seguidamente apresentam-se os três instrumentos concretos utilizados.

A) Inquérito por questionário a membros de uma comunidade virtual**I- CARACTERÍSTICAS DE QUEM RESPONDE** (Quando tiver rectângulos escreva um **X** na resposta escolhida)

1. Idade _____
2. Sexo : MASCULINO FEMININO
3. Profissão _____
4. Sindicalizado ? SIM NÃO
5. Função sindical (indicar se exercer alguma) _____
6. Escolaridade (escreva uma cruz no rectângulo correspondente à sua resposta)
 - a. Ensino Básico
 - b. Ensino Secundário
 - c. Ensino Superior

II- INDIQUE AS FONTES (ORIGENS) DA INFORMAÇÃO QUE OBTIVE SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO INDICANDO A IMPORTÂNCIA QUE TIVERAM PARA SI (em termos de esclarecimento sobre o Código)

A) Fontes de informação que foram MAIS importantes para o seu esclarecimento sobre o Código do Trabalho _____

B) Fontes de informação que foram MENOS importantes para o seu esclarecimento sobre o Código do Trabalho _____

D) Indique os documentos, entrevistas, reuniões, etc. que o ajudaram mais no seu esclarecimento sobre o Código do Trabalho _____

III- ESCREVA QUE MATÉRIAS DO CÓDIGO DE TRABALHO CONSEGUIU RETER NA SUA MEMÓRIA (escreva o que se lembra)

IV – COMO UTILIZOU A INFORMAÇÃO QUE OBTIVE (indique se a utilizou apenas para o seu esclarecimento ou se utilizou para esclarecer outras pessoas, quais, e se essa informação foi suficiente) _____

V – NESTE MOMENTO ESTÁ INTERESSADO EM OBTER INFORMAÇÃO SOBRE O CÓDIGO E, EM CASO AFIRMATIVO, QUAL A INFORMAÇÃO QUE CONSIDERA MAIS ÚTIL E NECESSÁRIA

VI – QUAL É A SUA OPINIÃO ACTUAL SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO (Escreva uma cruz no rectângulo correspondente à sua opinião sobre o Código)

- a) Muito mau
- b) Mau
- c) Razoável
- d) Bom
- c) Tem coisas más e coisas boas
- d) Não tenho ainda uma opinião clara sobre o Código

B) Inquérito por questionário a jornalista de uma comunidade virtual

I – RAZÕES E OBJECTIVOS DESTE INQUÉRITO

Existem opiniões diferentes sobre o papel que tiveram os jornalistas na informação da opinião pública sobre o Código do Trabalho e sobre todo o processo que levou à sua aprovação. Este inquérito visa conhecer com objectividade a opinião dos jornalistas relativamente à informação fornecida por um dos principais intervenientes no processo – a CGTP-IN – e forma como essa informação foi tratada pelos órgãos de comunicação social assim como a forma e o conteúdo da informação desta central sindical. O objectivo é elaborar uma tese académica que possa servir também de contributo a uma reflexão sindical fundamentada. O tema básico do inquérito é o Código de Trabalho, pela importância que teve quer no debate nacional quer nos órgãos de comunicação social

As principais razões apresentadas pela CGTP para fundamentar a sua posição contra o Código de Trabalho, de acordo com os documentos que divulgou, foram as seguintes: (1) Afastamento do princípio de tratamento mais favorável; (2) Possibilidade da empresa obter dados da vida privada do trabalhador e de colocar câmaras de vigilância no local de trabalho; (3) Não reintegração do trabalhador cujo despedimento tenha sido declarado ilícito pelo tribunal; (4) Aumento da duração dos contratos a prazo; (5) Flexibilidade de horários; (6) Redução do tempo de trabalho nocturno pago; (7) Introdução, sem ser por negociação colectiva, do cálculo do horário de trabalho com base num período que pode variar entre 4 e 6 meses; (8) Possibilidade da empresa obter com base num contrato de trabalho o direito para transferir o trabalhador do seu local de trabalho para qualquer outro mesmo que isso determine prejuízo grave para o trabalhador, e para mudar as suas funções; (9) Diminuição dos valores que integram o conceito de retribuição para cálculo das prestações complementares e acessórias; (10) Limitações ao direito à greve; (11) Limitações ao exercício da actividade sindical; (12) Cessação dos contratos colectivos de trabalho em vigor se as partes não chegarem a acordo durante a negociação e conciliação.

II – PERGUNTAS

1. Pensa que os órgãos de comunicação social nas notícias publicadas sobre o Código relacionadas com a CGTP deram o relevo às supracitadas razões correspondente à importância atribuída pela CGTP a elas?
 - a. SIM
 - b. NÃO
 - c. APENAS PARCIAMENTE
 - d. Outra opinião _____
2. Porque razão as posições da CGTP tiveram o tratamento pela comunicação social que definiu
 - a. Porque têm grande interesse jornalístico
 - b. Porque têm reduzido interesse jornalístico
 - c. Porque não têm interesse jornalístico
 - d. Porque os dirigentes da CGTP não deram a devida ênfase a elas
 - e. Porque os dirigentes da CGTP não as apresentaram com clareza
 - f. Porque elas foram apresentadas em conjunto com outras como tivessem a mesma importância
 - g. Porque aquelas razões não tinham consistência?
 - h. Outras razões ? Quais ? _____
3. O que pensa em termos gerais da informação da CGTP-IN enviada ou fornecida aos órgão de comunicação social através de comunicados de imprensa, conferencias de imprensa, Internet etc.

	Reduzido	Suficiente	Muito
a. Interesse jornalístico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Informação repetitiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Informação nova	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. O que devia ser feito (mesmo alterado) a nível da informação da CGTP para que tivesse maior interesse jornalístico _____

C) Inquérito por entrevista a quadros de diferentes níveis de estruturas de trabalhadores

O inquérito por entrevista é para ser realizado a activistas pertencentes a estruturas de diferentes níveis da organização do MSU. Visa saber qual a opinião destes quadros sindicais sobre a comunicação sindical sobre o Projecto do Código do Trabalho e também sobre a comunicação sindical actual e o que devia ser feito para aumentar a sua eficácia.

Guião para entrevista

I- A que grupo pertence o entrevistado?

1. Idade _____ - _____
2. Sexo _____
3. Profissão _____
4. Sindicalizado ? (S/N) _____
5. Função sindical _____
6. Dimensão da entidade onde trabalha (nº Trabalhadores) _____
7. Escolaridade
 - d. Ensino Básico
 - e. Ensino Secundário
 - f. Ensino Superior

II- Como caracteriza a informação recebida da CGTP e dos sindicatos sobre o Código do Trabalho em termos de utilidade para a acção sindical? (sugestões indicativas):

1. A informação veicula através da comunicação foi atempada ?
2. As questões do Código que considera mais importantes foram abordadas na informação sindical distribuída?
3. Considera que as questões foram abordadas na comunicação sindical de uma forma compreensível, clara e suficiente para os destinatários a que se dirigia? De uma forma conclusiva? De uma forma explicativa?
4. Quais são os destinatários da comunicação sindical e a quem se dirigia prioritariamente a comunicação sindical sobre o Código que foi produzida? A todos de uma forma indiferente? Se não é para todos, a que destinatários se dirigia?
5. Quais as questões do Código que considera com maior incidência nos sectores do seu sector?
6. De que forma as questões mais importantes do Código para os trabalhadores do seu sector foram tratadas na comunicação sindical?
 - a) Com exemplos do contrato e de situações do sector?
 - b) Com exemplos gerais? Aproveitaram na íntegra as comunicações emitidas pela CGTP porque as consideraram suficientes
7. O que pensa do debate sobre o Código do Trabalho que teve lugar nos órgãos de comunicação social?
8. Acha que a informação que foi assim veiculada sobre o Código foi suficiente para os trabalhadores e para os activistas ficarem com uma ideia clara e suficiente sobre os aspectos mais importantes do Código?

III – Que importância tiveram os órgãos de comunicação social no esclarecimento das matérias mais importantes do Código do Trabalho?

1. As questões fundamentais do Código foram esclarecidas através dos órgãos de comunicação social?
2. As questões consideradas mais importantes pela CGTP foram abordadas e esclarecidas pelos órgãos de comunicação social? Na TV? Nos grandes órgãos de comunicação escrita? Nos jornais regionais?
3. Os representantes da CGTP que tiveram possibilidades de aceder aos órgãos de comunicação social conseguiram esclarecer porque razão os sindicatos estavam e estão contra este Código?
4. Quais são as questões do Código que considera mais importantes para os trabalhadores? Quais as que foram abordadas de uma forma esclarecedora na TV? Nos grandes órgãos de comunicação escrita? Nos órgãos regionais?
5. Indique as fontes que foram MAIS e MENOS importantes para si?

V- Quais as matérias do Código do Trabalho cujas consequências gravosas para os trabalhadores já se começaram a fazer sentir, agrupando-as por matérias que constam das “16 razões essenciais” e matérias que não constam das “16 razões essenciais”?

1. Do grupo 1
2. Do grupo 2
3. Do grupo 3
4. Outras

VI- Que informação seria útil para a acção sindical obter neste momento sobre o Código do Trabalho?

1. Do grupo 1
2. Do grupo 2
3. Do grupo 3
4. Outras

VI – O que devia ser feito para melhorar a comunicação sindical?

1. Em relação aos destinatários;
2. Em relação ao conteúdo das matérias tratadas;
3. O que interessaria tratar ;
4. De que forma devia ser tratado;
5. Temas concretos que deviam ser tratados
6. De que forma concreta esses temas concretos deviam ser tratado;
7. Como devia ser disponibilizada essa informação.

V- OS GRUPOS QUE DOMINAM OS PRINCIPAIS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL E COMO PODEM CONDICIONAR A INFORMAÇÃO

Em Portugal, depois do 25 de Abril tem-se verificado alterações importantes na propriedade dos principais órgãos de comunicação social, facto esse que tem passado muitas vezes despercebido aos olhos da maioria dos portugueses, embora seja importante o seu conhecimento porque isso tem naturalmente consequências significativas no tipo de informação que temos, ou como escreve Fernando Correia, citando Enrique Bustamante, “a investigação sobre o poder proprietário do emissor é fundamental para perceber qual a informação que temos”²⁶.

A concentração dos principais media nas mãos de um reduzido número de grupos económicos e religiosos tem-se acentuado em Portugal, contrariando o disposto no nº 4 do art.º 38 da Constituição da República que estabelece concretamente que “o Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas”. (o sublinhado é nosso).

No entanto, como a nível da lei de imprensa (Lei nº 2/99), da lei da rádio (Lei nº 4/2001), e da lei da televisão (Lei nº 31-A/98), aquele normativo constitucional foi esquecido, pois não foram introduzidas nestas leis quaisquer dispositivos concretos que impedissem a concentração dos media (apenas a lei da rádio no nº3 do art.º 7º estabelece que “cada pessoa singular ou colectiva pode deter participações, no máximo, em cinco operadores de radiodifusão” o que, na prática, tem sido fácil iludir), a concentração nos media tem-se processado e naturalmente continuará a processar-se em Portugal ao arpejo do próprio texto constitucional.

Nas vésperas do 25 de Abril de Abril, “o domínio do capital financeiro (intimamente ligado ao industrial) sobre a principal imprensa era praticamente total. O BPI, de Jorge Brito, detinha o *Século*, o *Século Ilustrado*, a *Vida Mundial*, *Modas e Bordados*, o *Jacto*. A CGD era proprietária do *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *Vida Rural* e uma grande parte do capital do *Jornal de Notícias*. O Banco Borges & Irmão controlava o *Diário Popular*, *Jornal do Comércio* o *Record*, e a *Rádio-Televisão*. O BNU e o Banco Pinto e Sotto Mayor eram, na prática, os donos do *Diário de Lisboa*. O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o Banco Borges & Irmão estavam entre os principais accionistas da *A Capital*”.²⁷

Como consequência da situação anterior, quando se dá a nacionalização da banca e dos seguros em Portugal “quase toda a imprensa diária de expansão nacional passou para a posse do Estado”

De acordo com Elsa e Silva, que citava H. Sousa, “em 1994 ... apontava essencialmente para a existência de três grupos. A Impresa (ainda não com este nome), de Pinto de Balsemão, a Igreja Católica e a Lusomundo”²⁸, a que acrescentaríamos o grupo Estado, pois as privatizações neste sector ainda não tinham tido lugar.

Com os governos do PSD dirigidos por Cavaco Silva, realizaram-se as grandes privatizações no sector de imprensa em Portugal, são concedidos dois canais de televisão a grupos privados, e inicia-se o estrangulamento financeiro da televisão pública com a abolição da respectiva taxa.

Assim, “os dois jornais nacionais mais importantes, privatizados no início de 1990, foram ambos vendidos à Lusomundo que H. Sousa apresenta como sendo um grupo conhecido pelas suas

²⁶ Os Jornalistas e as Notícias, p. 62

²⁷ Fernando Correia, ob. cit., p. 67

²⁸ Os donos da Notícia, Elsa Costa e Silva, p. 81

ligações ao governo. ... A liberalização do sector audiovisual , com atribuição de dois canais de televisão, acabou também por responder à mesma lógica, tendo um dos canais sido atribuído à Igreja Católica ... e outro a Pinto Balsemão, um histórico do PSD...”²⁹

No entanto, o processo de concentração nos media continuou em Portugal (a Igreja Católica perdeu o controlo da TVI) e, de acordo com Fernando Correia^(*), a propriedade dos principais órgãos de comunicação social encontram-se actualmente distribuídos pelos seguintes grupos.

1- GRUPO PT MULTIMÉDIA / LUSOMUNDO MÉDIA

- **Jornal de Notícias, Diário de Notícias**, 24 Horas, Tal & Qual, Jornal do Fundão, Açoriano Oriental, DN Funchal, Grande Reportagem, Volta ao Mundo, Evasões, Cinemania, Viver com Saúde, Viagens, Adolescentes, National Geographic, Play Station
- Participação na Lusa
- TSF
- Editorial Notícias, Oficina do Livro
- Principal proprietário de salas de cinema e quase monopólio na exibição e distribuição de filmes e vídeo, em aliança com a Warner, e com negócios também em Espanha
- **TV Cabo** , Premium, Gallery e participação em vários canais, como Sport TV e SIC Notícias
- Posições na internet (portal SAPO e outros serviços)
- Participação na distribuidora de publicações VASP
- Gráficas Naveprinter e Funchalense e negócios no Brasil, Moçambique e Espanha (cinemas).

Estrutura accionista:

Perto de 60% da PT Multimedia são pertença da PT. Outras participações: Banco Espírito Santo, Banco Totta & Açores, Colaney Investments Limited, e Banco Português de Investimento. Quanto à Lusomundo Media, é detida maioritariamente (74,97%) pela Lusomundo SPGS (que é pertença da PT Multimedia), e ainda em 19% pela Cofina e 5,93% pelo Fidelity (fundo britânico).

2- GRUPO IMPRESA

- **Expresso, Visão**, Jornal de Letras, Blitz, Surf, Exame, Executive Digest, Exame Informática, Doze, Telenovelas, Caras, TV Mais, Casa Cláudia, Activa, Super Interessante, Turbo, AutoGUIA, Autosport/Volante
- Jornal da Região (imprensa gratuita), com edições em vários pontos do país (em parceria com a empresa belga Roularta)
- Participação na Lusa
- **SIC**, SIC Notícias, Gold, Radical, Mulher, Internacional
- Internet (informação e outros serviços)
- Participação na distribuidora de publicações VASP
- Gráfica Imprejornal
- Negócios em Espanha

²⁹ Elsa Costa e Silva, ob. cit., pág. 82

^(*) Fontes: Relatórios e Contas das empresas, Obercom, estudos da União de Bancos Suíços, imprensa. Não se incluem áreas de negócios não directamente ligadas com os media. Incluem-se o Estado e as igrejas, salvaguardando o facto de não se tratarem de grupos económicos. Não se referem grupos de natureza regional, não obstante a significativa dimensão já atingida por alguns deles. Os dados foram recolhidos até Outubro de 2003 por Fernando Correia.

Estrutura accionista:

A maioria do capital (50,7%) pertence à Impreger (Francisco P. Balsemão), detendo o BPI 14%. O BPI também detém 26% da SIC. A Edipresse (Suíça) detém 50% da Edimpresa, editora das revistas do grupo. A Globo tem 15% da SIC. A PT Multimedia tem 40% da SIC Notícias.

3- GRUPO MEDIA CAPITAL

- Lux, Lux Deco, Lux Woman, Super Maxim, PC World, Computer World, Briefing, Casas de Portugal, Revista de Vinhos
- **TVI**; grupo NBP (principal produtor de telenovelas); RETI (Rede de Emissoras de Televisão Independente)
- Rádio Comercial, Rádio Clube Português, Cidade, Best Rock FM, Romântica, Nacional, Mix, Cotonete
- Internet (portal IOL, Portugal Diário, Mais Futebol, agênciafinanceira.com)
- Produção discográfica e de concertos
- Empresas de *outdoor* – publicidade externa

Estrutura accionista:

O capital pertence à Vertix (Francisco Paes do Amaral e Nicholas Berggruen) – 39,3%; HMTF (Hicks, Muse, Tate & Furst) – 37,7%; Bavaria (cervejeira colombiana Bavaria/Santo Domingo, com extensões em Espanha) – 22,9%. A HMTF (fundo de investimento com sede em Dallas, EUA) possui, nomeadamente, mais de um milhar de estações de rádio e mais de três dezenas de canais locais de TV nos EUA e noutros países. Da equipa de conselheiros da empresa, principalmente no que se refere à sua expansão no estrangeiro, contam-se os ex-secretários de Estado Henry Kissinger e James Baker, George Bush (pai) e os ex-primeiro-ministros John Major (Inglaterra) e Brian Mulroney (Canadá). Cerca de 11% da participação deste Fundo foi adquirida pelo poderoso grupo europeu dos media RTL em Outubro de 2004, de acordo com declarações de Francisco de Paes aos órgãos de comunicação social

4- GRUPO COFINA

- **Record, Correio da Manhã, Jornal de Negócios**, Máxima, Máxima Interiores, TV Guia, GQ, Vogue, AutoSport, Automotor, PC Guia, Rotas & Destinos, Semana Informática, Semana Médica, etc.
- Participação de 19% na Lusomundo Media
- Participação na TVTel Grande Porto (cabo)
- Participação na distribuidora VASP
- Internet.

Estrutura accionista:

As principais participações institucionais pertencem à Cofihold SGPS (Cofina/Investec) – 21%, Portuguese Smaller Companies Found – 10,01%, RTL: 11% e BPI – 8,71%.

5- GRUPO Impala

- Maria, Ana, Nova Gente, TV 7 Dias, Mulher Moderna, Mulher Moderna Cozinha, Mulher Moderna Moda, VIP, Focus, Boa Forma, Crescer, 100% Jovem, Linhas % Pontos e outras (instabilidade de títulos)
- Negócios no Brasil e Espanha (net e edição de livros infanto-juvenis)
- Internet.

Estrutura accionista:

- Jacques Rodrigues

6- GRUPO Recoletos (do nome do grupo espanhol)

- *Diário Económico, Semanário Económico*
- Internet
- Vários jornais em Espanha (*Marca*, participação no *El Mundo*, etc), nomeadamente no sector económico (*Expansión, Actualidad Económica*, com extensões à net e à TV)
- Cadeia de rádios ligados à *Marca*
- Jornais de economia na Argentina e no Chile

Estrutura accionista:

A maioria do capital da Recoletos pertence ao grupo britânico Pearson (um dos gigantes europeus): Financial Times, The Economist, editora Penguin, etc.

7- GRUPO Prensa Ibérica

- A Capital, O Comércio do Porto, Correio do Minho;
- Faro de Vigo e mais de uma dezena de outros jornais regionais (metropolitanos) em Espanha.

8- GRUPO Olivedesportos

- *O Jogo*
- Sport TV, em conjunto com a PT
- Publicidade nos estádios e direitos de transmissão desportivas

Estrutura accionista:

- Joaquim Oliveira e António Oliveira.

9- GRUPO Estado

- RTP 1 e 2, Internacional, África, canais regionais
- RDP – Antenas 1, 2 e 3, Internacional, África
- Lusa

10- GRUPO Igreja Católica

- R. Renascença, RFM, Mega FM
- Sete dezenas de rádios locais, e mais de 500 revistas e jornais locais e regionais

11- GRUPO Igreja Universal do Reino de Deus

- Uma dezena de rádios locais

É importante recordar que a lei da rádio limita, a cada pessoa singular ou colectiva, a participação, no máximo, em cinco operadores de radiodifusão. Os dados anteriores confirmam que tem sido fácil iludir esta disposição da lei.

Interessa referir que Elsa Silva considera, face ao cenário anterior, que a situação real dos media em Portugal seria verdadeiramente a seguinte: - “Se quatro grupos dominam o cenário nacional (e esses grupos seriam PT/Lusomundo, Impresa, Media Capital e Cofina) estamos perante um oligopólio e, de facto, este é, por exemplo, um mercado onde existem barreiras à entrada de novos operadores, já evidenciadas, onde a diferenciação é a estratégia de concorrência adoptada entre os actores”³⁰

³⁰ Os Donos da Notícia, p. 137

Perante este quadro real da situação da propriedade dos media em Portugal, interessa recordar o que escreveu Fernando Correia sobre o papel dos diferentes profissionais :- “ Estabelecendo a analogia com um navio, Michel Mathien compara o director do jornal ao comandante e o proprietário ao armador: o primeiro dirige o dia-a-dia das operações, mas é o segundo quem traça os grandes objectivos da rota de embarcação ou frota”³¹.

Nesta metáfora, que pode parecer exagerada, caberia aos jornalistas a função de marinheiros a quem competiria executar as tarefas decididas pelo director (comandante) o qual limitava-se a atingir os objectivos fixados pelo(s) proprietários (armador).

No entanto, neste campo, existem múltiplas armas de coacção e de chantagem que estão disponíveis e são utilizadas com frequência crescente contra os jornalistas. Por ex., a nível da televisão e não só, uma das armas utilizadas por certas chefias é a ameaça de “deixarem de fazer directos” (e para muitos profissionais dos media, tal como sucede com muitos políticos, “deixar de aparecer nos ecrãs da televisão, ou de ser ouvido na rádio, ou de assinar artigos, é como deixar de existir”. E para que isso não aconteça, abdicam de muita coisa, mesmo de direitos essenciais).

Igualmente Elsa e Silva, referindo autores como McChesney e Ramonet assim como outros, escreveu: - “ As ameaças ao pluralismo e aos desafios que a concentração levanta à democracia, assim como o receio de que a qualidade da informação seja subalternizada aos raciocínios económicos tem sido pontos focados por estes autores. Mas não só por eles”³².

O chamado “caso Marcelo”, que até é uma personalidade que tem acesso fácil e frequente aos media, registado em Outubro de 2004, que tanto perturbou os meios políticos e intelectuais portugueses, bem como o caso do Diário de Noticias que teve lugar na mesma altura são, a nosso ver, a ponta do “iceberg” de uma situação grave existente a nível dos órgãos de comunicação social, até há pouco tempo silenciada, mas que se tem traduzido pelo afastamento, nos principais órgãos, de todas as opiniões não aceites pelo poder económico e político dominante.

E para agravar a situação Elsa e Silva refere na mesma obra que “ a concentração em Portugal poderá ainda aumentar devido a movimentos de consolidação do mercado, mas existe uma outra forma dos grupos no mercado aumentarem a sua posição, sem que, para isso, tenham de fazer qualquer investimento. Falamos, obviamente, da falência e desaparecimento de títulos que ainda não fazem parte de qualquer universo mediático”³³.

Um outro aspecto visível na actividade dos media em Portugal (e não só), e que contribui, a nosso ver, para degradação da informação e para a crescente falta da ética profissional que se observa neste sector, é a lógica do lucro que domina cada vez mais os media, atingindo designadamente as televisões, não só privadas mas também, por arrastamento, a televisão pública. E isto porque a principal fonte de financiamento e de lucro dos media são as receitas de publicidade. Mas para atrair publicidade é necessário possuir grandes audiências. E para as alcançar tudo, ou quase, é justificável na lógica da maioria daqueles que possuem ou dirigem esses media.

É evidente que tudo isto cria novos e maiores obstáculos à comunicação sindical veiculada através dos media, pois a submissão crescente destes a lógicas económicas, determina que a selectividade e mesmo o silenciamento da mensagem sindical que não sirva tais objectivos vão naturalmente aumentar, crescendo na mesma proporção em que, por um lado, aumente o controlo que esses grupos já exercem sobre os media em Portugal e, por outro lado, o Estado abdique da função reguladora que lhe é atribuída pela Constituição da República.

³¹ Os jornalistas e as Noticias, pág. 250

³² Ob. cit., p. 137

³³ Ob. cit. p. 130

Como escreve Fernando Correia, “ a presença dominante dos grandes grupos nos media de maior influência fomenta e reproduz dentro de todo o campo mediático a lógica e os princípios mercantis que os inspiram, influenciando deste modo, generalizadamente, a definição das agendas, os critérios jornalísticos, os conteúdos e as formas de informação, a própria cultura profissional dos jornalistas”. “O grande poder económico só dentro de certos limites está disposto a que os seus jornais, as suas rádios e as suas televisões dêem voz às pessoas e instituições, transmitam as opiniões e as informações e veiculem os comportamentos, os valores e as ideologias que não correspondam aos seus interesses particulares de classe”³⁴

É evidente, como refere o mesmo autor, que os media também acabam por privilegiar ou por permitir que ocupem também o seu espaço, os agentes ou os produtos que “dispõem de melhores condições para serem apropriados e utilizados pelos media dentro da lógica comunicacional que os domina”. “ É bom o que se vende muito, é mau o que se vende pouco”³⁵.

É importante ter presente estas condições objectivas que regulam actualmente o funcionamento dos media em Portugal, não acalentar falsas ilusões, e actuar de uma forma adequada, o que pressupõe um estudo permanente para se poder adquirir um conhecimento profundo desta realidade para assim se definir uma estratégia adequada para a comunicação sindical.

³⁴ Jornalismo e Sociedade, p. 57

³⁵ Ob. cit. p. 43

VI- OS EFEITOS DAS MENSAGENS SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO DO GOVERNO E DOS DIFERENTES PARCEIROS SOCIAIS, DESIGNADAMENTE DA CGTT-IN, NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo iremos começar a responder ao problema formulado, procurando avaliar os efeitos das mensagens do governo e dos diferentes parceiros sociais, mas em particular da CGTP-IN (o estudo da dos outros parceiros sociais tem fundamentalmente como objectivo tornar mais clara, por comparação, a forma como foi tratada e transmitida a mensagem da CGTP-IN), sobre o Projecto do Código do Trabalho.

1- OS EFEITOS DAS MENSAGENS DOS DIFERENTES INTERVENIENTES (o que foi e como foi divulgado) SOBRE OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ESCRITA

Analisar o que foi divulgado e como foram divulgadas as mensagens emitidas sobre o Projecto do Código do Trabalho pelo governo e pelos parceiros sociais nos principais órgãos de comunicação social escrita é importante porque numa sociedade onde domina a comunicação, como é a actual, uma parte significativa da mensagem sindical chega aos destinatários finais, que são os trabalhadores e toda a sociedade, através dos órgãos de comunicação social. E é importante que essa análise abranja todos os intervenientes e não apenas a CGTP-IN, porque assim ficará claro as eventuais diferenças de tratamento por parte dos órgãos de comunicação estudados.

A eficácia da mensagem sindical em relação a toda a sociedade, depende muito da importância atribuída pelos media a ele, e da forma como tratam e difundem essa mensagem.

Philippe Breton na sua obra “ A Palavra Manipulada” situa a diferença entre argumentação e manipulação “na forma pela qual o auditório é tratado, consoante se lhe dá a maior liberdade possível para aderir ao que lhe é proposto ou, pelo contrário , se tenta forçá-lo a isso. A manipulação é uma comunicação coerciva”³⁶

E apresenta na mesma obra a seguinte tipologia de processos manipulatórios que interessa ter presente para analisar a forma como é tratada a mensagem sindical pelos grandes órgãos de comunicação social.

“O primeiro é o das técnicas que procuram intervir na forma da mensagem e que jogam, essencialmente com afectos. O segundo é o das técnicas que constituem uma intervenção no fundo da mensagem, isto é, na sua estrutura interna e na sua dimensão cognitiva. Umas recorrem aos sentimentos (sedução, estética , medo); as outras são falsificações do raciocínio mais deliberadas (enquadramento deformados e amálgamas)”³⁷

Em relação à manipulação de afectos ela tem lugar, quando “a razão dada para a adesão à mensagem nada tem a ver com o conteúdo da mensagem”.

Serve de exemplo bem conhecido de manipulação de afectos, porque domina o quotidiano dos media, “a presença no espaço público de mulheres seminuas e de manequins masculinos sexualmente provocantes” que nada têm a ver com o conteúdo das mensagens que se pretendem fazer passar, mas que assim ficam associadas por efeito de fusão ou por amálgama a sensações agradáveis facilmente memorizadas rompendo desta forma também mais facilmente as barreiras de autodefesa que cada um possui.

³⁶ Ob. ci. p. 80

³⁷ Ob- cit. p.81

O mesmo sucedeu com o “Euro 2004” em que inúmeras empresas conseguiram associar, em termos de publicidade, este evento à promoção dos seus produtos ou marcas. O mesmo também sucedeu com o poder político que, em vários momentos, procurou colar-se às vitórias da equipa portuguesa.

No entanto, a manipulação afectiva não está apenas associada a sensações agradáveis. Como refere Philippe Breton “ a mola do medo inspirado por aquele que pretende convencer continua a ser um dos recursos da manipulação”³⁸. Tal “mola do medo” é muito utilizada no discurso da extrema-direita em relação ao imigrante. O conhecido “discurso da tanga” é, a nosso ver, também um exemplo paradigmático.

Igualmente “ a repetição desempenha, visivelmente, um considerável papel nos processos de manipulação”, já que “a repetição cria por inteiro, artificialmente, e pelo simples facto do seu mecanismo, uma sensação de evidência”, pois “a repetição funciona com base no esquecimento de que aquilo que é repetido nunca foi explicitado”.³⁹

A manipulação cognitiva pode tomar também diversas formas, segundo Philippe Breton, que interessa ter presente num estudo desta natureza, e nomeadamente as variantes mais importantes.

Assim, ela pode tomar as formas seguintes : (1) “O enquadramento manipulatório, que consiste em utilizar elementos que o interlocutor já conhece e aceita e reordená-los de tal maneira que ele não possa opor-se-lhes”; (2) “ A amálgama que consiste em propor um enquadramento dos factos ao qual se acrescenta um elemento suplementar cujo contributo seja, por si próprio, convincente”⁴⁰

Em relação à primeira forma de manipulação – enquadramento manipulatório – ela desdobra-se segundo Philippe Breton em três variantes que “ consistem em: (1) Transformar de uma ou outra forma o verdadeiro em falso, ou seja, utilizar a mentira pura; (2) Orientar os factos de tal forma que a realidade fique, por isso, conscientemente deformada; (3) Dissimular uma parte dos factos de modo que fiquem ocultas as consequências da aceitação de um dado enquadramento”⁴¹

A segunda forma de manipulação referida anteriormente – a amálgama cognitivo – materializa-se através daquilo que se poderá chamar “palavras – alavanca”. Philippe Breton distingue três tipos, a saber: (1) “As alavancas da virtude, que permitem obter a aceitação de pessoas, produtos ou ideias associando-as a símbolos considerados bons (democracia, liberdade, justiça, pátria”; para o caso português, podia-se ainda acrescentar solidariedade, emprego, desenvolvimento, progresso, modernidade, melhor economia, sucesso empresarial, competitividade, produtividade); (2) “As alavancas –venenos, que propõem a associação a palavras, símbolos ou actos maus que inspirem medo e repulsa (guerra, morte, fascismo, imoral, terrorista; para o caso português, podia-se acrescentar, rigidez das leis laborais, baixas fraudulentas, imobilismo, falência de empresas); (3) “As alavancas da autoridade, que utilizam a voz da experiência, do conhecimento e da autoridade, baseiam-se no testemunho ou na opinião de pessoas ou de instituições bem conhecidas” (no caso português, governador do Banco de Portugal, comissão europeia, ex-governantes, economistas e comentadores muito conhecidos porque promovidos pelos órgãos de comunicação social); (4) “As alavancas da conformidade, que apelam à solidariedade, à pressão das emoções ou das acções colectivas, e que são aplicadas, principalmente, para conquistar as massas (cristandade”⁴², equipa nacional).

³⁸ Ob. cit. p.92

³⁹ Ob. cit.p. 99

⁴⁰ Ob. cit. p. 107

⁴¹ Ob. cit. p. 108

⁴² Ob. cit. pp. 127 e 128

Feito este enquadramento teórico torna-se mais fácil identificar, com objectividade, eventuais manipulações, distorções, etc., na forma como foi tratada e difundida a mensagem sindical por parte dos órgãos de comunicação social. E isto porque são frequentes tais acusações.

Para operacionalizar a investigação que se pretende realizar, para além delimitar o tema – Projecto do Código do Trabalho – feito anteriormente, também se seleccionaram um número representativo de órgãos de comunicação social escrita (Diário de Noticias, Jornal de Noticias, Correio da Manhã, Publico, Expresso, Independente, Semanário Económico, Visão, Diário Económico e Capital).

E seguidamente fez-se uma ANÁLISE DE CONTEÚDO que é simultaneamente quantitativa e qualitativa.

A primeira tem como base a frequência das notícias, enquanto a segundo assenta na análise do seu conteúdo, ou seja, nas “ideias chave” dessas notícias e da sua análise comparativa com as “ideias chave” que fundamentaram e fundamentam a posição da CGTP-IN em relação ao Código do Trabalho (“as 16 razões essenciais”).

Os resultados da análise realizada constam do quadro V.

Para uma melhor compreensão dos dados do quadro apresenta-se seguidamente o significado das siglas utilizadas.

- Diário de Noticias (DN)
- Jornal de Noticias (JN)
- Correio da Manhã (CM)
- Publico (PU)
- Expresso (EXP)
- Independente (IND)
- Semanário Económico (SE)
- Visão
- Diário Económico (DE)
- Capital (CA)
- Não Determinado (ne)

Para terminar, interessa recordar que a análise feita cujos resultados constam do quadro seguinte abrange o período compreendido entre 1 de Setembro e 9 de Outubro 2002, portanto numa altura em que se verificava já um importante debate nacional sobre o Projecto do Código do Trabalho.

**QUADRO V –NÚMERO DE VEZES QUE AS IDEIAS CHAVE IDENTIFICADAS FORAM PUBLICADAS E SUA REPARTIÇÃO POR ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO EM QUE O FORAM E POR FONTES OU AUTORES
(Abrange o período que vai de 1 de Setembro de 2002 a 9 de Outubro de 2002)**

IDEIA CHAVE DA NOTÍCIA	ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO											FONTES/AUTORES													
	DN	JN	CM	PU	EXP	IND	SE	VISAO	DE	CA	TOTAL	CIP	CCP	CAP	Patrões	CGTP	UGT	PR	Gov	Editorial	jornalistas	Opinador	TSD	TOTAL	
Melhora Economia	1										1		1												1
Aumenta Competitividade	1	1	1								3	1							2						3
Aumenta Produtividade				1							1									1					1
Modernizar o país	1									1	2									1			1		2
Retrocesso										1	1											1			1
Fragiliza direito do trabalho	1	1									2				2										2
Liberaliza despedimentos	1			1						1	3				1	1					1				3
Agrava Precariedade										1	1					1									1
Ataca negociação colectiva	1										2					2									2
Ataca direito de greve										1	1					1									1
Aumenta contratos a prazo	1										1					1									1
Inconstitucional	1							1			2										1		1		2
Código é execrável		1								1	2					2									2
Reforma moderadíssima					1						1											1			1
Mudança sentido patrões	1										1										1				1
Lei contra imobilismo		1			1					1	3								2	1					3
CGTP contra				1							1										1				1
Código da desilusão	1			1							2			2											2
Leis do PREC	1										1							1							1
Contra não reintegração								2			2				1	1									2
É importante flexibilizar								1			1			1											1
Projecto + violento da U.E.								1			1				1										1
Nec. Ouvir especialistas		1									1				1										1
Beneficia emprego			1	1							2								2						2
Combate absentismo		1	1	2						1	5								2				3		5

CATEGORIAS	DN	JN	CM	PU	EXP	IND	SE	VISAO	DE	CA	TOTAL	CIP	CCP	CAP	Patrões	CGTP	UGT	PR	Gov	Editorial	Jornalista	Opinador	TSD	TOTAL
Diminui direitos dos trabalhadores	1										1					1								1
Legislação actual calamidade				1							1											1		1
Imoral										2	2						1		1					2
Mudança feriados	1										1					1								1
Exigência nacional				1							1											1		1
Rigidez lei laboral				1							1											1		1
Apelo consenso equilíbrio	1			1							2							2						2
Necessidade de estudo direito comparado										2	2					2								2
Desestruturação relações trabalho				1							1					1								1
Disparate alterar feriados	1										1					1								1
Sucesso empresarial	1										1				1									1
Leis laborais travam desenvolvimento	1								1		2				1							1		2
Código insuficiente			1								1				1									1
Governo simula debate e mente		1		1							2					2								2
Código não moderniza mercado trabalho			1								1											1		1
Portugueses contra transferência e despedimentos				1							1										1			1
Contra clausula paz social				1							1											1		1
TOTAL (2 folhas)	17	7	5	15	2	0	0	5	5	9	65	1	1	0	6	16	8	2	10	3	5	12	1	65

O estudo dos resultados da análise quantitativa das notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho publicadas nos grandes órgãos de comunicação social portuguesa constantes do quadro anterior permite concluir que, no período compreendido entre 1 de Setembro e 9 de Outubro de 2002, foram publicados nos 10 órgãos de comunicação social analisados 65 notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho repartidas pelos diferentes órgãos da forma que se apresenta seguidamente.

a) Repartição por órgãos de comunicação social

• Diário de Notícias	17	26,1%
• Jornal de Notícias	7	
• Correio da Manhã	5	
• Público	15	23,1%
• Expresso	2	
• Independente	0	
• Semanário Económico	0	
• Visão	5	
• Diário Económico	5	
• A Capital	9	
○ TOTAL	65	

b) Repartição por fonte da noticia

• CIP	1	
• CAP	1	
• Patrões	6 = 8 =>	12,3%
• CGTP-IN	16	24,6%
• Presidente República	2	
• UGT	8	12,3%
• Governo	10	15,4%
• Editoriais	3	
• Jornalistas	5	
• “Opinador ”	12	18,5%
• TSD	1	
○ TOTAL	65	

A análise dos dados anteriores permite concluir que, a nível de órgãos de comunicação social, aqueles que deram maior cobertura ao projecto do Código do Trabalho foram, em primeiro lugar, o Diário de Notícias que publicou 17 peças jornalísticas em 40 dias sobre o projecto do Código do Trabalho, seguido logo muito próximo pelo Público com 15. Estes dois jornais publicaram 32 notícias sobre o Projecto do Código o que representa praticamente metade das notícias publicadas no período analisado. No entanto, nestes dois jornais apenas sete notícias (cerca de 22%) tiveram como fonte citada a CGTP-IN, o que não deixa de ser esclarecedor.

Comportamento diferente teve o Jornal de Notícias, que das sete peças publicadas quatro têm como fonte citada a CGTP-IN, assim como a revista Visão (das cinco notícias publicadas duas têm como fonte citada a CGTP-IN). Mais próximo do Diário de Notícias e do Público esteve a Capital (apenas três das nove notícias publicadas têm como fonte citada a CGTP-IN).

A repartição das mesmas notícias por fontes originárias, já que as declarações, conferências de imprensa ou comunicados de imprensa foram, em muitos casos, depois “trabalhados” por jornalistas dos próprios órgãos, portanto não consideramos como fontes originárias, leva à conclusão que a entidade mais citada foi a CGTP-IN (em 16 notícias) seguida logo pelos chamados “opinadores” (que dão opinião sobre tudo mesmo que não seja sobre matéria da sua especialidade) com 12 artigos, depois seguiu-se o governo (10 notícias), para aparecer só depois a UGT (8 notícias).

É interessante notar que as entidades patronais (categorias “Patrões+CIP+CCP+CAP”) somaram tantas notícias (8) como a UGT.

Resumindo, em termos quantitativos a presença da CGTP-IN, através de notícias tendo como base declarações ou intervenções dos seus dirigentes, comunicados de imprensa, etc., foi a entidade mais citada no período que foi objecto de análise. No entanto, e como se acabou de mostrar, verificou-se que importantes órgãos de comunicação social escrita, como são o Diário de Notícias e o Público, deram um tratamento desproporcionalmente reduzido à mensagem da CGTP-IN.

Se analisarmos o que foi objecto de notícia e mesmo o seu conteúdo, ou seja, a forma como foram tratados os acontecimentos que tiveram como fonte a CGTP-IN, as conclusões já são diferentes e merecem uma atenta reflexão.

Assim, em relação à mensagem da CGTP-IN, em que esta aparece claramente referida como fonte, aquilo que os órgãos de comunicação analisados deram maior projecção foi o seguinte:

IDEIAS-CHAVE DAS NOTICIAS SOBRE A CGTP	Nº de vezes
• Código fragiliza o direito de trabalho	2 notícias
• Código liberaliza despedimentos	1 notícia
• Projecto é execrável	2 notícias
• Projecto não reintegra trabalhador	1 notícia
• Projecto é o mais violento da U.E.	1 notícia
• Necessidade de ouvir especialistas	1 notícia
• Código diminui direitos dos trabalhadores	1 notícia
• Necessário estudo direito comparado	2 notícias
• Somos contra mudança de feriados	1 notícia
• Disparate alterar feriados	1 notícia
• Código desestrutura relações de trabalho	1 notícia
• Governo simula debate e mente	2 notícias

Se se comparar as ideias chave das notícias publicadas nos órgãos de comunicação social analisados com as “16 Razões essenciais para dizer Não ao Pacote Laboral” constante do desdobrável distribuído maciçamente pela CGTP-IN antes da greve geral de 10 de Dezembro de 2002, transcritas anteriormente (pág. 45) conclui-se que apenas 7 das 16 notícias publicadas (as que estão a **bold**), é que coincidem ou revelam proximidade com as 16 razões constantes do referido documento.

É sintomático que um tema considerado pela CGTP-IN como a trave mestra do ataque que o Projecto do Código faz aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores - a contratação colectiva, ou melhor, a cessação automática dos contratos colectivos de trabalho ao fim de 2,5 anos a contar da data em que é denunciado se os representantes dos trabalhadores e os representantes patronais não chegarem a acordo - não constitua, em nenhum caso, a ideia chave das notícias publicadas tendo como fonte directa a CGTP-IN.

As questões que imediatamente se colocam são nomeadamente as seguintes: - Esta disparidade que se observa entre aquilo que a CGTP-IN considerava como as suas “razões essenciais” para estar contra o Projecto do Código do Trabalho e aquilo que a generalidade dos órgãos de comunicação social escrita deram maior projecção como tendo como fonte directa esta central sindical, resultou de uma deficiente comunicação dos dirigentes da CGTP-IN que não souberam ou não conseguiram transmitir com

clareza e precisão aquilo que era fundamental na mensagem da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho ? Ou foi uma consequência do tipo de tratamento dado por esses órgãos de comunicação à mensagem da CGTP-IN ?

No caso da mensagem da CGTP-IN transmitida pelos seus dirigentes ter correspondido às suas posições de fundo sobre o Projecto do Código do Trabalho as questões que se colocam já são as seguintes :- Tal tratamento eventualmente distorcido dado pelos órgãos de comunicação social resultou de um esforço deliberado de manipulação? Ou terá sido a consequência de uma determinada representação (conotação) que muitos jornalistas têm da CGTP-IN, representação essa que obtiveram ou lhes foi inculcada, e que os leva a seleccionar na mensagem da CGTP-IN fundamentalmente aquilo que se coaduna e reforça essa representação? Ou resultou ainda das necessidades de uma informação centrada na “dinâmica do espectáculo e do entretenimento” tão de agrado aos objectivos dos grupos económicos que controlam os media?

Manuel Correia, no seu estudo “As actividades e activistas sindicais: as mediatizações das imagens”, analisando as notícias publicadas em cinco órgãos de comunicação social sobre as actividades e os activistas sindicais no ano 2001 fala mesmo de um “efeito exacerbante”, em que “os processos através dos quais as escolhas textuais, feitas pelo produtor textual, são simultaneamente escolhas ideacionais e interpessoais que expressam opções ideológicas particulares”⁴³

Se analisarmos os resultados apresentados anteriormente à luz do modelo teórico sobre manipulação referido por Philippe Breton é possível tirar algumas conclusões importantes.

Assim, um aspecto que parece claro na forma como os principais órgãos de comunicação social escrita trataram a mensagem da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho é que se verificou um claro silenciamento (semelhante ao “efeito ocultante”, de que fala também Manuel Correia) de posições importantes da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho, e o realce exagerado de eventuais afirmações dos seus dirigentes que não representavam as objecções de fundo da CGTP-IN em relação ao Projecto como foram (muito referidas por certos órgãos de comunicação), “o código é execrável”, “ o governo simula o debate e mente”, “é necessário fazer um estudo de direito comparado” , o “projecto é o mais violento da U.E.”, “é preciso ouvir especialistas” que soma sete notícias, ou seja, mais do que as que referiam ideias chave constantes do desdobrável “16 Razões essenciais para dizer Não ao Pacote Laboral” distribuído pela CGTP-IN antes da greve geral de 10 Dezembro de 2002.

Esta forma de tratamento da mensagem parece cair claramente no âmbito de uma das variantes de manipulação cognitiva referida anteriormente, qual seja a que “consiste em dissimular uma parte dos factos de modo que fiquem ocultas as consequências da aceitação de um dado enquadramento”⁴⁴ (no caso estudado com mais gravidade, porque o ocultado refere-se às “razões essenciais” da CGTP-IN em relação ao Projecto do Código, que são as relativas à contratação colectiva e à organização sindical, as quais não mereceram qualquer referência nas ideias chave das notícias analisadas).

Para saber se existem ou não razões para se poder pensar que houve manipulação no tratamento das mensagens da CGTP-IN, interessa conhecer a forma como foram

⁴³ VERTICE, Revista bimestral, Julho-Agosto 2003, pp. 44 e 46

⁴⁴ A Palavra Manipulada, Philippe Breton, p. 108

tratados pelos mesmos órgãos de comunicação social a mensagem dos restantes intervenientes, até para se conhecer se os critérios utilizados foram iguais para todos.

Os resultados da análise realizada permitiu identificar as seguintes ideias chave que foram veiculadas pelos mesmos grandes órgãos de comunicação social nas notícias que indicaram como fonte citada a UGT.

IDEIAS-CHAVE DAS NOTICIA SOBRE A UGT	Nº de vezes
• Código liberaliza os despedimentos (*)	1 notícia
• Código agrava precariedade (*)	1 notícia
• Código ataca negociação colectiva (*)	2 notícias
• Código ataca direito à greve (*)	1 notícia
• Código aumenta os contratos a prazo (*)	1 notícia
• Oposição à não reintegração do trabalhador (*)	1 notícia
• Código imoral	1 notícia

Embora não se conheça “as razões essenciais “ da posição da UGT para as comparar com as ideias chave das notícias que foram publicadas, uma conclusão que se tira imediatamente é que as ideias chave de sete das oito notícias publicadas coincidem com temas constantes das “16 razões essenciais “ da CGTP-IN (as que têm um *), o que não deixa de ser revelador.

Analisemos agora a forma como foram tratadas pelos grandes órgãos de comunicação social as posições dos outros principais intervenientes, ou seja, das associações patronais e do governo.

O quadro seguinte resume em relação aos citados intervenientes os resultados obtidos através da análise realizada

QUADRO VI- Nº de vezes que as ideias chave das notícias das associações patronais e do governo foram publicadas pelos diversos órgãos de comunicação, por protagonistas

IDEIA CHAVE DA NOTICIA	CIP	CCP	Patrões	Governo
Melhorar economia		1		
Aumentar competitividade	1			2
Código é uma desilusão			2	
É importante flexibilizar	1			
Indispensável ao sucesso empresas	1			
Leis actuais travam desenvolvimento	1			
Código é insuficiente	1			
Lei (código) contra imobilismo				2
Leis actuais são do PREC				1
Código beneficia emprego				2
Código visa combater absentismo				2
Leis actuais são imorais				1

Antes de apresentar as conclusões que os dados do quadro anterior permitem tirar, interessa referir que a análise das intervenções directas de membros do governo nos diferentes canais da TV, que se encontram transcritas mais à frente, leva à conclusão que “as razões essenciais” utilizadas pelo governo para defender o Projecto do Código do Trabalho foram nomeadamente as seguintes: - “ combate às baixas fraudulentas”; “combate ao absentismo, flexibilidade e reactivação da contratação colectiva”; “à frente está a empresa, quando está doente sofrem os trabalhadores e os empresários”; “lei mais flexível mas com uma fiscalização rigorosa”; “o empregador é obrigado a dar formação”; “criminalização do trabalho infantil”; “o Código é amigo do investimento e do emprego”; e “a proposta é socialmente equilibrada”.

A comparação das ideias chave das notícias constantes do quadro anterior com “as razões essenciais” apresentadas pelo governo para defender o Projecto do Código do Trabalho leva à conclusão que pelo menos dez (as que estão a **“bold”**) das dezasseis coincidem ou estão próximas das “razões essenciais” do governo.

Para além disso, e como também se conclui do quadro anterior, muitas das ideias chave divulgadas pelos órgãos de comunicação social escrita tendo como fonte directa as entidades patronais ou o governo correspondem àquilo que Philippe Breton chama palavras “alavanca-veneno” ou “alavanca-conformidade”.

Efectivamente, o Projecto do Código foi defendido, por uns e outros, como indispensável para combater o absentismo e as baixas fraudulentas; aumentar a competitividade; melhorar a economia; impulsionar o desenvolvimento; melhorar a situação das empresas; e aumentar o emprego.

Para completar a análise, interessa agora conhecer quais foram as principais posições veiculadas pelos editoriais, por notícias elaboradas por jornalistas sem qualquer referência à fonte e pelos chamados “opinadores” (especialistas generalistas).

QUADRO VII- Nº de vezes que as ideias chave aparecem nas notícias, artigos e editoriais repartidos por autores não directamente intervenientes

IDEIAS –CHAVE	Editorial	Jornalista	Opinador
Código visa aumentar a produtividade (G)	1		
Código visa modernizar o País (G)	1		1
Código é uma lei contra o imobilismo (G)	1		
Código é um retrocesso (S)			1
Código liberaliza despedimentos (S)		1	
Código contém inconstitucionalidades (S)		1	
Código é uma reforma moderadíssima (G)			1
CGTP-IN contra (sempre contra) (G,P)		1	
Código combate absentismo (G)			3
Calamidade das leis actuais (P)			1
Código é uma exigência nacional (P)			1
Contra a rigidez laboral actual (G)			1
Leis actuais travam desenvolvimento (P)			1
Código não moderniza mercado trabalho (P)			1
Portugueses contra despedimentos (S)		1	
Crítica cláusula da paz social do Código (S)			1

NOTA: (P):Entidades Patronais; (G): Governo; (S): Sindicatos

Se se agrupar as ideias chave constantes do quadro anterior por coincidência ou proximidade relativamente às “razões essenciais” do governo e dos sindicatos referidas anteriormente, conclui-se que, no conjunto de 19 notícias, as ideias chave de sete notícias coincidem ou estão próximas de “razões essenciais” do governo, e cinco coincidem ou estão próximas das “razões essenciais” dos sindicatos.

Se a análise for feita por tipo de peça as conclusões reforçam as anteriores.

Assim, tomando como base da análise os dados do quadro anterior, conclui-se que dos 3 editoriais publicados nenhum deles se identificava com posições defendidas pelas associações sindicais; pelo contrário, todos eles correspondiam a posições defendidas pelo governo e pelas entidades patronais. E tenha-se presente que o editorial é normalmente interpretado como a posição oficial do jornal.

Em relação a peças dos jornalistas o desequilíbrio é já favorável aos sindicatos com três notícias e uma para o governo.

A nível de artigos assinados por “opinadores” o desequilíbrio torna a ser novamente muito grande a favor do governo com cinco notícias e os sindicatos com apenas duas notícias.

Em relação à análise feita há um aspecto importante que interessa chamar a atenção e que é o seguinte : a repetição intensa de determinadas ideias chave no discurso governamental e patronal – produtividade, competitividade, absentismo, etc., - e também quer em editoriais quer em artigos de jornalistas e de “opinadores”, sem referir as fontes, e assumindo como fossem posições dos autores dessas peças jornalísticas.

Este facto parece configurar uma das formas de manipulação referida por Philippe Breton, a saber: - “a repetição cria por inteiro, artificialmente , e pelo simples facto do seu mecanismo, uma sensação de evidência , pois a repetição funciona com base no esquecimento de que aquilo que é repetido nunca foi explicitado”.

Para além de tudo isto, e tendo presente que estas peças jornalísticas representaram uma parte muito importante das peças publicadas nos órgãos de comunicação social sobre o Projecto do Código do Trabalho durante o período analisado, a situação que se acabou de apresentar ainda levanta outro tipo de questões em termos de efeitos da comunicação, que interessa referir, já que o estudo destes constitui também uma questão importante a ter sempre presente.

E essas questões prendem-se com a intertextualidade da notícia, suas razões e seus efeitos, em que o produtor da notícia assume como sua.

Segundo José Rebelo, “ao trabalhar o espaço da intertextualidade, o jornal neutraliza o enunciador assumindo ele próprio a responsabilidade do dito ou, em alternativa, remetendo essa responsabilidade para o senso comum ou para a evidência”. “É prática corrente das instituições políticas, sobretudo quando no poder ou na órbita do poder, encorajarem o discurso que Maurice Mouillaud associa ao espaço da intertextualidade para o que reduzem ou tentam reduzir, o seu papel ao de simples fonte. Pretendem assim ocultar o enunciador de origem, transferindo para o domínio do jornal ou, mesmo da opinião pública, a responsabilidade da asserção. Com efeito, considerar um enunciado como informação, sem o ligar à fonte, equivale a reconhecê-lo como do domínio do real e, portanto, a veicular , automaticamente, os interesses que a fonte investiu no discurso ao produzi-lo”⁴⁵ (O sublinhado é nosso).

No caso dos editoriais, e como refere José Rebelo, eles espelham “sem qualquer sombra, pelo menos do ponto de vista formal, a posição da empresa jornalística. Não se passeia pelo espaço jornalístico. Pelo contrário, dispõe de um lugar certo na paginação do jornal. É assinado pelo director ou por quem se mandate para o efeito. A sua feitura obedece, frequentemente, a um ritual que reforça a carga simbólica de que está revestido”⁴⁶

Relativamente aos artigos de jornalistas, a maioria deles não assinados, parece clara a assunção pelo próprio jornal que os publica ou, pelo menos, tal será entendido pela maioria dos leitores relativamente às ideias chave veiculadas. Mesmo assinados, a nível de opinião pública, funciona, as mais das vezes, como uma assunção implícita por parte do jornal que os publica.

O mesmo sucede em relação aos chamados “opinadores”, embora essa assunção possa ser menos nítida mas, para se escrever num jornal, ou para ser “comentador”

⁴⁵ O Discurso do Jornal, p. 65

⁴⁶ Ob. cit. p. 122

numa televisão, pelo menos de uma forma regular, é necessário que tenha sido convidado pela respectiva direcção e, conseqüentemente, seja da sua confiança e/ou agrado.

Mas o que é importante, e isso parece ser válido para todos – editorialistas, jornalistas, opinadores -, é que eles procuram apresentar-se à opinião pública como partes não interessadas no problema ou conflito, tentando criar a ideia que têm um desempenho caracterizado pela objectividade, pelo distanciamento e pela independência, quando muitas vezes isso não sucede, com o objectivo de que o seu enunciado seja reconhecido como fazendo parte do “senso comum”, como uma “evidência”, e como pertencente ao “domínio real”, ou seja, que é “objectivo”, verdadeiro, inquestionável.

Citando John Fiske podia-se dizer que é por todas estas razões que “os sindicatos afirmam, com alguma razão, que a televisão (no caso analisado, seriam os órgãos de comunicação social escrita) apresenta(m) sempre uma versão patronal, de classe média, na cobertura das notícias industriais (melhor, empresariais)”⁴⁷.

Uma outra análise que pode ser feita é a proposta por W. Gieber referida por Laurence Bardin no seu livro “Análise de Conteúdo”⁴⁸, que consiste em agrupar as ideias chave constantes do quadro V, em “informações positivas” e em “informações negativas” na perspectiva do destinatário leitor dos órgãos de comunicação social analisados.

Os resultados dessa repartição constam do quadro VIII.

⁴⁷ Introdução ao Estudo da Comunicação, p.. 45

⁴⁸ Ob. cit. p. 163

QUADRO VIII – Repartição das ideias chave em informações “Positivas” e “Negativas”

IDEIA CHAVE DA NOTICIA	Chave (P e N) (P): Positivo (N):Negativo	GOVERNO		PATRÕES		CGTP		UGT		OUTROS	
		Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.
Melhora Economia	P			1							
Aumenta Competitividade	P	2		1							
Aumenta Produtividade	P									1	
Modernizar o país	P									1	
Retrocesso	N										1
Fragiliza Direito de Trabaho	N						2				
Liberaliza despedimentos	N						1		1		
Aumenta conflitualidade	N										1
Agrava precariedade	N								1		
Ataca negociação colectiva	N								2		
Ataca direito greve	N								1		
Aumenta contratos a prazo	N								1		
Inconstitucional	N										3
Código é execrável	N						2				
Reforma moderadíssima	P									1	
Mudança sentido padrões	N										1
Lei contra imobilismo	P	2									
CGTP contra	N										1
Código desilusão	N				2						
Leis do PREC	P	1									
Contra "não reintegração"	P					1		1			
É importante flexibilizar	N				1						
Projecto mais violento da U.E.	N						1				
Necessidade ouvir especialistas	P					1					
Beneficia emprego	P	2									
Combate absentismo	P	2									
Diminui direito Trabalhadoras	N						1				
Legislação actual calamidade	N										1
Imoral	N		1						1		
Mudança feriados	N						1				
Exigência nacional	P									1	
Rigidez da lei laboral	N										1
Apelo consenso e equilíbrio	P									2	
Necessidade de estudo direito comparado	P					2					
Desestruturação relações trabalho	N						1				
Disparate alterar feriados	P					1					
Sucesso empresarial	P			1							
Leis laborais travam desenvolvimento	N				1						
Código insuficiente	N				1						
Governo simula debate e mente	N						2				
Código não moderniza mercado trab.	N										1
Portugueses contra transf. e despedimento	P									1	
Clausula paz social-critica	P									1	
TOTAL		9	1	3	5	5	11	1	7	8	10
NOTA: Pos. = Positivo; Neg. = Negativo		P	N	P	N	P	N	P	N	P	N
		GOVERNO		PATRÕES		CGTP		UGT		OUTROS	

A análise dos dados do quadro anterior que foram obtidos utilizando a metodologia proposta por W. Gieber leva à conclusão de que, na óptica dos destinatários finais leitores dos órgãos de comunicação social escrita analisados, o discurso

governamental assentou fundamental em ideias chave que poderão ser consideradas por estes destinatários como “informações positivas” (9 Positivas e apenas 1 negativa); o discurso patronal assentou em mais informações “negativas” do que “positivas” (3 Positivas e 5 negativas). Mas foi fundamentalmente no discurso sindical que dominaram informações negativas, até mais no da UGT do que no da CGTP-IN (UGT: 1 positiva e 7 negativas; CGTP-IN: 5 positivas e 11 negativas).

As questões que imediatamente se colocam, a nosso ver, são as seguintes: - (1) Que percepção/conotação provocará nos destinatários um discurso baseado fundamentalmente em “informações negativas”? Ou seja, que imagem de cada um dos parceiros sociais será construída ou associada junto dos destinatários finais ou, mesmo, na opinião pública com tal discurso? Que conteúdo deverá ter esse discurso para não provocar conotações ou reacções negativas do receptor em relação ao emissor desse discurso? Bastará esse discurso ser fundamentalmente conclusivo, ou seja, construído com base fundamentalmente em afirmações peremptórias (exs.: o Projecto do Código aumenta a produtividade e a competitividade; o projecto de Código desestrutura as relações de trabalho e retira direitos aos trabalhadores, etc.), ou o discurso para ser eficaz terá de ser explicativo e com informações suficientes para que os destinatários cheguem eles próprios ou confirmem as conclusões apresentadas? Ou terá de conter estas duas componentes? – São questões importantes em termos de eficácia do discurso que interessa reflectir.

xxx

Face às conclusões que se chegaram com base na análise do período referido anteriormente (1 de Setembro se 2002 a 9 de Outubro de 2002), a questão que também se coloca, que importa não ignorar para assegurar a consistência das conclusões, é a seguinte: - Será que isso apenas se verificou naquele período em que foi feita a análise? Ou será que isso dominou e caracterizou todo o discurso jornalístico sobre o projecto do Código do Trabalho? – São questões que interessam esclarecer, e para o conseguir vai-se fazer a análise de um outro período em que a frequência de notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho foi muito mais elevada.

E o período seleccionado é o que vai de 7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002. E isto por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque foi o período que antecedeu a greve geral de 10 de Dezembro de 2002 decidida pela CGTP-IN que marcou o ponto mais alto da luta sindical contra o Projecto do Código. Em segundo lugar, porque foi um período em que os órgãos de comunicação deram uma importância muito grande aos acontecimentos referentes ao Projecto do Código do Trabalho e em que, por isso, foram publicadas muitas notícias relativas a este tema.

Os resultados da análise feita às notícias publicadas nesse período nos 10 órgãos de comunicação social escrita já referidos anteriormente, encontram-se no quadro IX, que se apresenta seguidamente.

QUADRO IX –NÚMERO DE VEZES QUE AS IDEIAS –CHAVE IDENTIFICADAS FORAM ENCONTRADAS NAS NOTÍCIAS, EDITORIAIS E ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS, E SUA REPARTIÇÃO POR ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO E POR FONTES OU AUTORES – Período 7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002

MENSAGEM PRINCIPAL DA NOTÍCIA	ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO										ORIGEM														
	Nd	DN	JN	CM	PU	EXP	IND	SE	VIS	DE	CA	TOT	CIP	CCP	Patrões	CGTP	UGT	PR	Prov	Governo	Sindicato	Editorial	jornalista	Op.	TOT
Recuo do Governo pressão UGT	1											1												1	1
Governo pisca de olhos à UGT					1							1												1	1
Processo legislativo mais participado			1									1								1					1
Sintonia CGTP UGT nas críticas Código	1		1		1						3	6				1	1							4	6
UGT afasta-se da greve geral e diz não	2				1				1		2	6					6								6
UGT quer greve em Janeiro	2				1					1	1	5					5								5
CGTP admite 2ª greve geral em Janeiro	1				1							2				2									2
Versão final mais equilibrada e com avanços										2		2	1				1								2
Concertação não teria sido possível sem UGT											1	1					1								1
Texto final não convence parceiros											1	1											1		1
Bagão Félix optimista											1	1								1					1
Equívocos da flexibilização			1									1					1								1
Direitos não devem ser anulados					1			1			1	3						3							3
Governo admite não levar código AR					1							1											1		1
Código preocupa e tem duvidas bispos		1		1								2											2		2
Código precariza trabalho de jovens			1									1											1		1
Centrais preparam greve geral	1	1									1	4				1	1				1			1	4
CGTP promete intensificar a luta e intensifica	3	1			1						1	10				10									10
Greve geral inevitável	1											1				1									1
Código é uma fraude	1											1				1									1
Proposta no Parlamento											1	1								1					1
Modificados 60%/70% artigos Anteprojecto			1		1						1	4								4					4
Maior parte código é consensual								1				1								1					1
Centrais não rejeitam hipótese greve geral			2									2				1	1								2
Populares entrevistas não aderem greve			1									1											1		1
Greve geral seja qual for pacote laboral											1	1												1	1
Contra greve geral		2	2									4												4	4
Direitos, greves e incómodos											1	1										1			1
Governo nega interrupção lei40H					1							1								1					1

Código insuficiente	3		1		1	1		1														7		2		2				2		1		1	8
Empresários não convencidos				1																		1											1	1	
Parceiros sociais criticam processo								1														1										1	1	1	
Código tem uma visão humanista		1																				1											1	1	
Contratos a prazo de jovens de 7 anos					1																	1												1	1
Indemnizações variáveis					1																	1												1	1
Culpa dos trabalhadores é uma tontaria		1																				1												1	1
TOTAL	22	23	16	4	21	4	1	5	3	18	27	144	3	2	3	30	19	4	2	24	2	4	27	24	144										
	nd	DN	JN	CM	PU	EXP	IND	SE	VIS	DE	CA		CIP	CCP	Patrões	CGTP	UGT	PR	Prov	Governo	Sindicato	Editorial	jornalista	Op.											

NOTA: nd” corresponde a jornais que não se conseguiram identificar porque nas fotocópias dos recortes utilizados não constava o nome do jornal ou semanário

“Op.” = “Opinador” que emite opinião sobre qualquer assunto mesmo os que não são da sua especialidade

PR- Presidente da República

O período de análise - 7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002 – embora não seja inferior ao anteriormente analisado, no entanto o número de editoriais, notícias e artigos publicados sobre o Projecto do Código do Trabalho foi muito superior (mais do dobro), motivado fundamentalmente pela marcação da greve geral de 10 de Dezembro de 2002 pela CGTP-IN.

Seguidamente apresentam-se os resultados obtidos repartidos, primeiro, pelos órgãos de comunicação social que os publicaram e, depois, pelas fontes ou autores.

Neste período (7Nov.-9Dez.2002), foram publicadas nos 10 órgãos de comunicação social analisados 144 peças jornalísticas sobre o projecto do Código do Trabalho, quando no período anteriormente analisado tinham sido publicadas 65 notícias, repartidas pelos diferentes órgãos e por fontes da forma que se apresenta seguidamente.

a) Repartição por órgãos de comunicação social

• Órgãos não identificados	22	
• Diário de Notícias	23	16%
• Jornal de Notícias	16	11%
• Comércio da Manhã	4	
• Público	21	14,6%
• Expresso	4	
• Independente	1	
• Semanário Económico	5	
• Visão	3	
• Diário Económico	18	12,5%
• A Capital	27	18,8%

○ TOTAL	144	

b) Repartição por fonte/autor da noticia

• CIP	3	
• CCP	2	
• Patrões	2	
• CGTP-IN	30	20,8%
• Provedor	2	
• Presidente República	4	
• UGT	19	13,2%
• Governo	24	16,7%
• Sindicato	2	
• Editoriais	4	
• Jornalistas	27	18,7%
• “Opinadores ”	24	16,6%

○ TOTAL	144	

A nível de repartição pelos diferentes órgãos de comunicação social escrita a distribuição de notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho foi, neste período, mais equilibrada porque, enquanto no período que tinha sido analisado anteriormente, 49,2% das peças jornalísticas publicadas concentravam-se em dois jornais (Diário de Notícias e Público), agora repartem-se fundamentalmente por cinco jornais (Diário de

Notícias, Jornal de Notícias, Público, Diário Económico e Capital) a que correspondem 72,9% de todas as peças jornalísticas publicadas.

Em relação às notícias cuja fonte, referida na própria notícia, é a CGTP-IN, esta continua a ser a entidade mais citada (30 notícias, 20,8% do total), seguindo o governo (24 notícias, 16,7% do total). Só depois aparecem a UGT (19 notícias, 13,2% do total) e as entidades patronais (CIP+CCP+CAP+Patrões) com 7 notícias (4,9% do total).

No entanto, esta análise quantitativa não é por si suficiente para se poder avaliar, por um lado, o tipo de tratamento que cada uma das entidades teve por cada órgão de comunicação e, por outro lado, o impacto provável nos destinatários. Para esclarecer estas questões haveria que analisar a dimensão da peça, a dimensão do título, a página dos órgãos de informação em que foi publicada a peça, etc., e os efeitos nos destinatários finais, portanto outros aspectos que completariam o anterior.

Apesar de não se ter analisado esses aspectos, pois alguns deles ultrapassam os objectivos desta investigação, as ideias chave já revelam uma parte importante do verificado, podendo-se ainda acrescentar algo mais que completa a análise realizada.

As peças jornalísticas em que não é referida como fonte qualquer uma das entidades directamente envolvidas no “conflito” – associações sindicais, associações patronais e governo – ou seja, os editoriais, os artigos assinados ou não por jornalistas e os artigos de opinião elaborados por “opinadores” escolhidos pela direcção do jornal somam 55 o que corresponde a 38,2% de todas as peças jornalísticas publicadas neste período, portanto uma percentagem superior à verificada no período de 1 de Setembro a 9 de Outubro de 2002 que fora já de 30,7%.

Estes números levantam interrogações sobre os critérios utilizados pelos diversos jornais e semanários analisados, sabendo-se que a maioria destes “opinadores” defenderam pontos de vista coincidentes na sua maioria com os das entidades patronais ou governamentais como revelam os dados que se apresentam mais à frente.

Outro aspecto importante analisado é o conteúdo da notícia que cita como fonte a CGTP-IN. E os dados que se apresentam seguidamente são esclarecedores, pois revelam aquilo que, da mensagem emitida pela CGTP-IN, foi considerado (ideia chave) de interesse pelos órgãos de comunicação social para ser publicado no período compreendido entre 7 de Novembro e 9 de Dezembro de 2002.

IDEIAS-CHAVE DAS NOTÍCIAS SOBRE A CGTP-IN	Nº de vezes
• Sintonia CGTP/UGT	1 notícia
• Centrais não rejeitam hipótese greve geral	1 notícia
• Centrais preparam greve geral	1 notícias
• Greve geral inevitável	2 notícia
• CGTP admite 2ª greve geral Janeiro	1 notícia
• CGTP convoca greve geral 10 de Dezembro	7 notícias
• CGTP promete intensificar luta e notícias de lutas	10 notícias
• Código é uma fraude	1 notícia
• Lei 40 horas interrompida durante 2 anos	1 notícia
• Ataca a negociação colectiva	1 notícia
• Pretende discussão C. Parlamentar	1 notícia
• Inconstitucional	1 notícia
• Contrato a prazo para jovens: 7,5 anos	1 notícia
• Culpar trabalhadores é tontaria	1 notícias

TOTAL	30 notícias

De 30 notícias atribuídas à CGTP-IN 12 referem-se directamente à greve e as restantes 11 a lutas e à necessidade de as intensificar. E as notícias sobre a greve começaram a aparecer nos órgãos de comunicação social muito antes da CGTP-IN ter tomado essa decisão e a insistência de muitos jornalistas em pressionar os dirigentes da direcção daquela central com perguntas referentes a uma greve que nem estava anunciada provocou neles reacções de protesto divulgadas pelos próprios órgãos de comunicação social.

Finalmente, se cruzarmos as ideias chave do desdobrável distribuído pela CGTP-IN denominado “16 Razões essenciais para dizer não ao Pacote Laboral”, já referido anteriormente, com as das 30 notícias publicadas que citavam na própria notícia ter como fonte a CGTP-IN apenas 3 (as que estão a **“bold”**) coincidem ou estão próximas dessas “16 Razões”. Vinte e setes, ou seja, 90% referem-se a matérias que não têm nada a ver com as “16 razões”.

Fica assim claro que as “razões essenciais” apresentadas pela CGTP-IN para considerar o Projecto do Código do Trabalho inaceitável, assim como para as lutas desenvolvidas e, em particular, para a greve geral, ficaram submergidas por este tipo de notícias (“efeito ocultante”, já referido anteriormente), para não dizer mesmo que foram silenciadas, criando-se provavelmente desta forma, a nível da opinião pública, a ideia de confronto (“efeito exacerbante”, também já referido) que o governo e as entidades patronais pretendem associar sempre à CGTP-IN (“A CGTP está sempre contra”), e que uma eventual falta de atenção ou uma reduzida reflexão e domínio de competências ligadas a esta área de conhecimento acabou por facilitar.

É previsível que a imagem assim criada da CGTP-IN, ou melhor, a representação social da CGTP-IN construída pelos media acabe por ter reflexos negativos na eficácia da comunicação sindical. E isto fundamentalmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque o essencial da mensagem da CGTP-IN acaba por não chegar a uma grande parte dos seus destinatários. Em segundo lugar, porque mesmo a interpretação daquela que consegue chegar aos seus destinatários acaba por ser condicionada pela representação da CGTP-IN que os media procuram construir nesses destinatários.

Veja-se agora como foram tratadas as mensagens da UGT pelos mesmos órgãos de comunicação social no mesmo período (7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002)

IDEIAS-CHAVE DAS NOTICIAS SOBRE A UGT	Nº de vezes
• Criticas da UGT e CGTP ao Código	1 notícia
• Centrais não rejeitam hipótese greve geral	1 notícia
• Centrais preparam greve geral	1 notícia
• UGT quer greve geral em Janeiro	5 notícia
• <i>UGT afasta-se da greve e diz não à greve geral</i>	<i>6 notícias</i>
• Versão final mais equilibrada e com avanços	1 notícia
• Concertação não teria sido possível sem UGT	1 notícia
• Greve geral não favorece alterações	2 notícia
• UGT pretende discussão pela Com. Parlamentar	1 notícia

	19 notícias

As ideias chave das noticiais que tendo como fonte a UGT foram consideradas, pelos órgãos de comunicação social analisados, de “interesse jornalístico” e, por isso, publicadas podem-se dividir em três grupos, a saber: - (1) Um primeiro grupo constituído por 8 notícias (as que estão a **“bold”**) que transmitem a ideia e, por isso,

criam a expectativa que a UGT está de acordo com a CGTP e que vai aderir à greve; (2) Um segundo grupo constituído por 6 notícias (as que estão a *“itálico”*), em que a UGT se demarca da CGTP e diz mesmo não à greve; (3) Um terceiro grupo, constituído por 5 notícias, em que a UGT procura dar a ideia de que se verificaram alterações importantes no Projecto do Código do Trabalho apresentado pela governo, que essas alterações resultaram do esforço negocial da UGT, que a greve é contraproducente, e que são possíveis ainda mais alterações agora a nível da Comissão Parlamentar da Assembleia da Republica.

É de admitir que esta flutuação a nível de ideias chave das notícias publicadas atribuídas à UGT possa traduzir a própria estratégia da UGT.

Para completar, e à semelhança do que foi feito para o período anterior, interessa conhecer o que os órgãos de comunicação social projectaram (divulgaram com maior intensidade) das mensagens dos outros principais intervenientes – Governo e entidades patronais - no período de 7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002.

QUADRO X- N de vezes que as ideias chave do discurso das associações patronais e do governo foram publicadas nos diversos órgãos de comunicação repartidas pelas fontes

IDEIA CHAVE DA NOTICIA	CIP	CCP	Patrões	Governo
Versão final mais equilibrada e com avanços (G,)	1			
Temor de alterações na Assembleia da República (P)	1			
Receio adiamento do Código devido negociação (P)	1	1		
Rigidez das leis laborais actuais (G,P)		1	1	
Foi o processo legislativo mais participado (G)				1
Bagão Félix optimista com resultados da negociação (G)				1
Proposta vai para o Parlamento				1
Modificados 60% a 70% dos artigos da versão inicial do Anteprojecto (G)				4
A maior parte código é consensual (G)				1
Governo nega interrupção lei 40Horas (G)				1
Sindicatos e patrões não conhecem o código (G)				2
Aumentar Produtividade (G,P)				2
Governo disponível adaptar o Código à Constituição (G)				2
Governo pediu parecer constitucionalistas (G)				1
Código revitalizará a contratação colectiva (G)				1
Combater o absentismo (G,P)				1
Sindicatos pretendem prolongar confrontação (G)				1
Posição de equilíbrio e de não cedência a lobbies (G)				1
Despedimentos mais caros para as entidades patronais (P)				1
Código é insuficiente (G,P)				2
Código tem uma visão humanista (G)				2
Indemnizações variáveis (G)				1

NOTA: (G):Governo; (P): Entidades patronais

O quadro anterior apresenta, para além da distribuição por intervenientes em colunas (CIP, CCP, Patrões e Governo), também uma classificação das ideias chaves por linhas utilizando dois símbolos, a saber: - **P** (patrões, que inclui a CIP, a CCP e os patrões propriamente ditos) e **G** (governo). E isto porque as ideias chave constantes do quadro anterior correspondem a posições que as entidades patronais e o governo utilizaram em defesa do Projecto do Código do Trabalho, como se conclui das suas intervenções públicas .

As conclusões que se tiram dos dados do quadro X são nomeadamente as seguintes: - (1) Embora o número de notícias referentes aos “patrões” seja reduzido (apenas 6 em 32), no entanto, elas revelam, por um lado, que as entidades patronais consideravam o Projecto do Código do Trabalho insuficiente e, por outro lado, temiam que ele fosse alterado na Assembleia da República o que parece contradizer o sentimento expresso anteriormente; (2) Em relação ao governo, as ideias chave da maioria das notícias publicadas indicando fonte governamental parecem traduzir a intenção de se apresentar como defensor de uma posição de equilíbrio e de não

cedência a “lobbies”, procura de consensos, e de que o projecto final é diferente do inicial (procurando assim dar uma ideia de abertura, de posição não inflexível), mas de que ele era insuficiente para as necessidades de desenvolvimento (tal como afirmavam as entidades patronais), sendo humanista, etc., etc..

Tal como se fez anteriormente, para completar a análise do período em referência – 7 de Novembro a 9 de Dezembro de 2002 - interessa conhecer quais foram as principais posições veiculadas pelos editoriais, por notícias elaboradas por jornalistas sem qualquer referência à fonte e pelos “opinadores”, portanto num contexto claramente de intertextualidade..

QUADRO XI- Nº de vezes que as ideias chave dos discursos sindicais, patronais e do governo apareceram em notícias, artigos e editoriais repartidas pelos seus autores no período de 7 de Nov/2002 a 9 de Dez/2002

IDEIAS CHAVE	Editorial	Jornalista	Opinador
Recuo do governo por pressão da UGT (UGT)		1	
Governo pisca olho à UGT (UGT)		1	
Sintonia UGT-CGTP nas críticas ao Código (CGTP, UGT)		4	
Texto geral não convence os parceiros (P, UGT, CGTP)		1	
Governo admite não levar Código à A. Republica (G)		1	
Código preocupa e gera dúvidas a bispos (S)		2	
Código precariza trabalhadores jovens (CGTP)		1	
Centrais preparam greve geral (UGT, CGTP)		1	
Populares entrevistados não aderem à greve (G,P)		1	
Greve geral seja qual for pacote laboral (G)			1
Contra greve geral (G;P)			4
Direitos, greve, incómodos (G,P)	1		
Código aumenta a competitividade (G,P)			2
Código aumenta a produtividade (G,P)	1		
Código da maioria (G)			1
Código contém inconstitucionalidades (CGTP)		1	
Greve política (G)	1		4
Código melhora uns aspectos e piora outros		1	
Contra direitos dos trabalhadores (CGTP)			1
Necessidade de adaptabilidade e flexibilidade (G,P)		1	2
Revitalizar a contratação colectiva (G)		1	
Leis actuais não são causa de baixa produtividade (CGTP)			1
Apoio à greve geral (CGTP)			6
Desequilibra relação trabalho a favor empregador (CGTP)			1
Pausas deixam de contar como tempo trabalho (CGTP)		1	1
Contratação colectiva bloqueada (G,P)		1	
Greve geral custa 310 milhões de euros (G,P)		1	
Código é insuficiente (G,P)	1		
Empresários não convencidos (P)		1	
Parceiros sociais criticam processo (P, CGTP, UGT)		1	

Se procurarmos agrupar as ideias chave constantes do quadro anterior, tendo em conta, por um lado, a sua coincidência com as posições defendidas por cada um dos intervenientes, constatamos que em 22 se verifica coincidência ou proximidade em relação às posições defendidas pela CGTP-IN, 18 vezes em relação à UGT, 18 vezes em relação às entidades patronais, e 23 vezes em relação ao governo; portanto, em 33 casos coincidem ou são favoráveis às centrais sindicais, e em 41 vezes ao governo e patronato.

Assim, embora “patrões+ governo” seja dominante, no entanto o peso das notícias coincidentes ou próximas das posições sindicais é também importante.

Para terminar este capítulo interessa ainda analisar aspectos ligados à natureza da matéria objecto de tratamento e difusão jornalística - o Projecto do Código do Trabalho – que é direito do trabalho.

E as questões que se colocam, para utilizar palavras de Pierre Guibentif, são fundamentalmente as seguintes: - Qual foi “o impacte dos media no conhecimento do direito (no nosso caso, do direito de trabalho) entre os não especialistas”? Ou como é que os media trataram as matérias do Projecto do Código do Trabalho, e quais foram os seus prováveis efeitos nos seus leitores? Tudo isto exprime também “ a preocupação que os media podem induzir um conhecimento distorcido do direito”.⁴⁹

Efectivamente, se se verificar uma distorção no tratamento das principais questões do projecto do Código do Trabalho por parte dos media, será muito provável que induzam “um conhecimento distorcido” do Projecto do Código e, conseqüentemente, representações distorcidas desse mesmo Projecto nos destinatários dessas notícias.

Para responder a estas questões vai-se ainda analisar algumas peças jornalísticas representativas que foram publicadas nos principais órgãos de comunicação social escrita sobre o Projecto do Código do Trabalho num outro período diferente dos já estudados, o compreendido entre 19 de Julho e 31 de Julho de 2002.

A análise a fazer será de conteúdo mas muito mais fina da realizada anteriormente. O “corpus” é constituído por sete notícias representativas das 42 peças jornalísticas publicadas sobre o Projecto do Código do Trabalho no período analisado anteriormente.

O modelo de análise assentou fundamentalmente na recolha das seguintes informações em relação a cada uma das peças seleccionadas: - (1) Jornal em que foi publicada; (2) Data; (3) Autor; (4) Temas tratados na noticia; (5) Como foram tratados (transcrição das partes mais importantes da noticia); (6) Explicação (se está desenvolvida em termos de ser compreensível); (7) Fundamentação (se indica artigos do Projecto do Código que fundamente a noticia); (8) Relação com o Projecto do Código (se a noticia refere concretamente algum artigo do Projecto do Código).

Os resultados obtidos constam do quadro XII que se apresenta seguidamente.

⁴⁹ Comunicação Social e Representações do Crime, p. 14

QUADRO XII – ANÁLISE COMO O PROJECTO DE CÓDIGO DE TRABALHO (Direito de Trabalho) FOI TRATADO PELOS MAIS IMPORTANTES JORNAIS PORTUGUESES

Jornal	Data	Autor	Fonte	Temas Tratados	Como foram tratados	Fundamentação	Relação Código
Independente	19-07-02	Jornalista	CCILE (Câmara Comercio Industria Luso Espanhola)	Flexibilidade das leis laborais	"Qualquer actualização da legislação vigente que facilitasse um maior grau de produtividade seria bem vinda" Câmara de Industria Luso-Espanhola	Explicada embora não tenha qualquer referência com texto do Projecto Mas não fundamentada	Não tem qualquer referência directa Com matérias do Projecto do Código
JN (Jornal De Notícias)	19-Jul-02	Jornalista	Governo	Absentismo, Direitos de personalidade, Arbitragem, Produtividade, Rigidez Leis Laborais, Flexibilidade, Mobilidade, Visão Personalista, Equilíbrio	"A favor dos trabalhadores e em prol do País", "Acabar com rigidez das leis laborais", "Flexibilizar e promover a mobilidade; "Não é ministro nem dos patrões nem dos trabalhadores", "Uma visão personalista", "Manter equilíbrio entre necessidades trabalhadores e patrões"	Explicada embora não tenha qualquer referência com o texto do Projecto, também não fundamentada porque não indica artigos correspondentes	Não tem qualquer referência directa com matérias do Projecto do Código
Público	19-07-02	Jornalista	Análise do jornalista	Despedimento, fiscalização de doença, ferias, contratos a prazo, pagamento de horas extraordinárias, pagamento de trabalho nocturno, negociação colectiva, feriados	"Despedimento com justa causa devido baixa fraudulenta" "Sanção determina perda de dias de férias mas não havendo faltas há aumento de dias de férias que pode ir até 3 dias" "1ª e 2ª Horas extraordinárias pagas a 75%" " Período de referência para cálculo do horário de trabalho Passa de 4 para 6 meses " "Trabalho nocturno pago é reduzido em 3 horas por dia" " CCT cessam vigência ao fim de um ano de sobrevigência"	Explicado mas não fundamentado porque não indica artigos do Projecto do Projecto do Código	Exceptuando o referente aos CCT que não está correcta (o correcto é o período de sobrevigência atingir 2,5 anos), os outros pontos estão certos
Diário Económico	19-07-02	Jornalista	CGTP UGT	Negociação colectiva direito de greve	CGTP: "É uma declaração de guerra aos trabalhadores" UGT: "Acaba com a negociação colectiva em Portugal, introduzidos vários princípios altamente lesivos do próprio direito constitucional à greve"	Explicado mas não fundamentado porque não indica artigos do Projecto do Código	Tratamento Redutor em relação ao texto do Projecto do Código

Jornal	Data	Autor	Fonte	Temas Tratados	Como foram tratados	Fundamentação	Relação Código
CM (Comer- cio da Manhã)	19-Jul-03	Jor- nalista	CGTP UGT	Salários, precariedade, poder patronal, direito de negociação	CGTP: "Declaração de guerra", " Reduzir custos salariais "Precarizar e reforçar poder patrões" UGT: " Declaração de guerra", "Projecto desequilibrado " "Alterações gravosas para direito contratação colectiva"	Explicado mas não fun- damentado porque não Indica artigos do Projec- to de Código	Relacionado com O texto do Proje- To do Código mas tratamento redutor
DN (Diário Noticias)	19-Jul-02	Jor- nalista	Estudo feito pelo jornalista	Absentismo, Contratação Créditos, greve	"Possibilidades de fiscalização da doença por medico da Empresa" "Caducidade das CCT ao fim de uma sobre- Vigência de 2 anos "corresponsabilização das empresas que se encontram em relações de grupo", "Recuperação do regime de greve de 1992 declarado inconstitucional"	Explicado mas não fun- damentado porque não indica artigos do Projec- to de Código	Relacionado com matérias do Projecto do Código
Capital	25-07- 2002	Jorna- lista	CGTP	Contratação colectiva, Precariedade, despedimentos	"Visa destruir a contratação colectiva, aumentar a preca- riedade dos vínculos laborais e liberalizar despedimentos	Explicado mas não fun- damentado porque não indica artigos do Projecto Do Código	Tratamento redu- tor em relação ao texto do Projecto do Código

As conclusões que se tiram da análise constante do quadro anterior, são nomeadamente as seguintes: - (1) A maioria das notícias publicadas não se referiam ao conteúdo do Projecto do Código, mas eram fundamentalmente justificações para a necessidade ou não necessidade de aprovação do Projecto do Código (absentismo, produtividade, precariedade, guerra aos trabalhadores, etc.); (2) As mesmas peças jornalísticas que se referiam ao texto do Projecto do Código, muitas vezes não eram apresentadas em termos de direito de trabalho e numa linguagem compreensível (exs: Visa aumentar a produtividade. Mas como? Manter equilíbrio entre trabalhadores e patrões. Mas como? Visa destruir a contratação colectiva, mas como? Aumentar a precariedade, mas como ?, etc.); (3) Nenhuma notícia fundamentava o que afirmava com referencias a partes do Projecto do Código, por exemplo artigos). Resumindo, é de prever que em termos de divulgação do direito do trabalho a maioria das notícias publicadas pelos órgãos de comunicação pouco tenham contribuído para aumentar esse conhecimento.

Os dados constantes do quadro XIII que se apresenta seguidamente, abrangendo um número muito mais elevado de notícias, reforçam as conclusões anteriores.

QUADRO XIII – Análise das notícias publicadas sobre o Projecto do Código no período de 19 a 31 de Julho de 2002 nos 10 principais jornais e semanários portugueses

Jornais	Noticias sobre Proj. Código	Tratados temas do Projecto		Explicadas		Fundamentadas	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Independente	1		1		1		1
24 horas	3	1	2	1	2		3
Capital	4	3	1	1	3		4
Sem. Económico	2	1	1	1	1		2
Diário Económico	3	1	2		3		3
Jornal Noticias	7	2	5	1	6		7
Comercio Manhã	2		2		2		2
Publico	10	4	6	1	9		10
Diário Noticias	8	3	5	2	6		8
Expresso	2	1	1		2		2
TOTAL	42	16	26	7	35	0	42
% TOTAL	100,0%	38,1%	61,9%	16,7%	83,3%	0,0%	100,0%

De 19 a 31 de Julho de 2002, nestes dez jornais e semanários portugueses foram publicadas 42 notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho. Apenas 16, ou seja, 38% do total se referiam a temas explícitos do Projecto. Em relação ao mesmo total, somente 16,7%, isto é, 7 das 42 explicavam o que era afirmado, mas em nenhuma delas se fundamentava com referências explícitas ao texto do projecto (por ex., indicando o artigo do Projecto) o que se afirmava.

Embora haja quem defenda que o referido anteriormente resulta da própria estrutura da notícia, mesmo assim esta forma de tratar as questões ligadas ao direito pela imprensa portuguesa coloca questões importantes, a saber: - (1) Que representações determinarão nos destinatários esta forma de tratar o direito, neste caso o direito de trabalho? Ou, para citar Pierre Guibentif, qual terá sido o “impacte dos media no conhecimento do direito entre os não especialistas”? Que distorções poderão ter sido produzidas no conhecimento do direito de trabalho devido àquele tipo de notícias? Qual é o conhecimento que existe actualmente do Projecto do Código do Trabalho e do conteúdo actual do Código do Trabalho que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2003? Com que ideia global ficaram os destinatários de todas estas mensagens? São questões importantes que interessaria investigar mas que em grande parte (em relação aos destinatários finais) ultrapassa o âmbito da presente investigação (mas não em relação aos destinatários intermédios, que se procurará ainda esclarecer).

E tudo isto ganha uma importância ainda maior se se tiver presente que “o primeiro dever do legislador e do juiz é formular afirmações claras e inequívocas, a fim de que não apenas os peritos mas também o homem da rua possam interpretá-las de uma só e única maneira”⁵⁰, o que não acontece mais uma vez com o Projecto do Código do Trabalho, facto este que dificultou e dificultará não só o conhecimento desta lei pelo cidadão comum mas também o trabalho dos jornalistas.

⁵⁰ Sociologia da Comunicação, p 242

2- OS EFEITOS (o que foi e como foi divulgado) SOBRE OS PRINCIPAIS CANAIS DE TELEVISÃO

Tal como se fez em relação aos órgãos de comunicação social escrita, também em relação aos 4 canais de televisão nacionais – RTP1 e RT2, SIC e TVI – realizou-se uma análise dos conteúdos das notícias sobre o Projecto do Código do Trabalho publicadas num período de tempo suficientemente longo para que as conclusões que se tirassem fossem minimamente consistentes.

Assim, o período de tempo abrangeu os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2002, ou seja, os quatro meses que antecederam a greve geral de 10 de Dezembro de 2002 e o próprio mês da greve.

E fez-se uma análise do conteúdo das notícias agrupando-as, em primeiro lugar, por meses e, dentro de cada mês, por canais de televisão e, dentro destes, por programas e, finalmente dentro destes, por protagonista.

Em relação à CGTP-IN, até porque esta investigação procura analisar a eficácia da sua mensagem nos destinatários intermédios, teve-se o cuidado de transcrever as frases dos seus representantes para evitar qualquer tipo de distorção ou de conclusões que não tivessem aderência ao real.

Os resultados da análise encontram-se nos quadros seguintes, correspondendo cada um deles à análise das notícias emitidas em cada um dos meses estudados.

QUADRO XIV- NOTÍCIAS EMITIDAS PELA RTP1, RTP2, TVI E SIC SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO NO MÊS DE SETEMBRO DE 2002

FONTE	TV/Canal/ Programa	Dia	Dura- ção	CONTEÚDO CHAVE
1.João Proença (UGT)	RTP1- 24 Horas	3.9	1m 18s	UGT reforça críticas e avançou com a possibilidade de uma greve geral. João Proença: “ E evidente que se a discussão mantiver o conteúdo do projecto o governo foge ao diálogo e inviabiliza acordo”
2.CIP, CAP, CCP	RTP1- 24 Horas	9.9	2m 17s	Alterações no Código não agradam patrões e sindicatos. As 3 associações patronais desiludidas com o governo . Van Zeller disse “desilusão”. Condenam as centrais sindicais, e não compreendem. Também nós podíamos fazer manifestações de rua
3.CGTP	RTP1- 24 Horas	25.9	32s	A CGTP acusa governo de não esclarecer o País sobre as implicações do novo Código do Trabalho
4.Carvalho da Silva	RTP1- 24 Horas	27.9	37s	Carvalho da Silva diz que o novo Código do Trabalho não passa de uma encenação entre o governo e patrões
5.João Proença (UGT)	RTP2- Jornal 2- 22 horas	3.9	1. 20s	UGT voltou a criticar o governo e ameaçar com greve geral. João Proença: “ É evidente que se a discussão mantiver o conteúdo projecto, o governo foge ao diálogo social e inviabiliza acordo”
6.Carvalho da Silva	RTP2- Jornal 2- 22 horas	27.9	30s	Carvalho da Silva diz que o novo Código de Trabalho não passa de uma encenação entre o governo e patrões
7.Bagão Félix	RTP2- Jornal 2- 22 horas	1.10	1m 45s	Bagão Félix afirma querer afastar o que chama de radicalismo negocial do novo Código do Trabalho
8.Carlos Carvalhas (PCP)	TVI - Jornal Nacional 20 horas	30.9	1m 42	Carlos Carvalhas voltou a afirmar que o Código do Trabalho é um retrocesso nos direitos dos trabalhadores
9.Ludgero Marques e Bagão Félix	SIC _ Jornal da Noite- 20 Horas	9.9	2m 3s	Os patrões acham que o Código dá pouco. Ludgero Marques: “É um Código de Trabalho que assenta nas conquistas revolucionárias e que é preciso acabar. Ex. férias e despedimentos” Bagão Félix: “Toda a gente opina sem ler. É um projecto para discutir.”
10.Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	28.8	1m 13s	O Sindicato diz que a proposta viola a Constituição e afronta os trabalhadores
11.Bagão Félix	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	10.9	2m 39s	O combate sem tréguas é a bandeira de Bagão Félix Bagão Félix: “ O principal risco é não fazer nada, porque tudo mudou. <u>Uma parte significativa da poupança do subsídio de doença (100 milhões de contos) vai para o fundo de apoio as famílias, para construir mais creches. Quem faz trabalho nocturno continua a receber o mesmo, direito adquirido mantém-se. E o Código só se aplica se não houver IRCT”</u> .
12.Carvalho da Silva	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	25.9	1m 48 s	O governo está em acção de propaganda mas não esclarece as implicações do novo Código do Trabalho
13.Bagão Félix entrevista dada aos jornalistas	SIC- Jornal de Notícias – 13 Horas	10.9	2m 41 s	O ministro encontrou-se com os jornalistas. Bagão Félix: O anteprojecto prevê que os contratos a prazo só podem ser em função de tarefas transitórias Mantém-se a situação. A alteração é no lugar de 2 renovações passam a três. As pontes são iníquas, porque quem as gozas são sempre os mesmos. <u>1/3 das baixas são fraudulentas. O poupado na luta contra as baixas fraudulentas e absentismo será utilizado em creches”</u>
14.Van Zeller (CIP)	SIC- Jornal da Tarde- 13 Horas	27.9	24s	Começa hoje maratona negocial. Empresas alemãs ameaçam paralisação investimento. Van Zeller: “A associação alemã foi a única que testou o Código e a reacção foi muito negativa”
15.João Proença (UGT)	RTP1- Telejornal- 20 Horas	3.9	1m 17 s	UGT reforçou críticas ao Código e reafirmou a possibilidade de uma greve geral. João Proença: “ É evidente se discussão não mudar o actual projecto o governo está fugir ao diálogo social, e inviabiliza um acordo”

16.Carvalho da Silva (CGTP)	RTP1- Telejornal- 20 Horas	27.9	39s	Carvalho da Silva diz que o novo Código do Trabalho não passa de uma encenação entre o governo e os patrões
TOTAL Set/2002			22m 45s	

NOTA: As 16 notícias corresponderam a 17 intervenções na TV dos parceiros sobre o Projecto do Código do Trabalho pois numa notícia poderá haver mais de um parceiro a intervir.

QUADRO XV- NOTÍCIAS EMITIDAS PELA RTP1, RTP2, TVI E SIC SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO NO MÊS DE OUTUBRO DE 2002

FONTE	TV/Canal/ Programa	Dia	Duração	CONTEÚDO CHAVE
1.Bagão Félix	RTP1- 24 Horas	9.10.2004	2m.12s	Entrevista ao Jornal RTP.. Defende-se de ter saneado 15 directores da Segurança Social. “ <u>Nos grandes objectivos não cedemos: combate ao absentismo, flexibilidade e reanimação da contratação colectiva</u> ”
2.Bagão Félix, Van Zeller e Carvalho Silva	RTP1- 24H	15.10	2m 20s	Chegou ao fim o período de discussão pública, não há acordo de patrões e trabalhadores. Governo admite recuar em certos pontos. Patrões e sindicatos muito longe uns dos outros (contrato a prazo, contratação). Bagão Félix “ <u>Há já pontos que vamos mudar, alguns deles por minha iniciativa. Ex.:Apoio à família, contratação colectiva</u> ” VanZeller “Da nossa parte não há nada que impeça o acordo. Só se existir teimosia dos sindicatos. Nesse caso teríamos de rever posições e o governo é que decidiria” Carvalho da Silva:“ São dezenas de conteúdos inaceitáveis que desequilibrariam as relações de trabalho. 680 artigos, muitos deles com muitos problemas ”
3.Proença, Carvalho da Silva, Van Zeller, CCP e Monteiro Fernandes	RTP1-24 horas	18.10	2m 26	Jorge Sampaio ouviu parceiros sociais Proença da UGT. “Se o diploma que entrar no AR for igual ao projecto o governo está a empurrar os trabalhadores para uma greve geral” <u>Carvalho da Silva: “ Isto não pode ser feito como o governo está a fazer, a impor utilizando a maioria que tem na AR, uma espécie de mata-cavalos e um simulacro de negociação”</u> Van Zeller: “É preciso não ligar à greve, ela não vai impedir a aprovação do Código” Confederação do Comercio: Projecto muito aquém do que devia ser e não vai resolver os problemas” Monteiro Fernandes: “O que é preciso é cumprir as leis actuais, e depois ver consequências”
4.Bagão Félix e Carvalho da Silva	RTP2- Jornal 2 22 horas	1.10.	1m 45s	Bagão Félix afirma querer afastar o radicalismo negocial . Carvalho da Silva faz declarações mas não constam
5.Carvalho da Silva	RTP2- Jornal 2	10.10	2m 35s	Greve geral é inevitável mas não vai acontecer já diz CS num Plenário de 4000 sindicalistas. <u>Carvalho Silva “Não havendo recuos os trabalhadores terão de fazer o sacrifício de uma greve geral”</u> . Jornada de luta a 30 de Outubro. Balão de ensaio.
6.Carlos Carvalhas (PCP)	RTP2- Jornal 2	15.10	2m 2s	Carlos Carvalhas admite não apoiar a greve. Pode retirar se o governo recuar. A luz verde poderá passar a vermelha. Carlos Carvalhas em Palmela: “Se fossem retiradas algumas malfetorias: horas extraordinárias, desregulamentação ...” . Entrevistas a trabalhadores que manifestam desconhecimento ou medo.
7.João Proença, Carvalho da Silva, Van Zeller, CCP e Monteiro Fernandes	RTP2- Jornal 2			Jorge Sampaio recebe parceiros, a saída: UGT: declara se a proposta for igual ao projecto governo empurra trabalhadores para a greve <u>Carvalho Silva: Isto não pode ser feito como o governo está a fazer impor utilizando a maioria que tem na AR, uma espécie de mata-cavalos e um simulacro de negociação</u> Van Zeller. Declarações iguais anteriores Confederação do Comercio . declarações iguais. E Monteiro Fernandes : o mesmo

8. João Proença Carvalho da Silva Van Zeller, Confederação do Comércio Português (CCP)	RTP2- Jornal 2	21.10.	2m 24s	O anteprojecto começou hoje a ser discutido, centrais sindicais ameaçam com greve geral. Parceiros criticam a pressa. Governo dá 10 dias. Durão Barroso: Críticas à CGTP "Não é bom começar com ameaças como faz a CGTP num processo" <u>Carvalho da Silva</u> : "Não somos nós que ameaçamos com a greve geral. Desde o início quem faz a campanha é o governo. Eles querem impor as suas posições e sabem que isso obriga os trabalhadores à greve" UGT: Como positivo duas coisas: o alargamento de discussão, e esta matéria será objecto de uma proposta e não de um pedido de autorização legislativa" VanZeller: "são necessárias alterações profundas para as empresas garantirem o emprego aos trabalhadores" CCP: "Este Código não vai tão longe quanto era necessário"
9. Carlos Carvalhas	TVI- Jornal Nacional – 20 Horas	30.9	1m 42	Carlos Carvalhas : " O Código é um retrocesso nos direitos dos trabalhadores"
10. Jorge Sampaio	TVI- Jornal Nacional- 20 Horas	15.10	1m 51 s	Elogios do PR na Finlândia caiu mal no PS. PR afirmou que "o anteprojecto do Código do Trabalho é uma mais valia", deixaram os deputados do PS em estado de choque
11. Carlos Carvalhas esteve na Autoeuropa	TVI- Jornal Nacional- 20 Horas	15.10	1m 8 s	Contra o pacote laboral marchar, marchar. CC distribui comunicados aos trabalhadores da AE. Carlos Carvalhas: "Os trabalhadores da AE são prejudicados com a mudança do horário nocturno , deixam de receber o acréscimo" Jornalista" Os comunistas dizem que é preciso parar o Pacote Laboral mesmo que seja necessário ir para a rua"
12. Proença de Carvalho, Van Zeller, CCP e Carvalho da Silva enquadrados pelos comentários da jornalista	TVI- Jornal Nacional - 20 Horas	18.10	2m 53s	Fantasma da greve geral continua a pairar, hoje foi a UGT a ameaçar fazer greve. Ou há alterações ou há greve Van Zeller: É possível que nos querem ouvir e depois o governo decide CCP: "Irresponsabilidade dos sindicatos relativamente a apreciação do projecto" <u>Carvalho Silva</u> " São os comentários tradicionais dos patrões que têm uma visão da democracia muito fechada"
13. Durão Barroso	TVI- Jornal Nacional- 20 Horas	21.10	3m 37s	1ª reunião da CPCS. A saída Durão Barroso disse: " Vamos ver se chegamos a um acordo. Há muitos investidores estrangeiros que me dizem que não podem investir devido à rigidez da legislação laboral. Fiz um apelo a um acordo. Os parceiros disseram que o tempo era pouco. Aceitamos dar mais uma semana. Em 2004, vão entrar mais 10 países que têm uma legislação mais flexível, temos de ser competitivos. Mas a AR é que decide. Em relação a CGTP não fica bem começar uma negociação com uma ameaça de greve". A CGTP apresentou 3.000 propostas.
14. Carlos Carvalhas	SIC – Jornal da Noite – 20 Horas	15.10	1m 11s	Carlos Carvalhas foi a Autoeuropa incentivar luta contra anteprojecto Carlos Carvalhas. " Esta projecto é querer voltar ao modelo com base nos baixos salários. No lugar de promover os investimentos de alta tecnologia" Jornalista mostra contraste entre as afirmações da CC e a Autoeuropa
15. João Proença Carvalho da Silva Van Zeller, Confederação do Comércio	SIC – Jornal da Noite – 20 Horas	18.10	1m 17 s	Patrões e sindicatos em Belém, relações tensas Proença " Se a proposta de lei for igual ao anteprojecto o governo está a empurrar os trabalhadores para a greve" Van Zeller" : vamos começar a negociar projecto no CPCS e vai haver propostas e não vai haver greve" CCP: "Seria muito irresponsabilidade das centrais sindicais fazer greve" <u>Carvalho Silva</u> : "São os comentários tradicionais de patrões que têm uma visão de democracia muito fechada"

16. João Proença (UGT), Cartaxo (CGTP)	SIC-Jornal da Noite – 20 Horas	20.10	1m 45s	As centrais estão a preparar-se para a greve geral <u>Cartaxo</u> : “ Muita tinta vai correr, os trabalhadores têm uma palavra a dizer. As lutas que vão fazer-se amanhã vão dar uma indicação para concretizar essa forma de luta, caso o governo não recue. Isto diz respeito a todos os trabalhadores, independente da sua posição política e religiosa. É um momento que é preciso unidade para combater esta pacote muito gravoso ” J. Proença “trabalho precário, adaptabilidade, contratação colectiva, e os despedimentos são áreas não definidas e muito gravosas”
17. Bagão Félix	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	1.10	2m 41s	Bagão Félix explica a reforma do actual Código do Trabalho
18. Bagão Félix	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	10.10	2m 10s	Bagão Félix sintetizou os princípios que não vai ceder. Responde as críticas do saneamento de 15 directores da Segurança Social. “Nos grandes objectivos não cederemos: <u>combate ao absentismo, flexibilidade, reactivação da contratação colectiva não cedermos, podemos discutir as formas de os atingir</u> ”
19. Jornalista	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	15.10	13s	Terminou hoje debate público Bagão explica em directo as alterações que poderá fazer ao documento.
20. Jornalista	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	15.10	2m 20s	Horário : pode passar de 40H para 60H; Contratos a prazo: passa de 3 ano. Termo certo passa para termo incerto. Contratos: ao fim de 2 anos os patrões podem definir as regras; imposição da paz social; despedir com mais possibilidades e a não reintegração do trabalhador
21. Jornalista e entrevistas de rua	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	15.10	2m 31s	Os portugueses ainda não sabem quais as mudanças , mas pensam que vai agravar. <u>Os inquiridos revelam muita falta de informação e compreensão do que vai mudar. Um patrão diz que há pontos que são exagerados. Uma trabalhador diz que não sabe, uma trabalhadora defende que as baixas fraudulentas deviam ser combatidas há mais tempo</u>
22. Bagão Félix	RTP1-Jornal da Tarde – 13 Horas	15.10	6m 37	Entrevista com Bagão Félix: “ Aspecto positivo, grande debate. A frente está a empresa, quando está doente sofrem trabalhadores e empresários. Vai lutar contra deslocalização. Fica aquém do que se verifica em outros países. Premeia os trabalhadores motivados. <u>53% dos contratos a prazo tem mais de 3 anos. Sobre as causas de despedimento acrescentamos mais 2, baixa fraudulenta. O que está no Código são atrasos reiterados e injustificados, por ex. atraso de transportes é justificado. Vamos introduzir algumas alterações, para activar contratação colectiva. O projecto vai ser melhor que o anteprojecto, isso é que é concertação social, condição necessária para o desenvolvimento e justiça social</u>
23. João Proença (UGT), Van Zeller(CIP), CCP e Carvalho Silva (CGTP)	SIC- Jornal das Nove- 2 Horas	18.10	1m 15s	Patrões e sindicatos foram a Belém antecipar negociações. João Proença : “ Vamos analisar a proposta. Se a proposta for igual ao anteprojecto o governo está empurrar trabalhadores para a greve” Van Zeller : “ Vai-se haver alterações na negociações e não vai haver greve” CCP : “Vemos muita irresponsabilidade dos parceiros sindicais” <u>Carvalho da Silva: “ São os comentários tradicionais de patrões que têm uma visão de democracia muito fechada”</u>
24. Bagão Félix, Van Zeller (CIP), Carvalho da Silva (CGTP)	RTP1- Telejornal – 20Horas	15.10	2m 20	Chegou ao fim a discussão pública. O governo admite recuar em alguns pontos Bagão Félix: “Na protecção a maternidade, contratação a termo, contratação que todos os <u>parceiros querem reactivar vamos introduzir algumas alterações</u> ” Van Zeller : “ Da nossa parte não há nada que impeça o entendimento, só se existir teimosia das centrais sindicais”. Carvalho Silva: “ São dezenas de conteúdos inaceitáveis que desequilibram as relações de trabalho de uma forma violenta, 680 artigos alguns deles com muitos problemas ”
25. Carlos Carvalhas	RTP1- Telejornal – 20Horas	15.10	2m 2s	Carlos Carvalhas admite não apoiar a greve se Bagão Félix recuar. A luz verde do PCP pode passar a intermitente ou mesmo a vermelha.

				Carlos Carvalhas : “Os trabalhadores não têm interesse em fazer greve. Mas para não fazer o governo teria de recuar nas malfeitorias que pretende fazer. Horas extraordinárias, desregulamentação, trabalho precário.” Carlos Carvalhas : distribui comunicados na Auto Europa. Entrevistas com trabalhadores que manifestam medo
26.Jornalista	RTP1- Telejornal – 20Horas	19.10	14s	Sampaio ouve parceiros, UGT fala de novo em greve
27.João Proença, Van Zeller (CIP), CCP e Carvalho da Silva	RTP1- Telejornal – 20Horas	18.10	2m 28 s	PR recebeu parceiros sociais. A saída: João Proença: “ Vamos analisar a proposta de lei e se for próxima do anteprojecto, o governo está empurrar trabalhadores para uma greve geral” Carvalho da Silva :” Isto não pode ser feito como faz o governo, pretende impor com a sua maioria , processo que em linguagem comum se chama mata-cavalos, impor a sua posição ” Van Zeller” : “As conversações vão continuar, vai-se ter um Código, que ainda não sei qual, e o que é preciso é não dar importância a essa greve geral” CCP : O Código não vai mais longe como devia ir” Monteiro Fernandes: “Era preciso era cumprir a lei actual e depois analisar as consequências”
28.Carvalho da Silva e Durão Barroso	RTP1- Telejornal – 20Horas			O anteprojecto começou hoje a ser discutido na CPCS com a presença do 1º ministro. Executivo Carvalho da Silva: “ Se se confirmar o que o ministro e 1º Ministro têm dito trata-se de um golpe sem paralelo ” 1º Ministro: “Vim fazer um apelo aos parceiros sociais para aproximarem as suas posições. Muitos investidores dizem que a rigidez das leis laborais é um obstáculo. Alguns parceiros disseram que o tempo era pouco. Damos mais uma semana. Sindicatos acham longe de mais. As entidades patronais querem ir mais longe. O governo está do lado de Portugal. Em 2004 vão entrar mais 10 países com leis mais flexíveis. O país tem de ser mais competitivo. Mas quem compete decidir é a AR. Não é bom iniciar negociações com a ameaça da greve. O interesse dos trabalhadores é que haja empresas saudáveis”
TOTAL Out.2002			51m 57s	

NOTA: Como em muitas notícias verificaram-se intervenções de vários parceiros, as 29 notícias deu origem a 50 intervenções na TV dos parceiros sobre o Projecto do Código do Trabalho

QUADRO XVI- NOTÍCIAS EMITIDAS PELA RTP1, RTP2, TVI E SIC SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2002

FONTE	TV/Canal/ Programa	Dia	Duração	CONTEÚDO CHAVE
1- Mota Silva e Paes Antunes	RTP1- 24 Horas	4.11	51s	O projecto do Trabalho foi fortemente criticado pelo antigo Inspector-geral do Trabalho. O Código não é reformador e abre a porta a abusos das entidades patronais Paes Antunes tem posição oposta sobre o Código do Trabalho.
2- Bagão Félix	RTP1- 24 Horas	6.11	1m 42	As discussões sobre o anteprojecto terminaram. Bagão Félix está satisfeito, pois as negociações têm decorrido com serenidade. Bagão Félix disse: “ Digo uma coisa com muita serenidade. <u>O Projecto que vai ser apresentado em Conselho de Ministros será muito melhor que o anteprojecto que apresentei anteriormente também em Conselho de Ministros. Beneficiou com os contributos de todos, todos os parceiros.</u> Os interesses de cada um são legítimos, a soma é que é impossível, pois são contraditórios. Cabe ao governo decidir em função do interesse nacional”
3- Jorge Sampaio	RTP1- 24 Horas	11.11	3m 2s	J. Sampaio: “Para garantir a adaptação dos trabalhadores não é necessário aumentar a precariedade. A competitividade não exige a flexibilidade incondicional. ”

4- Bispos	RTP1- 24 Horas	11.11	1m 30s	Cardeal Patriarca: “ Pedimos a todos que escolham o diálogo e não extremismos revolucionários. Devem lutar por soluções justas que dignifiquem os trabalhadores.
5- Bagão Félix	RTP1- 24 Horas	12.11	2m 43 s	Aprovado em Conselho Ministros vai ser apresentada na AR, é uma proposta e não um DL como inicialmente o governo pretendia Bagão Félix: “ <u>A proposta é tecnicamente ponderada, eticamente mais transparente, socialmente mais equilibrada, e juridicamente necessária, e responsabiliza as oposições</u> ”. 60% dos artigos do anteprojecto foram alteradas
6- Bagão Félix	RTP1- 24 Horas	16.11	2m 26s	O Código vai beneficiar quem cumpre penalizar maus trabalhadores e maus empresários. Esta é opinião de Bagão Félix Bagão Félix: “ <u>O estado não pode colocar um fiscal em cada empresa. O que interessa é substituir uma lei rígida com uma aplicação abandonada, por outra mais equilibradas, e depois castigar firmemente quem não cumpre</u> ”. Depois o jornalista faz uma súmula apenas daquilo que no Código pode ser considerado positivo. Exs.: aumento de dias de férias para quem não falte, dar formação profissional, punir com o aumento de TSU empresas que abusem dos contratos a prazo, empresas proibidas de exigirem teste de gravidez.
7-João Proença (UGT) e Carvalho Silva(CGTP)	RTP1- 24 Horas	16.11	1m 55	As centrais querem um período mais alargado e pediram a Mota Amaral J. Proença “ O sr. Presidente da AR disse que estava pensar terminar em 20 Dez. o que é muito negativo, pois defrauda o debate” Carvalho da Silva: “ Até hoje o que tem havido é um simulacro de negociação, o governo propagandeia as suas posições e a sociedade não conhece. Isto é estruturante da vida da sociedade, da vida das pessoas, da vida das famílias ”
8-Joao Proença	RTP1- 24 Horas	18.11	1m 40s	CGTP e UGT foram a Comissão Parlamentar do Trabalho Carvalho da Silva: “ Que haja um debate técnico de grande significado que sejam convidados personalidades que dominem estas áreas, não só juristas mas também economistas e sociólogos ” J. Proença: “Deviam ser chamados especialistas, sábios, professores de direito”
9- PCP	RTP1- 24 Horas	22.11	32s	PCP apela a todos os comunistas a contribuírem para a greve geral de 10 de Dezembro, assim como para as acções de protesto de 30 de Novembro
10- Silva Lopes, Presidente do CES	RTP1- 24 Horas	27.11	1m 44s	Silva Lopes “ <u>O que explica a baixa produtividade é a deficiente capacidade empresarial. Há alunos com ensino superior que não passariam no passado a 4ª classe. É necessário fazer cumprir as leis. Em Espanha , um banqueiro é preso, em Portugal isso não aconteceria</u> ”. Mas defende polivalência, mais formação profissional, HST e sobretudo maior fiscalização.
11- Luís Abrantes	RTP1- 24 Horas	20.11	2m 15s	Parecer jurídico pedido pelo governo afirma que o Código do Trabalho contém inconstitucionalidades. José João Luís Abrantes: “ Enfraquecimento dos direitos individuais e colectivos. Põe em causa a Constituição”. A estrutura geral beneficia os patrões. Paes Antunes “ <u>É um dos pareceres, outros não apontam inconstitucionalidades</u> ”
12-Bagão Félix, Ps, PCP, BE, Paes Antunes	RTP1- 24 Horas	29.11	2m 20s	Bagão Félix afirma que o governo está disponível para retirar as inconstitucionalidades . Bagão Félix disse: “O progresso só se constrói com base na igualdade de oportunidades, mas na distinção dos resultados” PS: “Há matérias que são inaceitáveis como contratos a prazos, lei dos despedimentos” PCP: “Desprotege os trabalhadores, vai contra a Constituição” Jornalista: A AR vai ouvir mais de 90 especialistas para analisar o projecto
13- João Abrantes e Bacelar Gouveia	RTP1- 24 Horas	29.11	1m 37s	Quatro pareceres. Um diz que tem normas inconstitucionais, 3 dizem que não .Declarações de Luís Abrantes apontando inconstitucionalidades .Bacelar Gouveia diz que não há

14- Van Zeller	RTP1- 24 Horas	3.12	1m 40s	Van Zeller diz que o Código não vai resolver o problema de produtividade do País Van Zeller: “Tenho medo de intervenções que determinem derrocadas que exijam novas negociações. Mais dias de férias é um prémio, quem não cumpre fica com 22 dias, é ridículo”
15- APD	RTP1- 24 Horas	3.12	31s	Associação de Deficientes : Vai agravar a vida dos deficientes
16- Mota da Silva (ex-IGT) e Paes Antunes (SET)	RTP2 – Jornal 2- 22 Horas	4.11	2m 40s	O antigo IGT fez fortes críticas. O futuro Código será ser o mais atrasado da Europa e vai penalizar os trabalhadores, porque não contém a responsabilidade solidária dos empresários nem contém matéria SHST. Paes Antunes: Revela uma leitura pouco atenta do projecto
17- Jornalista	RTP2- Jornal 2 22 Horas	7.11	37s	As negociações no CPCS continuaram Depois será apresentada uma proposta na AR
18- Carvalho da Silva(CGTP), João Proença (UGT) e Provedor de Justiça	RTP2- Jornal 2 22 Horas	12.11	2m 3s	Carvalho Silva: “Esta tentativa impositiva levará a grande conflitualidade, que poderá provocar instabilidade na sociedade portuguesa, e levará a uma luta continuada” João Proença “ Não houve negociação, não se encontraram as melhores soluções” Provedor: “O Código não vai resolver o problema da produtividade”
19- João Proença e Carvalho da Silva	RTP2- Jornal 2 22 Horas	13.11	1m 41s	Na véspera da greve geral da função pública as 2 centrais reuniram-se. Não há consenso com o momento da greve geral João Proença”:Só depois do conhecer o projecto é que decidiremos, mas nunca antes de Janeiro de 2003, é preciso continuar a negociar” Carvalho da Silva “Há que intensificar a luta. Não deixamos que a discussão na AR decorra sem um grande alerta da opinião pública”
20- Bagão Félix	RTP2- Jornal 2 22 Horas	15.11	2m 27s	O ministro apresentou hoje as regras do Projecto, “vai beneficiar quem cumpre e penaliza quem não cumpra” .Bagão Félix: “O Estado não pode ter um fiscal em cada empresa, temos de substituir uma lei rígida, cuja aplicação era abandalhada, por uma lei flexível que seja cumprida”
21- João Proença (UGT) e Carvalho da Silva (CGTP)	RTP2- Jornal 2 22 Horas	15.11	1m 55s	As 2 centrais foram pedir ao presidente da Assembleia da República para alargar o período de discussão. João Proença: “O sr. presidente da AR aponta para a discussão na generalidade já no dia 20 de Dezembro, o que é grave” Carvalho da Silva: “O que tem havido é um simulacro de negociação, o governo propagandeia, a sociedade o que sabe é pelos sindicantes, isto é matéria estruturante que afecta pessoas e famílias, por isso é necessário tempo”
22- Carvalho da Silva e João Proença	RTP2- Jornal 2 22 Horas	18.11	1m 43s	UGT e CGTP na AR e foram à Comissão Parlamentar Carvalho da Silva: “Que haja um debate técnico de grande profundidade, que sejam convidados especialistas não só juristas, mas também economistas e sociólogos”. João Proença: “Devem ser ouvidos professores de direito”
23- Carvalho da Silva	RTP2- Jornal 2 22 Horas	19.11	15s	Já esta marcada a greve geral : 10 Dezembro Carvalho da Silva no estúdio da RTP2
24-PCP	RTP2- Jornal 2 22 Horas	19.11	32s	O PCP considera que o Código tem normas inconstitucionais e vai recorrer da decisão do Presidente da AR. Viola Constituição e não devia ser aceite
25- João Proença	RTP2- Jornal 2 22 Horas	21.11	1m 44s	UGT não apoia a greve geral mas pode avançar com uma em Janeiro2003 João Proença: “Há avanços mas não suficientes. Propõe uma reunião para marcar uma greve em Janeiro na 2ª quinzena se os objectivos das centrais não forem alcançados”
26-Marques Mendes	RTP2- Jornal 2 22 Horas	22.11	15m 20s	Marques Mendes começa por falar do objectivo de 3% do défice. Sacrifícios trazem recompensa para os portugueses, credibilidade externa.
27-Silva Lopes, presidente do CES	RTP2- Jornal 2 22 Horas	27.11	1m 41s	Começou no parlamento a discussão do projecto de Código. Silva Lopes diz que o Código não resolve o problema da produtividade, a causa é deficiente capacidade empresarial

28-Van Zeller	RTP2- Jornal 2 22 Horas	2.12	1m 42s	Van Zeller : “O Código não vai resolver o problema da produtividade e receia alterações introduzidas pelos deputados”
29- Carvalho da Silva e João Proença	RTP2- Jornal 2 22 Horas	3.12	2m 3s	O Código já sofreu alterações na AR Carvalho da Silva: “O clima social de tensão que este projecto está a gerar criará problemas graves ao desenvolvimento do País” João Proença “Houve alterações significativas mas não são suficientes”
30-Associação Portuguesa de Deficientes (APD)	RTP2- Jornal 2 22 Horas	3.12	1m 58s	APD diz que o novo Código vai dificultar a vida das famílias com deficientes APD: “Alargar as causas do despedimento, facilita despedimentos dos que dão apoio a deficientes”
31- Sindicatos Independentes	RTP2- Jornal 2 22 Horas	6.12	31s	Projecto do Código do Trabalho e a greve geral foi tratada numa reunião entre Sindicatos Independentes e O Cardeal de Lisboa, que está contra greve geral
32- Mota da Silva	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	4.11	2m 1s	Mota da Silva: O antigo IGT fez grandes críticas ao projecto de Código.”É um Código bom para as empresas incumpridoras. Polvos sectoriais que fazem tudo para manter franjas de clandestina, não cumprindo leis” Bagão Félix: “Pena foi é que entre Jul/Out não quis dar o seu contributo”
33- Bagão Félix	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	12.11	1m 36s	Conselho de Ministros aprova o projecto de lei a apresentar AR Bagão Félix: “ O sr. 1º ministro definiu que iria ser apresentada uma proposta de lei na AR . Este novo diploma é um documento melhor que o de Julho “.
34- Miguel Sousa Tavares	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	12.11	3m 4s	Miguel Tavares :” Ninguém conhece o documento. Espero que a AR seja um bom espaço para discutir. É necessário definir um novo modelo. Não queremos ter um modelo à americana. Por outro lado, como podemos manter direitos adquiridos. Vai haver sempre uma greve geral e a UGT vai participar seja qual for o código laboral”
35- Bagão Félix	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	15.11	2m 3s	Está pronto o Código do trabalho, mais de 50% foi alterado. Mais dias de férias. O contrato prazo passa de 3 para 6 anos. Trabalho nocturno depois das 22 horas. Bagão Félix: “ <u>Não podemos ter um fiscal ao lado de cada trabalhador e de cada empresa, não devemos ter uma lei rígida, aplicada de uma forma abandonhada, precisamos é de uma lei mais flexível mas com uma fiscalização rigorosa</u> ”
36-João Proença e Carvalho da Silva	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	15.11	1m 26	CGTP e UGT querem ver alargado o prazo de debate e pediram ao presidente da AR Carvalho Silva: “ Greve geral é uma afirmação deste governo que não tem respeito pelos trabalhadores, para ele são instrumentos do poder económico. Quanto a alterações o ministro podia ter alterado 99%, e tudo continuar na mesma. Vamos ponderar e tomar uma posição” João Proença “Haverá greve geral se a proposta a entrar na AR for próxima do projecto, e para nós não é. É preciso continuar a negociar”
37- Carvalho da Silva	TVI-Jornal de Notícias – 20 Horas	19.11	1m 34s	Vai haver greve geral em 10 Dez. marcada pela CGTP que foi anunciada depois do Conselho Nacional. Carvalho da Silva:” O Governo nada cedeu do essencial, por isso a CGTP decidiu convocar uma greve geral para 10 Dez. É um escândalo todo este atropelo. É um facto que o projecto do governo dá entrada na AR com despacho do presidente da AR com uma disquete para ser publicada no DR com um desrespeito pela AR”. Razões segundo a jornalista: Horário de trabalho, Mobilidade, polivalência, despedimentos
38- Mota da Silva	SIC- Jornal da Noite- 20 Horas	4.11	2m 50s	Mota da Silva fez grandes críticas ao projecto. “Este projecto é pró-patronal , existe uma certa protecção à economia clandestina e uma certa protecção a um polvo. Não define uma estratégia de apoio às empresas que cumprem e não elimina as outras”.
39- Bagão Félix	SIC- Jornal da Noite- 20 Horas	12.11	2m 50s	Prolonga o contrato a prazo até 6 anos e médicos das empresas pode ir a casa do trabalhador Bagão Félix: “ <u>O empregador que contratar trabalhadores a prazo é obrigado a dar formação profissional e se abusar de contratos a prazo pagará mais de TSU. Para lutar contra a baixa</u>

				fraudulenta o médico nomeado pela empresa pode ir a casa do trabalhador. Oposição não deve adiar”
40- Carvalho da Silva	SIC- Jornal da Noite-20 Horas	15.11	59s	UGT e CGTP exigem ao presidente da AR mais tempo para discutir , 30 dias é pouco, e mais perto do natal Carvalho Silva: “Isto não pode ser discutido a correr. Continua a baralhada. Consta que já está ser impresso na Casa da Moeda. A confirmar-se é mais um atropelo aproveitam-se da maioria”
41-Bagão Félix	SIC- Jornal da Noite-20 Horas	15.11	59s	Ministro Bagão Félix apresentou a versão bastante diferente do levado à Concertação. Pontos focados pelo ministro: “Criminaliza o trabalho infantil (3 anos de prisão), impede a empresa de colocar o trabalhador na prateleira, juros de mora quando o salário não é pago atempadamente, mudança de início do trabalho nocturno mas respeita direitos adquiridos, aumento da TSU para as empresas que abusarem de trabalho a prazo, trata pela 1ª vez do teletrabalho e estabelece a confidencialidade do correio electrónico “ Bagão Félix: “Lei flexível e depois uma fiscalização implacável”
42-Jornalista	SIC- Jornal da Noite-20 Horas	15.11	2m 42s	O novo Código muda regras de contratação e de contratos a prazo logo ameaça da greve . Jornalista enumera mais alterações em relação à lei actual
43. Mota da Silva	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	4.11	39s	Se o Código for aprovado a IGT ficará sem meios , e ainda vai tornar o trabalho mais precário
44- Mota da Silva	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	4.11	7m 25s	Mota Silva: “A IGT nem outros actores não fomos envolvidos pelo governo. O Código tem apenas parcialmente o direito do trabalho, o mais moderno não está, não há uma filosofia preventiva. Não há instrumentos preventivos , as sanções até diminuíram. Não ónus da prova por actos ilegais, não há responsabilidade solidária dos responsáveis de empresas de vão de escada” Paes Antunes: “É curioso o tempo e a forma como o ex-IGT se pronuncia. Não se pronunciou na altura devida”
45- João Abrantes	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	28.11	1m 5s	Dr. José Abrantes, constitucionalista, afirma que o Código pode ter várias inconstitucionalidades. Paes Antunes: “Temos vários pareceres, outros dizem que não existe inconstitucionalidades”
46-BE	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	28.11	1m	Deputada, Ana do BE, diz que o governo não pode avançar porque tem várias inconstitucionalidades
47- João Abrantes	RTP1- Jornal da Tarde- 13 Horas	28.11	5m 44s	Entrevista com João Abrantes: “ O que está em causas é a filosofia base. O grande tema do governo é a flexibilidade da legislação laboral. A grande questão é a seguinte: a Constituição não pode ser ignorada. É a quebra do princípio de reintegração obrigatória, viola o art.º 53 da CR. É dar cobertura jurídica a um acto ilícito. Possibilidade de reabertura do processo jurídico, afecta o princípio da segurança jurídica. O direito do trabalho continua a se justificar para defender a parte mais débil”
48 – Mota da Silva	SIC- Jornal das 9	4.11	2m 41 s	Repetição das declarações do ex-IGT
49-Jornalista	SIC- Jornal das 9	12.11	2m 58s	Novo Código aprovado pelo Conselho de Ministros, vai para a A. República
50- Bagão Félix	SIC- Jornal das 9	12.11	1m 2s	Prolonga contratos a prazo até 6 anos, médicos da empresa podem ir à casa do trabalhador Bagão Félix: “ O empregador é obrigado a dar formação profissional e se abusar de contratos a prazo paga mais TSU. Luta contra o absentismo, o médico pode ir à casa do trabalhador para controlar baixa fraudulenta. A oposição não deve provocar adiamentos a uma lei necessária”
51- Mota da Silva	SIC- 1º Jornal – 13 Horas	4.11	1m 51s	Repetição das declarações do ex-IGT.
52. Bagão Félix	SIC- 1ºJornal	12.11	1m 53s	Bagão Félix: “Parte do dinheiro que for poupado contra as baixas fraudulentas será utilizado para financiar creches”
53. Cardeal de Lisboa	SIC- 1º Jornal	12.11	1.29	Está convocado para depois de amanhã uma greve da função e caminha-se para a greve geral. Cardeal pede mais diálogo e critica dinamismos revolucionários Cardeal : “Pedimos a todos que escolham o diálogo. Consideramos normal a actividade legislativa”
54. Bagão Félix	SIC- 1º Jornal	15.11	1m 49s	Bagão Félix: “A questão do emprego certo é inimiga dos desempregados. Não há segurança hoje em dia.”

55- Bagão Félix e Carvalho da Silva	SIC- 1º Jornal	15.11	1m 9s	As centrais sindicais querem que o presidente da AR alargue o período de discussão. Bagão Félix : “ O que disse é que continuo disponível para continuar na Concertação Social a negociar, mas não em clima de confronto” Carvalho da Silva: “É matéria estruturante da vida das pessoas não pode ser discutido a correr. Corre por aí que já está na Casa da Moeda para publicação. Se for verdade é mais uma imposição da maioria para impedir uma discussão séria”
56- Bagão Félix	TVI Jornal Almoço 13 Horas	15.11	53s	Governo apresentou hoje na AR, mais metade dos artigos foi alterada Bagão Félix: “ <u>O Código é amigo do investimento e do emprego, dos jovens e dos desempregados. Ninguém se lembra de quem não tem emprego. Compete ao Estado defender os interesses gerais, e dentro disso estão os interesses daqueles que entram no mercado do trabalho. E aí interessa tornar mais célere a contratação</u> ”
57- Durão Barroso	TVI.Jornal Almoço 13 Horas	20.11	43s	Durão Barroso não tem medo da greve geral D. Barroso: “ Parece-me evidente que há um determinação política da greve da CGTP. A CGTP está contra qualquer reforma. Penso que a UGT não está na mesma posição. Temos de dizer a todos os portugueses que não é com greve, com agitação que o país vai recuperar”
58 – Inácio Mota da Silva e Paes Antunes	RTP1 - Telejornal 20 Horas	4.11	2m 34	Inácio Mota da Silva: “ O mundo mudou muito, a sociedade mudou muito, mas o Projecto do Código não contempla questões como inversão do ónus da prova, responsabilidade solidária, não contém uma filosofia de prevenção” Paes Antunes diz que posição de Mota revela no mínimo uma leitura pouco atenta
59- Bagão Félix	RTP1 - Telejornal 20 Horas	6.11	1m 42s	Bagão Félix diz que está satisfeito e que as negociações têm sido sérias e serenas. Bagão Félix: “ <u>Digo uma coisa com toda a sinceridade , o projecto é muito melhor que o anteprojecto. Beneficiei dos contributos de todos os parceiros, sem excepção. Os interesses são legítimos, a soma é impossível, são contraditórios, cabe ao governo decidir em função do interesse geral</u> ”
60- Bispos	RTP1 - Telejornal 20 Horas	11.11	1m 31s	Em análise na conferência Páscoa que se reúne em Fátima. Pede a todos que utilizem o diálogo, e não a revolucionarismos e que as leis se devem adaptar a mudança. Os cristão devem lutar por soluções justas que dignifiquem os trabalhadores
61- Bagão Félix	RTP1 - Telejornal 20 Horas	12-11	2m 43s	Bagão Félix diz que o documento melhor que o de Verão Bagão Félix. “ A proposta de lei é tecnicamente ponderada, eticamente transparente, socialmente mais equilibrada”
62-Carvalho da Silva	RTP1 - Telejornal 20 Horas	12.11	1m 55s	Carvalho da Silva: “ Esta tentativa impositiva levará a uma grande conflitualidade na sociedade portuguesa. É uma aventura perigosa. Estamos preparados para uma luta dura e prolongada” . João Proença: Esta matéria foi discutida apressada, não houve concertação, mas apenas uma auscultação”
63- Provedor	RTP1 - Telejornal 20 Horas	12.11	1m 57s	O provedor disse que a competitividade não pode ser conseguida apenas através da alteração das leis laborais
64- João Proença e Carvalho da Silva	RTP1 - Telejornal 20 Horas	13.11	2m 4s	Na véspera da greve da função pública UGT e CGTP reúnem-se. João Proença: “Só depois de conhecer o projecto é que vamos decidir. Mas parece-nos que vale a pena continuar a negociar até Janeiro” Carvalho da Silva: “Da parte da CGTP não há qualquer hesitação temos de incentivar a luta. Há uma coisa clara: não deixaremos que o processo decorra na AR sem um alerta muito forte à sociedade” Grande debate com Bagão Félix, Vasco da Gama, Ludgero Marques, Carvalho da Silva, João Proença depois da amanhã na RTP1
65- Bagão Félix	RTP1 - Telejornal 20 Horas	15.11	2m 28s	Bagão Félix apresentou as linhas do projecto, que vai beneficiar quem cumpre e penalizar Bagão Félix: “O Estado não pode ter um fiscal, não devemos ter uma lei rígida, com aplicação

				abandalhada, mas sim uma lei flexível com uma fiscalização rigorosa”
66- João Proença e Carvalho da Silva	RTP1 - Telejornal 20 Horas	15.11	1m 53	CGTP e UGT querem ver alargado o prazo de debate e foram pedir ao presidente da PR mais 40 dias João Proença” O presidente está a pensar a discussão na generalidade no dia 20 Dezembro, o que é grave” Carvalho da Silva: “Até hoje o que se tem visto é um simulacro de negociações, os portugueses não conhecem o Projecto do Código, o que conhecem é aquilo que os sindicatos divulgam. É matéria estruturante devia haver tempo para discussão profunda”
67- Jornalista	RTP1 - Telejornal 20 Horas	15.11	2m 49s	As regras do emprego. Para melhor ou pior. É um grande debate. O que se vai debater:- O que está em causa com o Código do Trabalho?
68- Carvalho da Silva	RTP1 - Telejornal 20 Horas	19.11	1m 47s	CGTP já decidiu o dia que quer paralisar o País, a marcou a greve geral para 10 de Dezembro Carvalho da Silva.:” Apesar dos avisos , apesar das lutas, o governo nada cedeu no essencial, a CGTP decidiu convocar uma greve geral para o 10 Dez 2002 Os objectivos do Código são: Desregular ainda mais o trabalho; Diminuir os custos do trabalho à custa dos trabalhadores; Dar mais poder aos patrões.”
69- PCP	RTP1 – Telejornal 20 Horas	19.11	35s	O PCP considera que o Código tem normas inconstitucionais e por isso vão recorrer da decisão do presidente da AR em aceitar
70- João Proença	RTP1 – Telejornal 20 Horas	21.11	1m 46s	A UGT decidiu hoje não apoiar a greve marcada pela CGTP mas em Janeiro é que vai decidir. João Proença: “Há avanços mas o projecto continua inaceitável. Se não houver avanços, propõe a greve para a semana a iniciar na semana de 20 de Janeiro”
71-CP	RTP1 – Telejornal 20 Horas	22.11	1m 51s	O PCP apela à mobilização de todos os comunistas para a greve geral de 10 de Dezembro
72 Silva Lopes presidente do CES	RTP1 – Telejornal 20 Horas	27.11	1m 42s	Silva Lopes disse que a mudança das leis laborais não vai resolver o problema da produtividade. O maior problema é a falta de capacidade empresarial e a qualidade do ensino. Mais flexibilidade, e fundamentalmente maior fiscalização
73- Juristas	RTP1 – Telejornal 20 Horas	28.11	9s	Juristas dizem que alterações das leis laborais contem normas inconstitucionais
74- Carlos Carvalhas	RTP1 – Telejornal 20 Horas	28.11	15s	Carlos Carvalhas no Porto em manifestações caracterizou o projecto do Código do Trabalho com retrógrado
75- Especialistas	RTP1 – Telejornal 20 Horas	29.11	1m 35s	O Código do Trabalho foi objecto de 4 pareceres pedido pelo governo. José Abrantes considera com inconstitucionalidades enfraquecimento de dos direitos individuais e colectivos. Outro diz que não
76- Joaquim Dionísio (CGTP-IN)	RTP1 – Telejornal 20 Horas	29.11	2m 15s	Na indústria automóvel o Código pode ter maior impacto. Um dos motivos invocados pelo investidor é a existência de uma legislação rígida e fragmentada. Necessidade maior flexibilidade. Joaquim Dionísio: “Temos uma posição muito crítica porque pensamos que este projecto não vem resolver problema nenhum”
TOTAL Novembro 2002			39m 41s	

QUADRO XVII- NOTÍCIAS EMITIDAS PELA RTP1, RTP2, TVI E SIC SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002

FONTE	TV/Canal/ Programa	Dia	Duração	CONTEÚDO CHAVE	
1-Van Zeller	RTP1- Notícias Horas	24	3.12	1m 4s	Van Zeller diz que o Código não vai resolver o problema da produtividade mas receia alterações introduzidas pelos deputados que obrigaria a novas negociações.
2-APD	RTP1- Notícias Horas	24	3.12	31s	APD alerta que o Código vai dificultar a vida das famílias com deficientes
3- Silva Lopes	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	27.11	1m 41 s	Repetição das mesmas declarações do presidente do CES, Silva Lopes. “ A causa da baixa de produtividade é a falta de capacidade empresarial”.
4- Van Zeller	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	2.12	1m 42 s	Van Zeller manifesta receio que sejam introduzidas alterações pelos deputados, porque depois haveria necessidade de renegociar tudo
5- Carvalho da Silva e João Proença	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	3.12	2m 3s	Carvalho da Silva: “ O clima social de tensão que este projecto está a gerar e poderá acentuar, poderá ser um elemento muito prejudicial para o desenvolvimento do país ” João Proença: “ O balanço houve alterações significativas mas continua inaceitável”
6-APD	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	3.12	1m 58s	APD diz que o novo Código vai dificultar ainda a vida das famílias com pessoas deficientes
7-Cardenal e União sindicatos independen- tes	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	6.12	31s	Reunião Cardeal –sindicatos independentes estão contra a greve e as diferenças devem ser resolvidos às mesas das negociações
8- Valadares e Sarsfield	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	12.12	23s	17 propostas para reformar Portugal- Valadares e Sarsfield Cabral
9-Apos greve	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	10.12	2m 14s	Depois da greve. PS responsabilizou o governo. PCP e BE saúdam êxito. PSD e PP falam fracasso da greve
10- Valadares e Sarsfield Cabral	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	10.12	19m 28s	Reformar Portugal :- 17 propostas
11- Carvalho da Silva e João Proença	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	13.12	2m 2s	UGT e CGTP reúnem-se depois da greve. Carvalho da Silva:“ O governo devia reponderar e abandonar este projecto. É nossa disposição e nossa disponibilidade para convergência de acções ” João Proença : “Se o projecto não mudar temos de defender na rua”
12- Sindicatos e Comissões de Traba- lhadores	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	16.12	39s	Sindicatos e CT fizeram duras críticas ao projecto de Código.
13-Reunião	RTP2-Jornal 2 – Horas	22	20.12	29s	Governo e parceiros sociais discutem novamente depois da greve CGTP e UGT apresentaram propostas
14-PS	SIC-Jornal da Noite- 20Horas		9.12	1m 36s	PS passaram a véspera da greve na Autoeuropa. António Costa: “A greve revela o descontentamento dos trabalhadores”
15- Dados sobre a greve geral	SIC –Jornal da Noite				A greve geral teve uma adesão de 10% segundo sondagem da Universidade Católica, 40% dos portugueses acham que o governo deve ceder. Segundo a CGTP participaram na greve 1.700.000 trabalhadores. Bagão Félix fala em 9%
16-APD	RTP1 – Jornal da Tarde- 13Horas		3.12	1m 57s	APD afirma: “O Novo Código vai dificultar a vida daqueles que têm familiares deficientes”
17-João Proença e Carvalho da Silva	RTP1 – Jornal da Tarde- 13Horas		13.12	57s	UGT e CGTP reúnem-se depois da greve geral João Proença : Processo negociação obtém ou nos batemos na reunião Carvalho da Silva: Toda a unidade na acção
17- Sondagem da Católica	SIC-Notícias 21 H		23.12	3m 22s	Apenas 10% de adesão à greve enquanto CGTP indica 1.700.000 trabalhadores. Bagão Félix fala em 9%

19-Van Zeller	RTP1-Telejornal Horas	20	2.12	1m 39s	Repetição das declarações de Van Zeller no Comissão parlamentar (Código não resolve o problema da produtividade mas receia que os deputados possam introduzir alterações no texto).
20- Carvalho da Silva e João Proença	RTP1-Telejornal Horas	20	3.12	2m	O Código já sofreu alterações mas líderes no parlamento repetem Carvalho da Silva “ O clima social de tensão que este projecto está a gerar e poderá aumentar constituirá um elemento negativo para o desenvolvimento do País ” João Proença “Houve alterações mas projecto continua inaceitável”
21-APD	RTP1-Telejornal Horas	20	3.12	1m 57s	APD deixa alerta sobre o Código que vai dificultar a vida das pessoas com familiares deficientes
22-Cardeal e União Sindicatos Independentes	RTP1-Telejornal Horas	20	6.12	34s	Código e greve assuntos debatidos com a União dos Sindicatos Independentes e Cardeal, contra a greve, diferendos devem-se resolver na mesa das negociações
23-PS	RTP1-Telejornal Horas	20	10.12	1m 33s	Greve geral levou o PS a dizer que vai votar contra o Código na generalidade Ferro Rodrigues responsabiliza governo pela conflitualidade
24-Carvalho da Silva e Proença	RTP1-Telejornal Horas	20	13.12	2m 5s	UGT e CGTP reúnem-se depois da greve Carvalho da Silva: “ O governo devia reponderar e abandonar este projecto. É nossa disposição para a unidade de acção nas formas em cada momento mais adequadas ” João Proença :Para nós continua aberto o processo de negociação conduzir alguma coisa, ou a rua
25-Sindicatos e CT	RTP1-Telejornal Horas	20	16.12	34s	Sindicatos e CT fizeram novas críticas. Oposição juntou-se na AR. APD fez queixas grupo PSD prometeu introduzir algumas alterações
26-Ferro Rodrigues e Van Zeller	RTP1-Telejornal Horas	20	17.12	1m 26s	Ferro Rodrigues reuniu-se com a CIP e UGT. Falaram Ferro Rodrigues e Van Zeller
27-Reunião	RTP1-Telejornal Horas	20	20.12	28s	Governo e parceiros, depois da greve, votaram a reunir-se centrais apresentaram propostas
TOTALDez2002				34 m 43s	

Com o objectivo de permitir, por um lado, uma leitura mais fácil dos dados anteriores e, por outro lado, tirar já algumas conclusões importantes agruparam-se as notícias emitidas pelos diferentes canais de televisão sobre o Projecto do Código do Trabalho no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 2002 assim como os respectivos tempos de antena por meses e, dentro destes, por intervenientes, por canais e programas. Os resultados constam do quadro XVIII que se apresenta seguidamente.

QUADRO XVIII – REPARTIÇÃO DAS INTERVENÇÕES E DO TEMPO DE ANTENA POR MESES, PROTAGONISTAS, CANAIS E PROGRAMAS

REPARTIÇÃO POR INTERVENIENTES				REPARTIÇÃO POR CANAIS E POR PROGRAMAS																
PERIODO	Parceiro Social	Nº Intervenções	Tempo segundos	RTP1-13 H		RTP1-20 H		RTP1-24 H		RTP2-22 H		SIC-13 H		SIC-20 H		TVI-13H		TVI - 20H		
				Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº
Set-02	CGTP	5	246	1	108	1	39	2	69	1	30									
Set-02	UGT	3	235			1	77	1	78	1	80									
Set-02	SQTE	1	73	1	73															
Set-02	PCP	1	102															1	102	
Set-02	Governo	4	487	1	159					1	105	1	161	1	62					
Set-02	Patronato	3	223					1	137			1	24	1	62					
Set-02	Subtotal	17	1.365	3	340	2	116	4	284	3	215	2	185	2	123			1	102	
Out-02	CGTP	13	674			3	157	2	93	4	291			3	90			1	43	
Out-02	PCP	3	261							1	122			1	71			1	68	
Out-02	UGT	8	304			1	37	2	96	1	38			3	90			1	43	
Out-02	Governo	9	1.188	3	688	1	47	2	182	1	55							1	217	
Out-02	Especialistas	2	96					1	48	1	48									
Out-02	Patronato	15	594			3	121	3	141	3	172			4	75			2	86	
Out-02	Subtotal	50	3.117	3	688	8	361	10	560	11	726	0	0	11	326			6	457	
Nov-02	CGTP	17	1.100			6	536	1	58	6	276	1	35	1	59			2	137	
Nov-02	UGT	12	957			4	287	2	157	6	365			1	105			1	43	
Nov-02	Especialistas	18	2.196	4	893	2	197	5	362	2	181	1	111	2	331			1	121	
Nov-02	PCP	5	253			3	161	2	60	1	32									
Nov-02	Out. Partidos	5	186	1	60			2	56	2	70									
Nov-02	Outros	15	1.610	1	117	5	528	5	303	3	226	1	89	2	163			1	184	
Nov-02	Governo	19	2.068			4	487	3	472	2	247	3	256	3	291	2	96	2	219	
Nov-02	Patronato	6	301			1	99	1	100	1	102									
Nov-02	Subtotal	97	8.670	6	1.070	25	2.294	21	1.567	23	1.499	6	491	9	949			7	704	
Dez-02	CGTP	6	334	1	28,5	2	122,5	1	61,5	1	61			1	60					
Dez-02	UGT	5	272	1	26,5	2	123,5			2	122									
Dez-02	Especialistas																			
Dez-02	PS	3	232			2	136							1	96					
Dez-02	Outros	13	877	1	117	5	213	1	31	8	434			1	82					
Dez-02	Governo	1	60											1	60					
Dez-02	Patronato	4	308			2	142	1	64	1	102									
Dez-02	Subtotal	32	2.083	3	172	13	737	3	156,5	12	719	0	0	4	298	0	0	0	0	0
Set.Dez02	TOTAL	196	15.234	15	2.270	48	3.508	38	2.568	49	3.159	8	676	26	1.696	0	0	14	1.263	

NOTA: Utilizou-se o conceito “Intervenções” no lugar de “Notícias” porque na mesma notícia podem intervir vários parceiros. Por outro lado, quando duas confederações patronais intervêm separadamente é considerado como fossem duas intervenções e incluídas na rubrica “Patronato”.

As conclusões que se tiram dos dados do quadro anterior são nomeadamente as seguintes.

No período compreendido entre 1 de Setembro de 2002 e 31 de Dezembro de 2002, os diferentes canais de televisão emitiram 147 notícias a que corresponderam 196 intervenções, porque em algumas das notícias intervieram mais de um parceiro sobre o Projecto do Código do Trabalho, as quais ocuparam 15.234 segundos (4 horas, 13 minutos e 54 segundos) de tempo de antena.

Nestes quatro meses verificaram-se nos diversos canais de televisão 41 intervenções da CGTP-IN, 28 da UGT, 33 do governo e 28 das entidades patronais. Em percentagem e em relação apenas a estes quatro intervenientes, coube 32% do número das intervenções à CGTP-IN, 22% à UGT, 25% ao governo e 22% às entidades patronais.

Em resumo, em número de intervenções nas diversas televisões, no período analisado, o 1º lugar coube à CGTP-IN, seguindo-se o governo, depois a UGT e , em último lugar, as entidades patronais; portanto, em número de aparições, sem analisar o conteúdo das notícias e sem ter em conta o tempo de antena, pode-se afirmar a eficácia da comunicação da CGTP-IN apesar de todos os factores adversos conhecidos.

Em tempo de antena a situação é já diferente. O primeiro lugar coube ao governo com 3.803 segundos (1 hora e 3 minutos), seguindo a CGTP-IN com 2.353 segundos (39 minutos e 12 segundos), depois a UGT com 1.768 segundo (29 minutos e 30 segundos) e, em último lugar, as entidades patronais, com 1.425 segundos (23 minutos e 48 segundos).

No quadro XIX, que se apresenta seguidamente, constam os dados referidos anteriormente mas por meses, o que permite uma análise mais pormenorizada.

QUADRO XIX – Repartição das intervenções e do tempo de antena em segundos entre 1 de Set./2002 e 31 de Dez/2002, por meses e por parceiros

MESES ANO	CGTP		UGT		GOVERNO		PATRONATO		TOTAL	
	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo	Nº	Tempo
Set-02	5	246	3	235	4	487	3	223	15	1.190
Out-02	13	674	8	304	9	1.188	15	594	45	2.760
Nov-02	17	1.100	12	957	19	2.068	6	301	54	4.425
Dez-02	6	334	5	272	1	60	4	308	16	974
SOMA	41	2.353	28	1.768	33	3.803	28	1.425	130	9.348

Em intervenções repartidas por meses, é claro o peso dos meses de Outubro e fundamentalmente do mês de Novembro de 2002, em que o debate nacional sobre o Projecto do Código do Trabalho foi mais intenso até determinado pela greve geral. Na repartição do número de intervenções por protagonistas, é claro o domínio da CGTP-IN com 41 intervenções, seguindo-se o governo com 33, e depois a UGT e as entidades patronais, cada uma, com 28 notícias.

Em ocupação de tempo de antena, os meses de Outubro e Novembro de 2002 continuam a ser os mais importantes, com 29,5% e 47,3% respectivamente do tempo total de antena. Em relação à repartição do tempo de antena por protagonistas a posição do governo é claramente dominante em Setembro (40,9% do tempo de antena deste mês), Outubro (43%) e Novembro (46,7%), ou seja, nos meses fundamentais do debate. Nestes meses, coube à CGTP-IN, do tempo de antena ocupado por todos os parceiros em cada mês, apenas 20,6% desse tempo em Setembro, 24,4% em

Outubro, e 24,8% em Novembro. Assim até à greve de 10 de Dezembro, o governo ocupou um lugar claramente dominante em tempo de antena, passando a minoritário no mês de Dezembro/2002 em que ocupou apenas 6% do tempo de antena. Neste mês, a CGTP-IN ocupou 34,3% do tempo de antena.

Outro tipo de análise quantitativa que interessa fazer é a ocupação do tempo dos telejornais pelos principais parceiros, porque é o programa com maior audiência. O quadro XX, que a seguir se apresenta, permite fazer esse tipo de análise.

No entanto, para os dados deste quadro serem mais facilmente compreensíveis interessa ter presente o seguinte.

A coluna 3 do quadro, denominada “Intervenções”, contém o número de vezes que cada parceiro apareceu na televisão, que pode não corresponder ao número de notícias, pois numa notícia pode intervir um ou vários parceiros.

A coluna 4 do quadro, denominada “% que o tempo de antena de cada parceiro representa em relação ao tempo total do mês””, contém a percentagem que o tempo de antena de cada parceiro representa em relação aos tempos de antena de todos os parceiros, incluindo o considerado, no mês indicado. Aqui o tempo de antena inclui o tempo em telejornais e em outros programas.

A coluna 5 do quadro, denominada “% que o tempo de Telejornal das 20H de cada parceiro representa do tempo de antena total no mês” contém a percentagem que o tempo de antena de telejornal ocupado por cada parceiro no mês considerado representou em relação aos tempos de antena (inclui telejornal e outros programas) que tiveram todos os parceiros (incluindo o próprio parceiro) no mês considerado. Aqui os cálculos são feitos com base no tempo de telejornal de cada parceiro relativamente aos tempos de antena de todos os parceiros, incluindo o parceiro estudado, no mês considerado.

Finalmente a **coluna 6 do quadro, denominada “% que o tempo de telejornal de cada parceiro representa do tempo de telejornal de todos os parceiros no mês”**, contém o tempo de telejornal ocupado por cada parceiro no mês considerado relativamente aos tempos de telejornal de todos os parceiros nesse mesmo mês. Aqui os cálculos são feitos com base apenas em tempos de ocupação de telejornal de cada parceiro relativamente aos tempos de telejornal ocupados por todos os parceiros no mês considerado.

Finalmente, interessa esclarecer que quando se refere no quadro a “tempo de antena total do mês” inclui-se o tempo dos parceiros mais o tempo dos “especialistas” mais o tempo dos “outros”.

QUADRO XX- Percentagem que o tempo de antena de cada parceiro representou em relação ao tempo total de antena sobre o Código do Trabalho no mês considerado

MÊS/ / ANO (1)	Interven- nientes (2)	Nº Interven- ções (3)	% que o tempo de antena de cada parceiro repre- sentou em relação ao tempo de antena total do mês (4)	% que o tempo de Telejornal das 20H de cada parceiro representou em relação ao tempo de antena total no mês (5)	% que o tempo de telejornal de cada parceiro representou do tempo de telejornal de todos os parceiros no mês (6)
Set-02	CGTP	5	18,0%	2,9%	11,4%
Set-02	UGT	3	17,2%	5,6%	22,6%
Set-02	SQTE	1	5,3%	0,0%	0,0%
Set-02	PCP	1	7,5%	7,5%	29,9%
Set-02	Governo	4	35,6%	4,5%	18,0%
Set-02	Patronato	3	16,3%	4,5%	18,0%
Set-02	Subtotal	17	100,0%	25,0%	100,0%
Out-02	CGTP	13	21,6%	9,3%	25,3%
Out-02	PCP	3	8,4%	4,5%	12,2%
Out-02	UGT	8	9,8%	5,5%	14,9%
Out-02	Governo	8	38,1%	8,5%	23,0%
Out-02	Especialistas	2	3,1%	0,0%	0,0%
Out-02	Patronato	15	19,0%	9,0%	24,6%
Out-02	Subtotal	49	100,0%	36,7%	100,0%
Nov-02	CGTP	17	12,7%	8,4%	18,5%
Nov-02	UGT	14	11,0%	5,0%	11,0%
Nov-02	Especialistas	17	25,3%	7,5%	16,4%
Nov-02	PCP	6	2,9%	1,9%	4,1%
Nov-02	PS+BE+PSD	5	2,1%	0,0%	0,0%
Nov-02	Outros	18	18,6%	10,1%	22,2%
Nov-02	Governo	19	23,9%	11,5%	25,3%
Nov-02	Patronato	3	3,5%	1,1%	2,5%
Nov-02	Subtotal	97	100,0%	45,5%	100,0%
Dez-02	CGTP	6	16,0%	8,8%	17,6%
Dez-02	UGT	5	13,1%	5,9%	11,9%
Dez-02	Especialistas	0	0,0%	0,0%	0,0%
Dez-02	PS+BE+PSD	3	11,1%	11,1%	22,4%
Dez-02	Outros	16	42,1%	14,2%	28,5%
Dez-02	Governo	1	2,9%	2,9%	5,8%
Dez-02	Patronato	4	14,8%	6,8%	13,7%
Dez-02	Subtotal	35	100,0%	49,7%	100,0%
Set.Dez02	TOTAL	198			

NOTA: SQTE – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado

As conclusões que se tiram dos dados do quadro anterior, são nomeadamente as seguintes.

Em número de intervenções, e aqui não se está apenas a considerar os parceiros (inclui também especialistas, os partidos, etc.), a CGTP-IN só ocupou o 1º lugar no mês de Setembro, embora nos restantes meses tivesse ocupado um lugar sempre importante.

Em termos de tempo de antena ocupado, a posição da CGTP-IN varia entre um máximo de 21,6% do tempo de antena em Outubro de 2002 a um mínimo de 12,7% em Novembro de 2002. Pelo contrário, o governo ocupa o 1º lugar em Setembro e

Outubro, respectivamente com 38,1% e 35,8% de todo o tempo de antena. Em Novembro ocupa o 2º lugar, depois dos “especialistas” com 23,9% do tempo de antena total sobre o Projecto do Código do Trabalho. Apenas em Dezembro ocupa um lugar reduzido com 2,9% do tempo de antena total. É significativo o tempo de antena ocupado por “especialistas” em Novembro, que atinge 25,3% de todo o tempo de antena sobre o Projecto do Código desse mês (à CGTP-IN, coube apenas 12,7%).

Em relação a tempo de telejornal a posição da CGTP-IN é bastante importante. Tendo como base o tempo total de antena dedicado ao Projecto do Código do Trabalho em cada mês, incluindo portanto o tempo de telejornal e o de outros programas, o tempo de telejornal ocupado pela CGTP correspondeu a 2,9% do tempo total de antena em Setembro, 9,3% em Outubro, 8,4% em Novembro, e 8,7% em Dezembro. Nos mesmos meses, coube ao governo, respectivamente, 4,5%, 8,5%, 11,5% e 2,9%.

Se tomarmos como base, não todo o tempo de antena dedicada ao Projecto do Código do Trabalho em cada mês, mas apenas o total do tempo de telejornal dedicado ao Projecto em cada mês, então a CGTP-IN ocupou, em Setembro, 11,4% desse tempo, em Outubro 25,3%, em Novembro 18,5% e, em Dezembro, 17,6%. Ao governo, nos mesmos meses, coube, respectivamente, 18%, 23%, 25,3% e 5,8%.

Em resumo, os dados apresentados mostram claramente que em termos quantitativos (frequência de notícias, tempo de antena total e tempo de telejornal sobre o Projecto do Código do Trabalho), a CGTP-IN ocupou um lugar importante, contrariamente ao que muitas vezes se pensa ou afirma, o que significa o reconhecimento, de facto, da notoriedade, da função e do lugar importante que a CGTP-IN tem e ocupa na sociedade portuguesa.

Feita esta análise quantitativa e, tirada com base nela, as conclusões anteriores, interessa agora completá-la com uma análise qualitativa, ou seja, uma análise dos conteúdos das notícias que foram emitidas pelos diversos canais de televisão sobre o Projecto do Código do Trabalho tendo como protagonista a CGTP-IN, no período compreendido entre 1 de Setembro de 2002 e 31 de Dezembro de 2002.

O conteúdo dessas notícias constam dos quadros XIV, XV, XVI e XVII já apresentados anteriormente.

No entanto, para tornar a análise mais fácil vai-se transcrever seguidamente as ideias chave das intervenções sobre o Projecto do Código do Trabalho dos dirigentes da CGTP nos diferentes canais de televisão, agrupando-as por meses.

Mês de Setembro de 2002

- 25 de Setembro, RTP1-24H: “A CGTP acusa governo de não esclarecer o País sobre as implicações do Projecto do Código do Trabalho”
- 25 de Setembro, RTP1-13H: “O governo está em acção de propaganda mas não esclarece as implicações do Projecto do Código de Trabalho
- 27 de Setembro, RTP1-20H : “Carvalho da Silva diz que o Projecto do Código do Trabalho não passa de uma encenação entre o governo e os patrões”
- 29 de Setembro, RTP2-22H: “ Carvalho da Silva diz que o Projecto do Código do Trabalho não passa de uma encenação entre o governo e patrões”

Mês de Outubro de 2002

- 10 de Outubro, RTP2, Jornal2: “Não havendo recuos os trabalhadores terão de fazer o sacrifício de uma greve geral”

- 15 de Outubro, RTP1-Telejornal 20H: “São dezenas de conteúdos inaceitáveis que desequilibrariam as relações de trabalho. 680 artigos, muitos deles com muitos problemas”
- 15 de Outubro, RTP1-24H: “São dezenas de conteúdos inaceitáveis que desequilibrariam as relações de trabalho. 680 artigos, muitos deles com muitos problemas”
- 18 de Outubro, TVI:Jornal 20H: “ São os comentários tradicionais dos patrões que têm uma visão da democracia muito fechada”
- 18 de Outubro: SIC Jornal 20H: “São os comentários tradicionais de patrões que têm uma visão de democracia muito fechada”.
- 18 de Outubro, RTP1-20H: :” Isto não pode ser feito como faz o governo, pretende impor com a sua maioria , processo que em linguagem comum se chama mata-cavalos, impor a sua posição”
- 18 de Outubro, RTP1-24H:” Isto não pode ser feito como o governo está a impor utilizando a maioria que tem na AR, uma espécie de mata-cavalos e um simulacro de negociação”.
- 18 de Outubro, RTP2: Jornal 2: “Isto não pode ser feito como o governo está a impor utilizando a maioria que tem na AR, uma espécie de mata-cavalos e um simulacro de negociação”
- 20 de Outubro: SIC-Jornal 20H: “ Muita tinta vai correr, os trabalhadores têm uma palavra a dizer. As lutas que se vão fazer amanhã vão dar uma indicação para concretizar essa forma de luta, caso o governo não recue. Isto diz respeito a todos os trabalhadores, independente da sua posição política e religiosa. É um momento que é preciso unidade para combater este pacote muito gravoso”
- 21 de Outubro, RTP2- Jornal2:” Não somos nós que ameaçamos a greve geral. Desde o início quem faz a campanha é o governo. Eles querem impor as suas posições e sabem que isso obriga os trabalhadores à greve”
- 21 de Outubro, RTP1-20H: “ Se se confirmar o que o ministro e 1º Ministro têm dito trata-se de um golpe sem paralelo”

Mês de Novembro de 2002

- 12 de Novembro, RTP1- 20H: “ Esta tentativa impositiva levará a uma grande conflitualidade na sociedade portuguesa. É uma aventura perigosa. Estamos preparados para uma luta dura e prolongada
- 12 de Novembro, RTP2-22H: “Esta tentativa impositiva levará a grande conflitualidade, que poderá determinar instabilidade na sociedade portuguesa, levará a uma luta continuada”
- 13 de Novembro, RTP1-20H: Da parte da CGTP não há qualquer hesitação, temos de incentivar a luta. Há uma coisa clara: não deixaremos que o processo decorra na AR sem um alerta muito forte à sociedade”.
- 13 de Novembro, RTP2-22H: “Há que intensificar a luta. Não deixaremos que a discussão na AR decorra sem um grande alerta da opinião pública”
- 15 DE Novembro, RTP1-20H : “Até hoje o que se tem visto é um simulacro de negociações, os portugueses não conhecem o projecto, o que conhecem é aquilo que os sindicatos divulgam. É matéria estruturante devia haver tempo para discussão profunda”
- 15 de Novembro, TVI-20H:“ Greve geral é uma afirmação deste governo que não tem respeito pelos trabalhadores, para ele são instrumentos do poder económico. Quanto a alterações o ministro podia ter alterado 99%, e tudo continuar na mesma. Vamos ponderar e tomar uma posição”
- 15 de Novembro: SIC-1ºJornal: É matéria estruturante da vida das pessoas não pode ser discutido a correr. Corre por aí que já está na Casa da Moeda para publicação. Se for verdade é mais uma imposição da maioria para impedir uma discussão séria”
- 15 de Novembro, SIC-20H: “Isto não pode ser discutido a correr. Continua a baralhada. Consta que já está ser impresso na Casa da Moeda. A confirmar-se é mais um atropelo aproveitam-se da maioria”

- 16 de Novembro, RTP1-24H: “Até hoje o que tem havido é um simulacro de negociação, o governo propagandeia as suas posições e a sociedade não conhece. Isto é estruturante da vida da sociedade, da vida das pessoas, da vida das famílias”
- 18 de Novembro, RTP2-22H: “Que haja um debate técnico de grande profundidade, que seja convidado especialistas não só juristas, mas também economistas e sociólogos”.
- 18 de Novembro, RTP1-24H: “Que haja um debate técnico de grande significado que sejam convidados personalidades que dominem estas áreas, não só juristas mas também economistas e sociólogos”.
- 19 de Novembro, RTP1-20H : ” Apesar dos avisos, apesar das lutas, o governo nada cedeu no essencial. A CGTP decidiu convocar uma greve geral para o 10 Dez 2002 Os objectivos do Projecto do Código são: Desregulamentar ainda mais o trabalho; Diminuir os custos do trabalho à custa dos trabalhadores; Dar mais poder aos patrões.”
- 29 de Novembro, RTP1-20H : “Temos uma posição muito crítica porque pensamos que este projecto não vem resolver problema nenhum”

Mês de Dezembro de 2002

- 3 de Dezembro, RTP1-20H : “O clima social de tensão que este projecto está a gerar e poderá aumentar constituirá um elemento negativo para o desenvolvimento do País”
- 3 de Dezembro, RTP2-22H : “ O clima social de tensão que este projecto está a gerar e poderá acentuar constituirá um elemento muito prejudicial para o desenvolvimento do país”
- 13 de Dezembro, RTP1-20H : “O governo devia reponderar e abandonar este projecto. É nossa disposição para a unidade de acção nas formas em cada momento mais adequadas”
- 13 de Dezembro de 2002, RTP2-22H: ”O governo devia reponderar e abandonar este projecto. É nossa disposição e nossa disponibilidade para convergência de acções”

Comparemos as ideias chave destas intervenções com as “16 razões essenciais para dizer não ao Pacote Laboral”, já referidas anteriormente, as quais fundamentaram e fundamentam a posição da CGTP-IN contra o Projecto e agora contra o Código do Trabalho.

Para isso recordemos mais uma vez as “16 razões” constantes do desdobrável distribuído pela CGTP aos trabalhadores antes da greve geral de 10 de Dezembro de 2002 (transcrito do referido desdobrável):

- Flexibilidade dos horários
- Pausas
- Alteração dos horários de trabalho
- Trabalho nocturno
- Férias
- Mobilidade funcional
- Retribuição
- Feriados
- Despedimentos
- Direito à greve
- Aplicação aos trabalhadores da função pública
- Princípio do tratamento mais favorável
- Direitos de personalidade
- Período experimental
- Contratos a termo
- Contratação colectiva - ataque cerrado e escalonado

Cruzando estas “razões essenciais” com aquilo que foi transmitido pelos diferentes canais de televisão das intervenções dos dirigentes da CGTP-IN (não conseguimos saber se a totalidade ou o essencial das intervenções da CGTP-IN foram transmitidas) durante os 4 meses analisados – Setembro a Dezembro de 2002 – conclui-se rapidamente que naquilo que foi transmitido não foi explicado nem mesmo abordado de uma forma clara qualquer uma daquelas “16 razões essenciais para dizer não ao pacote laboral”.

E embora se possa argumentar que o importante é aquilo que tem potencialidades de ser notícia, no entanto, face aos dados anteriores, é-se levado a concluir que a estratégia da CGTP-IN sobre o Projecto do Código do Trabalho, relativamente à comunicação televisiva, ou não tinha como objectivo transmitir e explicar o fundamental daquelas “16 razões essenciais”, já que elas foram sistematicamente esquecidas nas intervenções dos seus dirigentes, ou tendo tal objectivo ela não conseguiu furar o controlo apertado que existiu sobre as suas intervenções por parte desses mesmos órgãos de informação.

Uma análise atenta daquilo que se conseguiu ouvir dessas intervenções leva à conclusão que o que existiu foi a preocupação em responder no imediato a posições ou comentários do governo ou das entidades patronais ou a questões colocadas pelos jornalistas, a maioria das quais não tinham nada a ver com as questões essenciais do Projecto do Código, nomeadamente para os trabalhadores, e muito menos com as “16 razões essenciais” definidas pela direcção da CGTP-IN o que leva a pensar que possa ter também havido uma certa desarticulação entre aquela decisão e as intervenções.

Face a tais resultados, as questões que imediatamente se colocam são as seguintes: - Qual foi a eficácia desta comunicação, nomeadamente no esclarecimento democrático (explicativo e fundamentado) dos trabalhadores sobre as questões essenciais do Projecto do Código do Trabalho? Que imagem da CGTP-IN foi construída ou consolidada com esta estratégia de comunicação (no caso das intervenções terem resultado de uma estratégia previamente pensada e depois cuidadosamente executada) nos diferentes destinatários da comunicação sindical (activistas sindicais, trabalhadores sindicalizados, trabalhadores não sindicalizados, opinião pública em geral)? Terá sido esta estratégia conscientemente pensada, planeada e executada ou foi fundamentalmente condicionada pela outra parte (outros parceiros, nomeadamente o governo e jornalistas)?

Analisada a estratégia de comunicação da CGTP-IN, e colocadas as questões que ela naturalmente suscita ao investigador para futura reflexão, interessa agora conhecer qual foi a estratégia de comunicação seguida pelo governo, nomeadamente a nível da televisão durante o mesmo período, até para se poder saber se a estratégia de comunicação da CGTP-IN conseguiu responder com eficácia à do governo. E isto tem importância porque, em termos de comunicação e não só, o confronto/debate colocou-se essencialmente entre CGTP-IN e o governo.

Para isso vai-se transcrever algumas das ideias chave do discurso governamental que, a nosso ver, revelam com clareza qual foi a estratégia de comunicação do governo e que objectivos pretendeu alcançar.

Mês de Setembro de 2002

- 10 de Setembro, RTP1-13H: “ O principal risco é não fazer nada, porque tudo mudou. Uma parte significativa da poupança do subsídio de doença (100 milhões de contos) vai para o fundo de apoio as famílias, com mais creches. Quem faz trabalho nocturno continua a receber o mesmo, direitos adquiridos mantêm-se. E o Código só se aplica se não houver IRCT”.

- 10 de Setembro, SIC-13H : “ O principal risco é não fazer nada, porque tudo mudou. Uma parte significativa da poupança do subsídio de doença (100 milhões de contos) vai para o fundo de apoio às famílias, com mais creches. Quem faz trabalho nocturno continua a receber o mesmo, direitos adquiridos mantêm-se. E o Código só se aplica se não houver IRCT”

Mês de Outubro de 2002

- 10 de Outubro, RTP1-13H: “Nos grandes objectivos não cederemos: combate ao absentismo, flexibilidade, reactivação da contratação colectiva não cedermos, podemos discutir as formas de os atingir”
- 15 de Outubro, RTP1-20H: “Na protecção a maternidade, contratação a termo, contratação colectiva que todos os parceiros querem reactivar vamos introduzir algumas alterações”
- 18 de Outubro, RTP1-24H: “ Há já pontos que vamos mudar, alguns deles por minha iniciativa: Apoio à família, contratação colectiva”.

Mês de Novembro de 2002

- 6 de Novembro, RTP1-20H: “ Digo uma coisa com toda a sinceridade , o projecto é muito melhor que o anteprojecto. Beneficiei dos contributos de todos os parceiros, sem excepção. Os interesses são legítimos, a soma é impossível, são contraditórios, cabe ao governo decidir em função do interesse geral”
- 6 de Novembro, RTP1-24H: “ Digo uma coisa com muita serenidade. O Projecto que vai ser apresentado em Conselho de Ministros será muito melhor que o anteprojecto. Beneficiou com os contributos de todos, todos, os parceiros. Os interesses de cada um são legítimos, a soma é que é impossível, pois são contraditórios. Cabe ao governo decidir em função do interesse nacional”
- 12 de Novembro, RTP1-24H: “ A proposta é tecnicamente ponderada, eticamente mais transparente, socialmente mais equilibrada, e juridicamente necessária, e responsabiliza as oposições”. 60% dos artigos do anteprojecto foram alterados.
- 12 de Novembro, SIC-13H: “Parte do dinheiro que for poupado nas baixas fraudulentas será utilizado para financiar creches”
- 12 de Novembro, SIC-20H: “O empregador que contratar trabalhadores a prazo é obrigado a dar formação profissional e se abusar de contratos a prazo pagará mais de TSU. Para lutar contra a baixa fraudulenta médico da empresa pode ir a casa do trabalhador. Oposição não deve adiar porque esta lei é necessária ao País”
- 15 de Novembro, RTP2-22H: “O Estado não pode ter um fiscal em cada empresa, temos de substituir uma lei rígida, cuja aplicação é abandonada, por uma lei flexível que seja cumprida”.
- 15 de Novembro, SIC-20H: Bagão Félix apresenta o projecto final da seguinte forma: - Criminaliza o trabalho infantil (3 anos de prisão), impede o trabalhador de ser colocado na prateleira, juros de mora quando o salário não é pago atempadamente, muda inicio trabalho nocturno mas respeita direitos adquiridos, aumento da TSU para as empresas que abusarem de trabalho a prazo, trata pela 1ª vez do teletrabalho e estabelece a confidencialidade do correio electrónico”.
- 15 de Novembro, TVI-13H: “ O Código é amigo do investimento e do emprego, dos jovens e dos desempregados. Ninguém se lembra de quem não tem emprego. Compete ao Estado defender os interesses gerais, e dentro disso estão os interesses daqueles que entram no mercado do trabalho. E aí interessa tornar mais célere a contratação”

A estratégia do governo, materializada fundamentalmente através das intervenções do ministro Bagão Félix nos diferentes canais de televisão, pode ser definida da seguinte forma: - (1) O projecto de Código do Trabalho tem preocupações sociais pois, por ex., as poupanças que se obtiveram com o combate às baixas fraudulentas serão investidas num fundo destinado à construção de creches; (2) No Projecto Código existem aspectos que para opinião pública poderão ser considerados positivos, alguns

deles até constantes das leis anteriores, – criminalização do trabalho infantil, apoio à família, pagamento de juros por atraso no pagamento de salários, aumento da TSU para as empresas que abusarem de contratos a prazo, confidencialidade do correio electrónico do trabalhador, obrigação das empresas realizarem formação profissional para os seus trabalhadores, etc- então esses aspectos devem ser explicados e valorizados em termos de comunicação; (3) Em relação a outros pontos, a afirmação repetida (e uma afirmação muito repetida poderá passar por verdadeira) de que o Projecto do Código terá consequências positivas, embora não explique porquê, como é o caso da “reactivação da contratação colectiva” (o verificado depois da promulgação do Código do Trabalho tem provado o contrário, como tem sido divulgado por vários órgãos de comunicação social); (4) Dar uma ideia de equilíbrio, de procura de consensos, e de não rigidez (exs.: “60% dos artigos do anteprojecto foram alterados”; “Digo uma coisa com toda a sinceridade , o projecto é muito melhor que o anteprojecto. Beneficiei dos contributos de todos os parceiros, sem excepção”; “O Projecto que vai ser apresentado em Conselho de Ministros será muito melhor que o anteprojecto. Beneficiou com os contributos de todos, todos, os parceiros”; “Os interesses de cada um são legítimos, a soma é que é impossível, pois são contraditórios. Cabe ao governo decidir em função do interesse nacional”).

É uma estratégia de comunicação diferente da adoptada ou daquela que a CGTP-IN conseguiu implementar, em que o essencial não foi responder directamente a posições dos “adversários” ou a questões colocadas pelos jornalistas, mas parece ter sido a de fazer passar uma mensagem – preocupação social, procura de consensos e de equilíbrio, etc. – previamente pensada e depois claramente executada.

Embora alguns dos argumentos utilizados possam ser considerados com exemplos de processos clássicos de “enquadramento manipulatório, referido por Philippe Breton, que consiste “ou em transformar o verdadeiro em falso, ou em orientar os factos de tal maneira que a realidade fique, por isso, conscientemente deformada, ou em dissimular uma parte dos factos que fiquem ocultas as consequências da aceitação de um dado enquadramento”⁵¹.

Efectivamente, se analisarmos um dos argumentos mais utilizados por Bagão Félix – O Projecto de Código visa combater as baixas fraudulentas, e com as poupanças assim obtidas criar um fundo que servirá para construir creches – rapidamente fica claro como a realidade é manipulada. Mas para isso, é preciso conhecer bem as leis que regem o Sistema de Segurança Social Público.

No sistema público de Segurança Social existem dois regimes :- O Regime Geral da Segurança Social, que é um regime contributivo, e regimes não contributivos.

O Regime Geral da Segurança Social é um regime financiado apenas com as quotizações dos trabalhadores e as contribuições das empresas (para se ter direitos é preciso previamente ter contribuído, é por isso que se chama regime contributivo), enquanto nos regimes não contributivos o direito não resulta de se ter contribuído para a Segurança Social, mas sim de atingida certa idade (por ex., 65 anos) não se possuir rendimentos para se poder viver, tendo nessa situação direito a um pensão social. Os regimes não contributivos são financiados, de acordo com a lei, apenas com transferências do Orçamento do Estado, e nunca com receitas do Regime Geral.

Ora, os subsídios de doença, pagos quando os trabalhadores estão de baixa, são financiados pelo Regime Geral da Segurança Social, ou seja, pelo regime contributivo, enquanto as creches são financiados pelo regime não contributivo da Segurança Social, portanto com transferências do Orçamento do Estado. Assim, as creches

⁵¹ A palavra manipulada, pág. 108

nunca podiam, de acordo com a lei, serem financiadas com as chamadas “poupanças obtidas com a redução de baixas” porque esta prestação pertence ao Regime Contributivo e o que não for gasto no pagamento das baixas por doença não pode ser transferido, de acordo com a lei, para o outro regime, ou seja, para creches. É inadmissível que Bagão Félix não conhecesse tais disposições legais. Apesar disso utilizou intensamente este argumento, no pressuposto de que a maioria dos portugueses, incluindo os jornalistas que o entrevistaram, não conheciam as leis que regem o sistema público de Segurança Social. A provar que tal argumento era meramente propagandístico está o facto de terminado o período de defesa pública do Projecto do Código do Trabalho nunca mais se ouviu falar dele.

Face a esta estratégia de comunicação governamental, colocam-se as questões seguintes: - Qual terá sido a eficácia deste tipo de estratégia do governo? Que efeitos terá atingido junto dos destinatários finais dela? No caso da CGTP-IN ter definido uma estratégia de comunicação, terá ela conseguido responder com eficácia aos objectivos da estratégia do governo ?

3- CARACTERÍSTICAS DA MENSAGEM DIFUNDIDA PELA IMPRENSA SINDICAL SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO DO TRABALHO

Para analisar a forma como a mensagem sindical sobre o Projecto do Código do Trabalho foi tratada pela imprensa sindical (e aqui entende-se por imprensa sindical tanto o jornal sindical propriamente dito como outras formas escritas de difusão da mensagem sindical tais como são o comunicado, a folha sindical, o desdobrável, o boletim sindical, o cartaz, etc.), seleccionaram-se e analisaram-se oito publicações – quatro do Sindicato dos Trabalhadores do Comercio, Escritório e Serviços de Portugal (CESPNoticias), uma do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (O Electrão) e duas da CGTP (16 Razões e CGTPAcção).

Os resultados da análise de conteúdo realizada constam do quadro XXI.

QUADRO XXI – Ideias chaves sobre o Projecto do Código do Trabalho veiculadas pela imprensa sindical, origem e qualidade ((+): explicada e fundamentada; (-) : não explicada nem fundamentada, apenas conclusiva))

IDEIAS CHAVE	IMPrensa SINDICAL			
	CESPNoticias Edição: 55.000	Electrão Edição: 26.500	CGTP 16 RAZÕES	CGTP CGTPAcção
Princípio tratamento mais favorável	Nov2002 (+)		Dez2002 (+)	
Trabalho nocturno, ferias e faltas	Nov2002 (+)			
Mobilidade funcional	Nov2002 (+)			
Retribuição	Nov2002 (+)		Dez2002 (+)	
Período experimental e contratos a termo	Nov2002 (+)		Dez2002 (+)	
Flexibilidade de horários	Nov2002 (-)		Dez2002 (+)	
Despedimentos	Nov2002 (+)		Dez2002 (+)	
Saudação aos participantes greve geral	Jan-03			
Que direitos consagra os CCT (+)	Jan2003 (+)			
Manifestação nacional contra Pacote laboral	Jan-03			
Horários 12 H dia e 60 semana (+)	Jan2003 (+)			
Paga trabalho nocturno só 22H-7Horas (+)	Jan2003 (+)		Dez2002 (+)	
Mobilidade funcional: toda actividade (+)	Jan2003 (+)		Dez2002 (+)	
Contratos a prazo: passa de 3 para 6 anos (+)	Jan2003 (+)			
Contratação colectiva : mantém caducidade (-)	Jan2003 (-)			
Alteração do conceito de retribuição (+)	Jan2003 (+)			
Direitos de personalidade	Jan2003 (-)		Dez2002 (+)	
Direitos sindicais	Jan2003 (-)			
A luta contra o pacote laboral vai continuar		Jan-Mar2003 (-)		
O Código de Trabalho não está em vigor	Ab2003 (+)			
Princípio do tratamento mais favorável	Ab2003 (-)	Ab-Jun2003 (-)		Jul2003 (-)
Caducidade dos CCT	Ab2003 (+)			
Conceito de retribuição	Ab2003 (+)			
Flexibilidade de horários	Ab2003 (-)			
Pacote laboral ainda não está em vigor	Jul2003 (-)			
Código de trabalho não é inevitabilidade	Jul2003 (-)	Ab-Jun2003		
Código patronal atingido em pontos essenciais		Ab-Jun2003 (+)		Jul-03
Regime de uniformização da contratação colectiva		Ab-Jun2003 (+)		Jul2003 (-)
Prestação de informações sobre saúde e gravidez		Ab-Jun2003 (+)		Jul2003 (-)
Limitação do direito de greve		Ab-Jun2003 (+)		
Luta contra o Código não vai parar		Ab-Jun2003 (+)		
Pausas de trabalho				
IDEIAS CHAVE	CESPNoticias	Electrão	CGTP 16 RAZÕES	CGTP CGTPAcção
Alteração dos horários de trabalho			Dez2002 (+)	
Férias			Dez2002 (+)	
Feridos			Dez2002 (-)	
Direito à greve			Dez2002 (+)	Jul2003 (-)
Aplicação aos trabalhadores da função publica			Dez2002 (+)	

NOTAS:

- 1- **CESPNoticias** : Folha Sindical dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços
- 2- **O electrão** : Jornal dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas
- 3- **CGTP 16 Razões** : Folheto editado aquando da greve geral de 10 de Dezembro de 2002
- 4- **CGTPAcção**: Folha periódica editada pela CGTP
- 5- **(+)** : Posição explicada de forma fundamentada com indicação das razões que justificam a posição
- 6- **(-)** : Afirmação conclusiva sem qualquer explicação ou fundamentação

A análise dos oito exemplares de publicações sindicais constantes do quadro anterior, que são das mais importantes publicações das associações sindicais pertencentes ao Movimento Sindical Unitário (MSU) e que, por isso, são suficientemente representativas da imprensa sindical do MSU, permitem tirar algumas conclusões extremamente importantes em termos comunicacionais, a saber:

1- Que apesar da maioria das notícias (mais precisamente 70,5% nos exemplares analisados) constantes das publicações sindicais podem ser consideradas como fundamentadas e explicativas, no entanto as notícias que denominamos “meramente conclusivas” (afirma-se, conclui-se mas não se explica nem se justifica como se chegou a essa conclusão) ainda representam quase um terço das notícias (mais precisamente, 29,5%) das notícias publicadas.

2- Que apesar do domínio das notícias que consideramos fundamentadas e explicativas, a qualidade da fundamentação ou da explicação da maioria delas necessita, a nosso ver, de ser melhorada pois muitas delas aproximam-se de notícias conclusivas.

3-Que no mesmo exemplar nota-se, por vezes, a presença simultânea das duas estratégias de comunicação, o que parece indiciar uma reflexão e um debate ainda insuficiente sobre esta matéria.

4- Apesar da variação da qualidade em termos comunicacionais que se observa nas notícias divulgadas na imprensa sindical, e por vezes no mesmo exemplar, elas estão, como seria de prever, muito mais próximas do perfil e dos interesses dos destinatários do que aquelas que são veiculadas pelos grandes órgãos de comunicação social, o que confirma a importância da imprensa sindical na difusão da mensagem sindical.

Apesar destas diferenças de tratamento – pelos media e pela imprensa sindical – resultarem também de terem objectivos diferentes e de se destinarem a públicos que em parte poderão ser diferentes, parece ser necessário definir com clareza quais são os objectivos da comunicação sindical para os media e para imprensa sindical, não os confundindo, e igualmente não pensando que uns podem substituir os outros.

VII – OS EFEITOS DA MENSAGEM SINDICAL DA CGTP-IN SOBRE O CÓDIGO DO TRABALHO NOS RESTANTES DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS

Até aqui analisou-se os efeitos da mensagem sindical sobre o Projecto do Código do Trabalho quer nos grandes órgãos de comunicação social (imprensa e televisão) quer na imprensa sindical.

Agora propomo-nos realizar a mesma investigação tendo como base, não os órgãos de comunicação, mas sim pessoas físicas.

E nessa investigação utilizamos vários instrumentos, a saber: - (1) Inquéritos dirigidos a um grupo seleccionado; (2) Entrevistas realizadas a pessoas seleccionadas.

1- INVESTIGAÇÃO REALIZADA E OS RESULTADOS OBTIDOS COM BASE NUM INQUÉRITO ENVIADO A UMA AMOSTRA DE DESTINATÁRIOS INTERMÉDIOS DE UMA COMUNIDADE VIRTUAL

A) Características da comunidade virtual inquirida

A população que foi inquirida compõe-se de 700 unidades, sendo 357 membros de estruturas representativas de trabalhadores e 255 pessoas diversas, e ainda 100 jornalistas de órgãos de comunicação nacional e regional, todos eles pertencentes a uma comunidade virtual com a qual o autor se relaciona enviando periodicamente (o período tem variado entre uma e duas semanas) trabalhos de natureza económica e social que elabora. Estes estudos sobre matérias da actualidade nacional têm sido depois utilizados por muitos membros desta comunidade virtual como apoio a intervenções públicas ou fotocopiam-nos e entregam-nos a conhecidos (nomeadamente quando são membros de estruturas sindicais) ou colocam-nos em “sites” quer pessoais ou colectivos (ex. www.resistir.com) ou divulgam-nos no correio electrónico dentro de várias empresas (nomeadamente quando quem os recebe são membros das comissões de trabalhadores ou delegados sindicais de grandes empresas). Por vezes são utilizados integral ou parcialmente por jornalistas e publicados em órgãos de comunicação social nacional (SIC, RDP, JN, Publico, Expresso, Avante) ou regional (ex. Correio do Minho, Ilha Grande da Ilha do Pico, Açores).

Foi precisamente esta comunidade virtual que considerámos de grande interesse inquirir. Por várias razões.

Em primeiro lugar porque é uma comunidade que, em princípio, tem acesso fácil à informação; dispõe e utiliza regularmente a Internet, o que não acontece com a maioria dos destinatários da comunicação sindical.

Em segundo lugar, porque esta comunidade teve acesso a uma informação actualizada e atempada sobre o Projecto do Código do Trabalho, que é o objecto da investigação.

A composição da população que foi inquirida era a seguinte.

Estruturas representativas de trabalhadores

• Delegações de Sindicatos	193
• Sindicatos	110
• Federações Sindicais	17
• Uniões Sindicais	23
• Comissões de Trabalhadores	14
○ Subtotal	357

Destinatários diversos

• Diversos	241
○ Subtotal	241

Jornalistas de órgãos regionais e nacionais

• Jornais Regionais	41
• Jornais Nacionais	61
○ Subtotal	102

TOTAL 700

B) Número de respostas aos inquéritos recebidos por correio electrónico

Foram enviados por correio electrónico inquéritos com conteúdo que constam das páginas 49, 50 e 51 deste estudo aos 700 membros da comunidade virtual tendo-se recebido 117 inquéritos, o que corresponde a 16,7% dos inquiridos, repartidos da seguinte forma:

A) Estruturas representativas de trabalhadores ...	65 => 18,2% dos inquiridos
B) Destinatários diversos.....	40 => 16,6% dos inquiridos
C) Jornalistas	12 => 11,8 % dos inquiridos
TOTAL	117 => 17% dos inquiridos

C) Composição e características da amostra da população “estruturas sindicais e destinatários diversos” que respondeu ao inquérito

Exceptuando os jornalistas, responderam ao inquérito 105 dos inquiridos. A sua repartição tendo como base as suas características sindicais (estarem mais próximos ou mais afastados da cultura sindical) consta do quadro XXII.

QUADRO XXII – Características sindicais dos inquiridos que responderam

Cargo Sindical

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Dirigente	52	49,5	49,5	49,5
Delegado Sindical	9	8,6	8,6	58,1
Membro de CT	2	1,9	1,9	60,0
Nenhum Cargo mas sindicalizado	30	28,6	28,6	88,6
Nenhum cargo nem sindicalizado	12	11,4	11,4	100,0
Total	105	100,0	100,0	

Assim, 52 dos 105 elementos da população que responderem, ou seja, 49,5% do total são dirigentes sindicais, 9 (8,6%) são delegados sindicais, 2 (1,9%) membros de comissões de trabalhadores, 30 (28,6% do total) são trabalhadores sindicalizados mas não ocupando qualquer cargo sindical, e 12 (11,4% dos que responderam) não são sindicalizados. Isto significa que 63, ou seja, 60% dos que responderam são quadros activos, com uma forte cultura sindical, naturalmente motivados em obter informação sobre o Projecto do Código do Trabalho devido aos cargos que ocupam e às solicitações fortes neste campo por parte dos trabalhadores que representam ou que contactam diariamente.

O quadro XXIII, apresenta os mesmos inquiridos agora repartidos por nível de escolaridade.

QUADRO XXIII – Nível de escolaridade dos inquiridos que responderam

Escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Basico	14	13,3	13,3	13,3
Secundario	32	30,5	30,5	43,8
Superior	59	56,2	56,2	100,0
Total	105	100,0	100,0	

59 elementos da amostra, ou seja, 56,2%, possuem ensino superior, 32 (30,5%) o ensino secundário, e apenas 14, ou seja, 13,3% dos que responderam possuem o ensino básico.

Pode-se afirmar que o nível de escolaridade da amostra está muito acima do que se verifica no universo real. Para concluir isso, basta ter presente que cerca de 73% da população portuguesa actualmente empregada têm o ensino básico ou menos. Consequentemente, os efeitos eventualmente reduzidos da comunicação sindical que sejam revelados no estudo de amostra serão certamente muito mais acentuados a nível de todo o universo (quadros sindicais, trabalhadores sindicalizados e trabalhadores não sindicalizados).

O quadro XXIV que a seguir se apresenta, mostra uma repartição mais fina da amostra por níveis de escolaridade, ou seja, como se repartem por níveis de escolaridade cada um dos grupos em que se dividem os inquiridos de acordo com as suas características sindicais

QUADRO XXIV – Nível de escolaridade dos inquiridos que responderam repartidos de acordo com as suas características sindicais

CargoSindical * Escolaridade Crosstabulation

Count		Escolaridade			Total
		Basico	Secundario	Superior	
CargoSindical	Dirigente	13	23	16	52
	Delegado Sindical	1	2	6	9
	Membro de CT		2		2
	Nenhum Cargo mas sindicalizado		4	26	30
	Nenhum cargo nem sindicalizado		1	11	12
Total		14	32	59	105

Assim, de acordo com os dados do quadro anterior, 25% dos dirigentes que responderam ao inquérito têm o ensino básico, 44% o ensino secundário, e 35 % o ensino superior. Em relação aos delegados sindicais a repartição por níveis de escolaridade é a seguinte: - 11% o ensino básico, 22% o ensino secundário e 67% o ensino superior.

Estes dados reforçam as conclusões já referidas anteriormente, a saber: - a totalidade do universo apresenta níveis de escolaridade certamente muito mais baixos do que os verificados na amostra logo os problemas eventualmente detectados pelo estudo da amostra serão certamente mais graves a nível de todo o universo.

D) Matérias do Projecto do Código do Trabalho divulgadas que foram retidas pelos membros da amostra analisada que responderam ao inquérito

O quadro que se apresenta seguidamente dá uma ideia do que foi retido pelos elementos da amostra analisada relativamente à informação divulgada sobre o Projecto do Código do Trabalho.

QUADRO XXV- Matérias retidas pelos membros da amostra analisada**Materias retidas _2**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Um ou mais:CCT, Prin._Trat_+Favorável, Greve, Dir. sindicais	49	46,7	46,7	46,7
Um ou mais: Mobilidade, Flexibilidade, Contrato Prazo	19	18,1	18,1	64,8
Um ou mais: Despedimento, Trabalho Noturno, Retribuicao	8	7,6	7,6	72,4
Outras matérias mas da Funcao Publica	1	1,0	1,0	73,3
Outras mas nem da F_Publica nem das 16 razoes essenciais	8	7,6	7,6	81,0
Nao indicou nada	5	4,8	4,8	85,7
Um ou mais:Ferias, Feriado, DPersonalidade,Per.Experimental	15	14,3	14,3	100,0
Total	105	100,0	100,0	

Os dados do quadro anterior revelam que 49 dos inquiridos que responderam, ou seja, 46,7% do total, retiveram (em memória) uma ou mais matérias do “Grupo 1” das “16 razões essenciais”. Este 1º grupo incluía “Contratação Colectiva, Principio do Tratamento mais Favorável, Direito de Greve e Direitos Sindicais”, que são as matérias consideradas por muitos membros das direcções das associações sindicais como a trave mestra do ataque frontal contido no Código do Trabalho contra os sindicatos e contra os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Por outro lado, 19 dos inquiridos que responderam, ou seja, 18,1% do total, retiveram matérias incluídas no 2º grupo que continha “Mobilidade, Flexibilidade e Contrato a Prazo”. Apenas 8 (7,6%) retiveram matérias constantes de um grupo 3 das “16 razões essenciais” que contém “Despedimentos, Trabalho Nocturno e Retribuição”.

Para além disso, 13 elementos da amostra (12,4% do total) indicaram matérias que não constavam das “16 razões essenciais”

O quadro XXVI que se apresenta seguidamente completa o quadro anterior, já que mostra a mesma repartição, mas agora para as categorias sindicais em que se repartem os mesmos membros da amostra.

QUADRO XXVI – Matérias retidas por cada grupo em que foram divididos os inquiridos que responderam de acordo com as suas características sindicais

CargoSindical * Materias retidas _2 Crosstabulation

Count

		Materias retidas _2							Total
		Um ou mais:CCT, Prin._Trat_+Favorável, Greve, Dir. sindicais	Um ou mais: Mobilidade, Flexibilidade, Contrato Prazo	Um ou mais: Despedimento, Trabalho Noturno, Retribuicao	Outras matérias mas da Funcao Publica	Outras mas nem da F_Publica nem das 16 razoes essenciais	Nao indicou nada	Um ou mais:Ferias, Feriado, DPersonalidade,Per.Experimental	
CargoSindical	Dirigente	32	9	3	1	4	1	2	52
	Delegado Sindical	2	3	3			1		9
	Membro de CT	1	1						2
	Nenhum Cargo mas sindicalizado	11	6			3	3	7	30
	Nenhum cargo nem sindicalizado	3		2		1		6	12
Total		49	19	8	1	8	5	15	105

Assim, dos 52 dirigentes que responderam apenas 32, ou seja, 61,5% indicaram matérias do “grupo 1” das razões essenciais, ou seja, aquelas que foram consideradas como a trave mestra do ataque aos sindicatos e aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Relativamente aos delegados sindicais, embora o número de inquiridos que responderam não seja representativo, a percentagem dos que indicaram matérias do “grupo 1” é ainda menor :- apenas 22%.

Em relação aos trabalhadores sindicalizados, mas sem cargos sindicais, a percentagem é de 36%, e aos trabalhadores não sindicalizados a percentagem é apenas de 25%. Mas também nestes dois casos, o número dos que responderam não é representativo.

E) Opinião que têm os inquiridos sobre o Projecto do Código do Trabalho

Embora os inquiridos mostrem ter um insuficiente conhecimento concreto das matérias mais importantes do Projecto do Código do Trabalho, é certo que a informação divulgada e o debate realizado assim como o agendamento do tema pelos órgãos de comunicação levaram a formar uma opinião sobre o assunto.

O quadro seguinte revela os resultados que se apuraram com base na análise das respostas ao inquérito.

QUADRO XXVII - Repartição do número dos inquiridos por tipo de opinião que têm actualmente sobre o Projecto do Código do Trabalho

Opinio sobre o Codigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito mau	59	56,2	56,2	56,2
	Mau	34	32,4	32,4	88,6
	Razoavel	2	1,9	1,9	90,5
	Tem coisas mas e coisas boas	6	5,7	5,7	96,2
	Nao tenho opiniao	2	1,9	1,9	98,1
	Nao respondeu	2	1,9	1,9	100,0
	Total	105	100,0	100,0	

Como mostram os dados do quadro, o número daqueles que consideram que o Código do Trabalho é “muito mau” ou “mau” é esmagadoramente maioritária (88,6%). Portanto, neste campo parece evidente que a comunicação sindical atingiu os seus objectivos. Foi eficaz, conseguindo a CGTP-IN fazer passar a sua mensagem neste aspecto.

O quadro XXVIII mostra os mesmos dados mas repartidos por grupos de acordo com as suas características sindicais.

QUADRO XXVIII – Opinião sobre o Projecto do Código do Trabalho dos inquiridos que responderam agrupados de acordo com as suas características sindicais

CargoSindical * Opiniao sobre o Codigo Crosstabulation

Count

		Opinio sobre o Codigo					Total	
		Muito mau	Mau	Razoavel	Tem coisas mas e coisas boas	Nao tenho opiniao		Nao respondeu
CargoSindical	Dirigente	32	17		2		1	52
	Delegado Sindical	7	2					9
	Membro de CT		2					2
	Nenhum Cargo mas sindicalizado	16	9	1	2	2		30
	Nenhum cargo nem sindicalizado	4	4	1	2		1	12
Total		59	34	2	6	2	2	105

49 dos 52 dirigentes que responderam, ou seja, mais de 94%, consideram o Código do Trabalho “Muito Mau” ou “Mau”. Apenas dois consideraram que o Código “Tem coisas más e coisas boas”. Um não responde. Todos os delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores são da opinião que o Código é “Muito mau” ou “Mau”.

F) Fontes de informação sobre o Projecto do Código do Trabalho que os inquiridos consideram MAIS e MENOS importantes

O quadro seguinte resume os resultados apurados em relação à pergunta :- Quais foram as fontes mais importantes de informação para si sobre o Projecto do Código do Trabalho? .

QUADRO XXIX - Fontes de informação sobre o Projecto do Código do Trabalho que os inquiridos que responderam consideram MAIS importantes

Fontes mais importantes

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid CGTP	38	36,2	36,2	36,2
Sindicato	16	15,2	15,2	51,4
Outras mas nem comunicação social nem outras seguintes	38	36,2	36,2	87,6
Comunicacao social	7	6,7	6,7	94,3
Nao respondeu	1	1,0	1,0	95,2
Auto-estudo do Codigo	3	2,9	2,9	98,1
Curso IBJC	2	1,9	1,9	100,0
Total	105	100,0	100,0	

Como mostram os dados do quadro anterior, a CGTP-IN e os sindicatos foram as fontes que 51,4% dos inquiridos consideram mais importantes sobre o projecto do Código do Trabalho, aparecendo os órgãos de comunicação social com uma percentagem bastante reduzida (apenas 6,7% do Total) e uma outra categoria abrangente denominada “Outras” que não inclui a CGTP , nem os sindicatos, nem os órgãos de comunicação social, com um peso igual ao da CGTP. Esta categoria inclui informação divulgada cada vez mais por grupos informais ou por pessoas singulares através da Internet o que mostra, por um lado, as potencialidades dos novos meios de comunicação e, por outro lado, a importância crescente que eles estão atingindo, facto este que não devia ser ignorado pelas associações sindicais.

O quadro seguinte contem os resultados das respostas dos inquiridos à pergunta :- Quais foram as fontes menos importantes na sua informação sobre o Projecto do Código do Trabalho?

QUADRO XXX- Fontes de informação sobre o Projecto sobre o Código do Trabalho que os inquiridos que responderam consideram MENOS importantes

Fontes menos importantes

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid CGTP	1	1,0	1,0	1,0
Sindicato	1	1,0	1,0	1,9
Outras mas não comunicação social nem gov/UGT	1	1,0	1,0	2,9
Comunicação social	65	61,9	61,9	64,8
Nao respondeu	14	13,3	13,3	78,1
governo	2	1,9	1,9	80,0
ugt	21	20,0	20,0	100,0
Total	105	100,0	100,0	

Os órgãos de comunicação social são indicados pela esmagadora maioria dos inquiridos (62%) como a fonte de informação menos importante sobre o Projecto do Código do Trabalho.

Este resultado chama a atenção para a necessidade de não limitar a comunicação sindical aos media, nem considerar estes os meios por excelência da comunicação sindical já que, como ficou claro, estes não conseguem responder às necessidades fundamentais de informação quer dos quadros sindicais quer mesmo dos trabalhadores.

G) Como foi utilizada pelos inquiridos a informação obtida sobre o Projecto do Código do Trabalho

O quadro seguinte contém os dados apurados das respostas dadas pelos inquiridos à pergunta: - Como utilizou a informação que obteve sobre o Projecto do Código do Trabalho?.

QUADRO XXXI - Repartição dos inquiridos pela forma como utilizaram a informação que obtiveram sobre o Projecto do Código do Trabalho

Como foi utilizado

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Para informar outros	65	61,9	61,9	61,9
So como informacao para proprio	27	25,7	25,7	87,6
Para informar outros mas a informacao nao foi suficiente	13	12,4	12,4	100,0
Total	105	100,0	100,0	

Cerca de 74% dos inquiridos responderam que utilizaram a informação sobre o Projecto do Código do Trabalho para informar outros, o que prova o carácter de “destinatários intermédios” de comunicação da esmagadora maioria dos inquiridos analisados.

No entanto, interessa referir que cerca de 12% entenderam que a informação obtida foi insuficiente para atingir tal objectivo. Os restantes não responderam a esta questão.

A articulação destes resultados com os obtidos à pergunta “Que matérias do Projecto do Código do Trabalho reteve/memorizou?” evidencia a necessidade de melhorar a comunicação sindical, nomeadamente resolvendo as lacunas importantes de informação ainda existentes sobre o Código do Trabalho e a lei que o regulamenta.

H) Que informação sobre o Código do Trabalho está neste momento interessado em obter

As respostas a uma outra questão constante do inquérito – Neste momento, qual a informação mais útil e necessária que desejaria obter sobre o Código do Trabalho? – constam do quadro seguinte.

QUADRO XXXII- Repartição dos inquiridos que responderam repartidos por matérias do Código do Trabalho que estão interessados em receber informação

Matérias necessaria informação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Todas as 16 razoes essenciais	1	1,0	1,0	1,0
Apenas sobre as 10 principais das 16 razoes essenciais	17	16,2	16,2	17,1
Nao sobre 10 principais das 16 razoes essenciais	3	2,9	2,9	20,0
Algumas das 16 razoes essencias e outras	6	5,7	5,7	25,7
So outras razoes não das 16 razões essenciais	10	9,5	9,5	35,2
Nao especificou	63	60,0	60,0	95,2
Nao respondeu	3	2,9	2,9	98,1
Matérias que beneficiam os trabalhado	2	1,9	1,9	100,0
Total	105	100,0	100,0	

As “10 principais das 16 razões essenciais” integram os 3 grupos referidos anteriormente. Assim, os que consideraram que tinham interesse em receber informação adicional sobre as 10 principais razões das “16 razões essenciais” foram apenas 17, ou seja, 16,2% do total.

Mas mais importante do que aqueles que conseguiram especificar as matérias em que estão interessados em receber informação adicional, é o elevadíssimo número que o não conseguiram (63 que corresponde a cerca de 60% do total dos que responderam), o que poderá ser interpretado como determinado ou por um insuficiente domínio concreto do Código do Trabalho ou porque muitas das suas consequências ainda não tiveram tempo para se fazerem sentir, o que os impossibilita, neste momento, de saber que informação seria útil e necessária obter. Estas conclusões só reforçam as preocupações referidas na alínea anterior sobre o conhecimento insuficiente do Código do Trabalho, nomeadamente por aqueles que têm a importante missão de o explicar aos trabalhadores, indicando o que de gravoso existe nele, como se devem defender, e quais são os direitos cujo cumprimento deverão exigir às entidades patronais e ao governo.

2- O INQUÉRITO A JORNALISTAS

O inquérito aos jornalistas teve como base o modelo constante da página 50. Dos 102 inquéritos receberam-se 12 respostas, o que correspondeu a uma taxa de 12%, que parece ser razoável para este tipo de inquéritos. Os resultados apurados são apresentados num ponto específico fundamentalmente por duas razões.

Em primeiro lugar, pelo tipo de questões que foram colocadas aos jornalistas, as quais visavam fundamentalmente conhecer a sua opinião sobre a comunicação da CGTP-IN e o que devia ser feito para aumentar a eficácia dessa comunicação, nomeadamente em relação aos destinatários “jornalistas”. Em segundo lugar, porque devido ao número de respostas recebidas (12), era possível fazer um tipo de tratamento fundamentalmente qualitativo dessas mesmas respostas.

Assim, das respostas recebidas transcreve-se aquilo que nos pareceu de maior interesse para a investigação em curso.

QUESTÃO 1: Porque razão os órgãos de comunicação social não deram o relevo correspondente à importância atribuída pela CGTP-IN às “16 razões essenciais para dizer não ao pacote laboral” , valorizando muito mais outros aspectos?

RESPOSTAS OBTIDAS ATRAVÉS DOS INQUÉRITOS :

- Porque “as ênfases colocadas pela Central não tenham sido as mais adequadas. Sobretudo nas intervenções televisivas, colocou-se o acento tónico no enfraquecimento da actuação dos sindicatos e nas questões da contratação colectiva, questões sem duvida importantes mas menos acessíveis à compreensão geral e que, não raras vezes eram interpretadas como corporativista , de receio de perda de influência. Muito mais eco teria tido se tivesse insistido no alargamento do contrato a prazo ou se tivesse explicado as consequências da possibilidade de não reintegração do trabalhador”.
- Devido ao “monolitismo dos argumentos apresentados”.
- “Porque frequentemente é muita informação em conjunto e as TVs só podem dar duas ou três ideias por peça; se é muita informação não se dá naquele dia nem nos outros”.
- “O que parece, por vezes, faltar à CGTP e aos sindicatos é uma visão global do problema. São transmitidas nas opiniões deles, uma visão parcial, o que cria alguma desconfiança ao jornalista”
- “Porque os jornais não têm especialistas em trabalho e sindicalismo”
- “Porque os jornais estão dependentes de grupos económicos a quem não interessa propriamente a vida dos trabalhadores mas veicular o pensamento dominante”.
- Porque “ a comunicação social regional e local não tem acesso aos comunicados de imprensa da CGTP e muito menos a qualquer declaração”.
- “Porque as posições da CGTP contrariam os interesses do patronato e do capital, ao serviço dos quais estão os órgãos de comunicação social, na sua generalidade”.
- “Por vezes, a informação disponibilizada não é suficiente e quando os jornalistas tentam obter mais informação confrontam-se com dificuldades”.
- É necessário “uma maior capacidade de síntese numa primeira abordagem dos temas e posteriormente o envio de informação mais detalhada caso os órgãos de comunicação social entendam tratar o tema com maior profundidade”.
- É necessário dar “uma maior atenção aos órgãos de comunicação social locais pela penetração que já têm”.

QUESTÃO 2: O que pensa da comunicação da CGTP e o que devia ser feito para que tivesse maior interesse jornalístico?**RESPOSTAS OBTIDAS ATRAVÉS DOS INQUÉRITOS:**

- Interesse jornalístico suficiente, mas reduzida informação nova e informação muito repetitiva.
- De muito Interesse jornalístico, reduzida informação repetitiva e informação muito nova
- É necessário “novas abordagens, sobre a promoção da qualidade de vida laboral, como por ex., a temática do empreendedorismo empresarial”.
- “A questão não tem tanto a ver com aspectos formais mas com a receptividade e os preconceitos ideológicos de quem dirige os jornais e subtilmente aplica a nova censura”.
- “ A CGTP sempre descurou esta questão – ter um jornal ou uma revista própria dirigida aos trabalhadores ou, pelo menos, aos que são líderes de opinião nos locais de trabalho – a meu ver por razões avessas a partilha do poder (a informação é poder, os que têm acesso a muita informação resistem partilhar, por mera insegurança de verem outros, de plano supostamente inferior , tão informados como eles)”.
- “Não se consegue obter dos dirigentes das delegações locais quaisquer declarações”
- “Os comunicados são centralizados na agenda (do órgão de comunicação) e, regra geral, não chegam à mão dos jornalistas”.
- “Em termos de estratégia de comunicação, julgo que seria interessante intensificarem os contactos ao nível das direcções editoriais, uma vez que é aí que se determina parte da exposição mediática de uma organização”.
- “Independentemente da projecção jornalística que a estratégia de comunicação da CGTP tenha julgo que tem desempenhado um papel fundamental no esclarecimento e na formação dos jornalistas. Tendo em conta o ritmo de trabalho e a falta de instrumentos de análise e de reflexão que as condições de trabalho hoje em dia impõem, a disponibilidade dos membros da comissão executiva (e não só) para prontamente atenderem os jornalistas tem-se revelado preciosa. Embora possa não se traduzir directamente em maior visibilidade da CGTP nos jornais, ela acaba por estar presente na reflexão critica que o jornalista efectua, funcionando também como um importante elemento de credibilização da organização dentro das redacções, devido à preparação técnica dos sindicalistas”.

Relativamente à questão “Porque razão os órgãos de comunicação social não deram relevo às 16 razões essenciais?” , as respostas obtidas permitem concluir que as razões apresentadas prendem-se mais com dificuldades reveladas pela CGTP para explicitar com clareza e adequação o que considera fundamental e menos com a falta de interesse jornalístico da notícia, embora esta última não esteja ausente. Para além disso, elas também evidenciam a necessidade urgente de reformular a estratégia comunicacional da CGTP-IN em vários aspectos – incapacidade de evidenciar o que é mais importante, ausência de estratégia e de objectivos comunicacionais claros, muita informação, visão parcelar, informação insuficiente, necessidade de maior síntese, etc., - se se pretender aumentar a eficácia da comunicação sindical relativamente a este segmento de destinatários.

Em relação à questão “O que pensa da comunicação da CGTP e o que devia ser feito para a melhorar?”, as respostas obtidas evidenciam a necessidade de inovar quer em matérias quer em abordagens, revelando também o papel importante que tem tido a informação da CGTP na própria formação dos jornalistas, embora existam opiniões diferenciadas entre os jornalistas que responderam.

3- ENTREVISTAS A DIRIGENTES SINDICAIS

Para completar os resultados dos inquéritos feitos e analisados no ponto 1, realizaram-se entrevistas dirigidas a dois dirigentes sindicais. E os objectivos destas entrevistas foram obter respostas para as seguintes questões :- (1) Como caracteriza a informação recebida da CGTP e dos sindicatos sobre o Projecto do Código do Trabalho em termos de utilidade para a acção sindical? (2) Que importância tiveram os órgãos de comunicação social no esclarecimento das matérias mais importantes do Projecto do Código do Trabalho? (3) Quais as matérias do Código do Trabalho cujas consequências gravosas para os trabalhadores já se começaram a fazer sentir, agrupando-as por matérias que constam das “16 razões essenciais” e matérias que não constam das “16 razões essenciais”? (4) Que informação seria útil obter para a acção sindical neste momento sobre o Código do Trabalho? (5) O que devia ser feito para melhorar a comunicação sindical?

Os resultados das entrevistas realizadas apresentam-se seguidamente.

A) ENTREVISTA Nº1 –Dirigente de um sindicato operário

I – PERFIL DA ENTREVISTADO

- 1: Idade : 50 anos
2. Sexo: Feminino
3. Escolaridade : Ensino básico
4. Profissão: operária
5. Função : dirigente de sindicato

II – ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA ENTREVISTA

1. Estão a surgir problemas para os trabalhadores nunca abordados na nossa comunicação.

O Código do Trabalho está a provocar situações gravosas para os trabalhadores nunca denunciados na informação sindical. Servem de exemplos

- a. O reflexo do impedimento prolongado no direito a férias e no recebimento do subsídio de férias. Antes bastava regressar para ter o direito a 22 dias de férias e ao subsídio completo. Agora tem-se direito a 2 dias de férias e de subsídio por cada mês de serviço.
- b. Está-se a verificar a utilização de Regulamentos Internos por parte de empresas para controlar os movimentos dos trabalhadores dificultando o exercício de direitos.

2. Matérias em que o aproveitamento do estabelecido no Código do Trabalho está a ser mais utilizado pelas entidades patronais.

- a. Flexibilidade;
- b. Direito a férias
- c. Faltas.

3. Contratação colectiva

- a. Os trabalhadores ainda não sentiram os efeitos do disposto no Código do Trabalho.

4. **O que seria mais útil para a acção sindical conhecer neste momento sobre o Código do Trabalho**
 - a. A informação escrita não é suficiente, porque os trabalhadores ou não a lêem ou não a conseguem entender.
 - b. O discurso falado é fundamental, mas para isso é necessário conhecer muito bem e muito concretamente as matérias;
 - c. A mensagem negativa provoca medos entre os trabalhadores, o que pode facilitar a retirada de direitos pelas entidades patronais.
 - d. É necessário que a comunicação sindical enuncie os direitos concretos constantes do Código do Trabalho que devem ser valorizados e reafirmados.

5. **O que é necessário fazer para melhorar a comunicação sindical.**
 - a. Fornecer informação mais concreta que sirva os trabalhadores na defesas dos seus direitos.
 - b. Por exemplo informação sobre férias, remunerações, subsídios, direitos sociais (reforma, subsidio de desemprego, etc.).

B) ENTREVISTA Nº2 – Dirigente de uma estrutura distrital

I – PERFIL DA ENTREVISTADO

- 1: Idade : 51 anos
2. Sexo: Masculino
3. Escolaridade : Ensino básico
4. Profissão: administrativo
5. Função : dirigente de estrutura sindical intermédia.

II – ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA ENTREVISTA

1. **Sobre a informação/comunicação recebida:**
 - a. É uma comunicação/informação cada vez mais inadequada quanto mais próximo se estiver dos destinatários finais (trabalhadores).
 - b. E isto porque quanto menos qualificado for o trabalhador mais concreta tem de ser a comunicação para o atrair, para o mobilizar, e para quebrar as amarras em relação ao passado.

2. **Como devia ser a comunicação/informação para ser útil à acção sindical:**
 - a. A informação para os trabalhadores deverá ser muito concreta, ou seja, dizendo aquilo que ele perde e aquilo que ele ganha.
 - b. É preciso ter presente que já existem trabalhadores, e o seu número está a crescer continuamente que têm acesso à Internet e que buscam informação. Assim uma informação pobre repetitiva já os não satisfaz.
 - c. Para combater as consequências dos eventuais reflexos negativos nos trabalhadores de uma informação muito negativa sobre o Código de Trabalho deve-se identificar no Código os aspectos que deverão ser rentabilizados em termos de acção sindical.
 - d. Haverá de elaborar uma lista dos direitos que estão no Código do Trabalho, para exigir o seu cumprimento .

As entrevistas realizadas a quadros sindicais, por um lado, evidenciam a importância da imprensa e da informação sindical para a acção sindical colocando num lugar secundário a informação veiculada pelos media e, por outro lado, mostram os reduzidos efeitos da comunicação sobre o Código do Trabalho e a necessidade de aumentar o esforço com esse objectivo, o que reforça as conclusões anteriores.

Elas também revelam a necessidade de uma profunda reflexão sobre a comunicação sindical, nomeadamente a necessidade de ouvir e de identificar as necessidades, em termos de informação, dos quadros sindicais que estão em contacto diário com os trabalhadores nas empresas.

E isto porque as entrevistas realizadas mostraram, a nosso ver, um desfasamento entre a comunicação/informação existente ou que é produzida e as necessidades actuais desses quadros sindicais, ou seja, entre uma informação genérica e uma informação concreta que responda a necessidades concretas sentidas pelos trabalhadores.

As entrevistas realizadas, que deverão ser alargadas e completadas revelaram, no entanto, a necessidade urgente de repensar a toda a informação sindical destinada aos quadros sindicais que estão em contacto directo com os trabalhadores, para que responda efectivamente às necessidades efectivas destes quadros.

VIII – CONCLUSÕES FINAIS E DOZE PROPOSTAS PARA REFLEXÃO VISANDO AUMENTAR A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL

O estudo empírico realizado, tendo como objecto o projecto do Código do Trabalho, permitiu concluir que a CGTP-IN ocupou, em termos quantitativos (número de notícias que tinha como protagonista ou fonte a CGTP, ocupação de tempo antena), nos órgãos de comunicação social escrita e televisiva, um lugar importante que contribui naturalmente para a notoriedade social que esta central sindical goza junto da opinião pública e dos trabalhadores.

Este espaço publico mediatizado que a CGTP tem conseguido ocupar é um facto que o estudo realizado confirmou e que deve ser valorizado, pois tem contribuído também para a afirmação da Intersindical na sociedade portuguesa.

Efectivamente, no período compreendido entre 1 de Setembro e 9 de Outubro de 2002, das 65 notícias publicadas sobre o Projecto do Código do Trabalho nos 10 principais jornais diários e semanários portugueses analisados, 16, ou seja, praticamente um quarto tiveram como fonte e citavam a CGTP. No mesmo período, e relativo à mesma matéria, foram publicadas 8 notícias que citavam como fonte a UGT, 10 o governo, e 8 as entidades patronais. E no período compreendido entre 7 de Novembro e 9 de Dezembro de 2002, das 144 notícias publicadas nos mesmos órgãos de comunicação social escrita sobre o Projecto do Código do Trabalho, 30, ou seja, mais de um quinto indicavam como fonte e citavam a CGTP, enquanto o número de notícias publicadas nos mesmos órgãos de comunicação que tiveram como fonte e citavam a UGT foi de 19, o governo 24, sendo 8 das entidades patronais.

Nos dois períodos analisados, em que o debate público sobre o Projecto do Código foi mais intenso, a presença da CGTP nos principais órgãos de comunicação escrita nacional, medida em número de notícias publicadas que tiveram como protagonista a CGTP, foi claramente maioritária se a comparamos com a dos outros parceiros (46 notícias para a CGTP, 27 para a UGT, 34 para o governo e 16 notícias para as entidades patronais).

Por outro lado, em termos de comunicação televisiva, e tomando como base os quatro canais analisados (RTP1, RTP2, SIC, e TVI), no período que vai de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2002 tiveram lugar, nestes órgãos de comunicação social, 130 intervenções do governo e dos parceiros sociais sobre o Projecto do Código do Trabalho que analisamos, as quais ocuparam 9.348 segundos de tempo de antena (2 horas, 35 minutos e 48 segundos).

Em relação ao número total de intervenções, das 130 que tiveram lugar, 41, ou seja, 31,5% tiveram como protagonista a CGTP, cabendo à UGT 28, ao governo 33, e às entidades patronais 28. Portanto, em número de intervenções televisivas a CGTP-IN foi maioritária.

Relativamente ao tempo de antena ocupado por aquelas intervenções, daquelas 2 horas, 35 minutos e 48 segundos, 25,2% do tempo foi ocupado pela CGTP, 18,9% pela UGT, 40,6% pelo governo e 15,2% pelas entidades patronais.

Em resumo, em termos quantitativos a presença da CGTP nos grandes órgãos de comunicação social nacional, tanto escrita como televisiva, foi importante podendo-se mesmo dizer também que neste aspecto a sua eficácia foi elevada.

As questões importantes que se colocam relativamente a essa presença são naturalmente de natureza qualitativa, a saber: - Qual foi o conteúdo dominante das mensagens da CGTP que foi publicado ou difundido por esses órgãos de comunicação social escrita e televisiva? Que imagem da CGTP se construiu junto dos trabalhadores e da opinião pública com aquilo que conseguiu passar nesses órgãos de comunicação social? Qual foi o contributo que essas

mensagens tiveram para um correcto esclarecimento das posições da CGTP-IN junto da opinião pública e dos trabalhadores, e qual foi o contributo que essas mensagens deram para o desenvolvimento nos trabalhadores de um espírito democrático e crítico que é indispensável no momento actual para enfrentar uma informação cada vez mais controlada pelos grandes grupos económicos, políticos e religiosos? – Estas são as questões importantes que naturalmente se colocam.

O estudo empírico realizado mostrou claramente que a CGTP embora ocupando um lugar importante no espaço público mediatizado não conseguiu, na esmagadora maioria das notícias publicadas em que era a protagonista, fazer passar as razões essenciais porque estava contra o Projecto do Código do Trabalho, e porque ele era e é inaceitável para esta central sindical.

Tal conclusão resulta do cruzamento das “16 razões essenciais para dizer não ao pacote laboral”, constante do desdobrável amplamente distribuído pela CGTP antes da greve geral de 10 de Dezembro de 2002, com o conteúdo das notícias publicadas nos diferentes órgãos de comunicação social escrita e televisiva.

Efectivamente, no que diz respeito aos órgãos de comunicação social escrita, entre 1 de Setembro e 9 de Outubro de 2002, das 16 notícias publicadas que tiveram como protagonista a CGTP-IN apenas 5 notícias, ou seja, menos de um terço é que se podem considerar como coincidentes ou próximas das “16 razões essenciais”; e no período compreendido em 7 de Novembro e 9 de Dezembro, das 30 notícias publicadas tendo como protagonista a CGTP apenas 3 se podem considerar como coincidentes ou próximas daquelas “16 razões”.

Em relação à comunicação televisiva da CGTP, as conclusões ainda são menos positivas. Em nenhuma das 41 intervenções sobre o Projecto do Código do Trabalho que tiveram como protagonista a CGTP, emitidas entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 2002, é referida qualquer uma das “16 razões essenciais para dizer não ao pacote laboral”.

Assim, contrariamente ao que sucedeu em termos quantitativos, em termos qualitativos pode-se dizer que a eficácia da comunicação da CGTP, relativamente ao que era ou devia ser o objectivo principal dessa comunicação, foi reduzida

A análise dos resultados de um inquérito realizado a um grupo privilegiado de destinatários da mensagem sindical, procurando saber o que eles conseguiram reter dessa mensagem, confirma a conclusão anterior.

Assim, dos 105 inquiridos apenas 49, ou seja, 46,7% indicaram matérias que retiveram em memória do Projecto do Código do Trabalho pertencentes àquilo que denominamos “Grupo 1 de razões”, que inclui o ataque à contratação colectiva, ao princípio do tratamento mais favorável, ao direito de greve e aos direitos sindicais, ou seja, aquelas matérias que são consideradas, a nível do MSU, como constituindo a trave mestra do ataque frontal que o Projecto, agora Código do Trabalho faz aos sindicatos e a outros direitos fundamentais dos trabalhadores.

Por outro lado, 18,1% dos inquiridos que responderam indicaram matérias do “grupo 2”, ou seja, mobilidade, flexibilidade e contratos a prazo, e 7,6% indicaram matérias do “grupo 3” (despedimento, trabalho nocturno).

Finalmente, interessa ainda referir que 12,4% indicaram matérias que não pertenciam às “16 razões essenciais”.

Apesar da amostra estudada ser reduzido, e apesar das distorções que esse facto poderá provocar nas conclusões, no entanto parece legítimo concluir que os problemas identificados no grupo estudado relativamente à eficácia da comunicação sindical serão certamente maiores e mais graves em relação a grupos não privilegiados, que constituem a esmagadora maioria do universo constituído pelos destinatários da mensagem sindical da CGTP-IN.

Para concluir isso, basta ter presente que o nível de escolaridade da amostra analisada é significativamente superior à do universo tanto dos quadros sindicais como da população em geral.

Assim, a nível da amostra o nível de escolaridade era o seguinte: - 13,3% possuíam o ensino básico, 30,5% o ensino secundário e 56,2% o ensino superior. A nível de todo o País, de acordo com as Estatística de Emprego publicadas pelo INE, no fim do 2º trimestre de 2004, de 5.124.600 empregados, 73% tinham o ensino básico ou menos, 13,5% o ensino secundário, e apenas 13,4% o ensino superior.

No entanto, apesar dos efeitos previsivelmente reduzidos da comunicação sindical sobre o Projecto do Código do Trabalho, no entanto 88,6% dos inquiridos responderam que o Projecto era “Muito Mau” ou “Mau”, o que significa que esta última mensagem passou e foi eficaz.

A contradição que parece existir entre esta opinião global generalizada sobre o Projecto do Código do Trabalho e a não indicação das razões concretas que justificam tal opinião levanta questões ligadas também à eficácia da comunicação sindical que é importante ter presente para reflexão, e que são nomeadamente as seguintes: - Aqueles efeitos reduzidos a nível de retenção das razões concretas, facto este que dificulta ou mesmo limita o trabalho de esclarecimento que compete aos dirigentes sindicais, resulta da reduzida eficácia da comunicação sindical pelas razões identificadas ou é a consequência inevitável dos efeitos limitados de qualquer mensagem como defendem determinadas teorias de comunicação ? Ou será o resultado de ambas? .

Como se mostrou neste estudo, o controlo dos media em Portugal e a nível mundial por parte dos grandes grupos económicos, políticos e religiosos é cada vez maior. No nosso País ele tem-se acentuado de uma forma rápida nos últimos anos e mesmo nos últimos meses como provam os acontecimentos verificados em Portugal no mês de Outubro de 2004 (o “caso Marcelo”, o “caso Diário de Notícias”, etc.).

É previsível que o poder económico, político e religioso dominante não esteja interessado em deixar construir, junto da opinião pública e dos trabalhadores, uma imagem da CGTP-IN de acordo com os objectivos e interesses desta. A análise do conteúdo das notícias publicadas pelos media em Portugal sobre a CGTP-IN dá, eventualmente, uma ideia da imagem que esses grupos pretendem criar.

Não se está a afirmar que a totalidade das notícias publicadas visem exclusivamente esse objectivo. O que se está a sugerir como pista de investigação e de reflexão é que as notícias publicadas resultarão de um confronto de interesses contraditórios e mesmos opostos (os da CGTP; os dos jornalistas embora estes não sejam um bloco monolítico; e os dos grupos económicos que controlam cada vez mais os meios de informação).

A análise das notícias publicadas sobre o Projecto do Código do Trabalho que tiveram como protagonista a CGTP-IN revela que os órgãos de comunicação social privilegiaram fundamentalmente tudo aquilo que pudesse dar da CGTP-IN uma imagem de confronto e de conflito (“o efeito exacerbante” de que fala M. Correia), valorizando muito pouco as chamadas “16 razões essenciais para dizer não ao pacote laboral”.

É previsível que este comportamento dos media poderá ter sido eventualmente determinado, ou facilitado, por uma estratégia de comunicação sindical deficiente que, na prática, não

valorizou adequadamente as “16 razões”, que não as hierarquizou nem planeou a sua apresentação faseada, sendo muitas vezes esquecidas nas intervenções públicas feitas, ou “misturadas” com muitas outras razões de reduzida importância, por se estar convencido, devido ao facto de se lidarem internamente todos os dias com as “16 razões”, que elas eram de conhecimento e compreensão pública generalizada, quando efectivamente isso não sucedia.

A análise feita mostra que as notícias mais referidas pelos órgãos de comunicação social foram as seguintes: - (1) As que anunciavam a greve geral de 10 de Dezembro de 2002 assim como outras lutas (por exemplo, no período de 7 de Novembro a 9 de Dezembro, das 30 notícias da CGTP que foram publicadas nos órgãos de comunicação social escrita analisados, 20 referiram-se à greve geral de 10 de Dezembro; por outro lado, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro das 41 notícias da CGTP emitidas nos diversos canais de televisão, mais de um terço referiam-se expressamente à greve geral ou à intensificação das lutas; (2) Afirmações que podem ser consideradas agressivas ou negativas pela opinião pública, como sejam “ o código é execrável”, “governo simula debate e mente” , “até hoje tem havido um simulacro de negociação”, etc., que a mais das vezes não se explicava e nem se justificava.

A preferência de muitos jornalistas por este tipo de notícias poderá ter também como causa ou uma ideia inculcada pelas direcções dos órgãos de comunicação em que trabalham, ou constante da cultura do órgão de comunicação social sobre a CGTP, o que os levava, consciente ou inconscientemente, a procurar ou a provocar notícias com base nas perguntas que sistematicamente faziam que reforçassem tal imagem sobre a CGTP-IN, considerando tudo o que fosse diferente como “não de interesse jornalístico”. A ausência de uma estratégia de comunicação sindical clara relativamente a todo o processo do Projecto do Código do Trabalho visível, por parte da CGTP-IN, pareceu facilitar também tal actuação.

É de prever que esta orientação se acentue com o aumento do controlo dos principais órgãos de comunicação social portugueses por parte dos grandes grupos nomeadamente económicos, quer nacionais quer estrangeiros, e também como consequência do domínio de uma lógica económica orientada fundamentalmente para a maximização de lucros, que passa também por agradar o poder político dominante, e por efeito de uma globalização crescente e da necessidade de investimentos volumosos face ao rápido desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação.

Daí que seja previsível mais e maiores dificuldades a uma comunicação sindical verdadeira, dificuldades essas que serão tanto maiores quanto maior for a dependência em relação aos órgãos de comunicação social para retransmitir a mensagem sindical destinada aos trabalhadores.

Por outro lado, este previsível aumento do controlo dos órgãos de comunicação por parte dos grandes grupos económicos e políticos dominantes criará exigências crescentes a nível de estratégia de comunicação sindical que não se compadece também com o carácter artesanal que parece ainda caracterizar a situação neste campo.

No entanto, apesar de todos estes factores negativos, os media continuarão a ocupar um lugar importante e mesmo insubstituível na retransmissão da mensagem sindical, na criação do edifício de sentido e de notoriedade das associações sindicais, que interessa gerir com grande conhecimento e profissionalismo a fim de evitar que a mensagem sindical, bem como o nome das próprias associações sindicais, em lugar de serem um instrumento de transformação, acabem por ser utilizados como instrumentos simbólicos de consolidação da ordem estabelecida.

Com base na investigação realizada, assim como nas diferentes teorias de comunicação estudadas, apresentam-se seguidamente doze propostas para reflexão e eventual debate, visando aumentar a eficácia da comunicação sindical,:

1. O estudo dos efeitos da comunicação sindical em cada um dos segmentos de destinatários (dirigentes sindicais a tempo completo, dirigentes e quadros sindicais a “part-time”, trabalhadores sindicalizados, trabalhadores não sindicalizados, órgãos de comunicação social, etc.), devia constituir um objectivo importante do trabalho sindical neste campo, a realizar de acordo com princípios científicos (o que nunca foi feito), pois permitiria, por um lado, substituir ideias feitas mas sem qualquer consistência científica por um maior conhecimento da realidade e, por outro lado, com base no conhecimento assim obtido, corrigir gradualmente as deficiências existentes neste campo e os erros cometidos. O estudo realizado com base numa amostra reduzida nesta investigação permitiu já identificar problemas importantes a nível da comunicação sindical que necessitam de ser aprofundados.
2. A comunicação sindical devia ser uma comunicação a que chamamos neste estudo “democrática”⁵², ou seja, explicativa e formativa, fornecendo a informação necessária para que o receptor pudesse chegar às conclusões que são apresentadas, pois desta forma aumentaria a sua segurança no contacto e na informação aos trabalhadores (no caso de serem dirigentes e quadros sindicais), bem como ficaria defendido contra eventuais manipulações da informação pelos media e por outros meios de comunicação. E isto também porque o discurso sindical devia-se diferenciar daquilo que Emília Ribeiro chama “produção discursiva da relação de dominação entre grupos”, ou seja, de “relações de desigualdade”⁵³ entre o falante e os ouvintes, entre o emissor e os receptores (um discurso que contém relações de desigualdade entre o emissor e os receptores, cria desigualdades simbólicas que acabam por reforçar as desigualdades sociais existentes).
3. A comunicação sindical, devia sempre orientar-se por rigorosos princípios éticos, pois é nisso que terá de construir a diferença relativamente à informação dominante; devia evitar recorrer àquilo que Philippe Breton chama “argumentação orientada (amplificar certos aspectos e minimizar outros)”, e nunca devia utilizar a “argumentação manipulada ou propaganda (mensagem intencionalmente deformada acompanhada de uma intensa coerção psicológica ou física)”, nem a “argumentação desviada (conscientemente mentirosa e enganadora)”⁵⁴. O termo “propaganda” é, para utilizar conceitos daquele autor, uma “palavra-veneno” portanto com um profundo simbolismo negativo na sociedade actual, por isso nunca devia ser utilizado, a nosso ver, para definir a comunicação sindical sob pena de assim se darem argumentos aos detractores das associações sindicais.
4. O previsível aumento do controlo dos media pelo poder económico e político aumenta o papel insubstituível da imprensa sindical (inclui não só jornais sindicais, mas também comunicados, desdobráveis, boletins, cartazes, etc.) e a necessidade de aumentar a sua qualidade, adaptando-a às efectivas necessidades dos diferentes destinatários o que pressupõe que ela se apoie cada vez mais quer nas ciências da comunicação quer no estudo dos destinatários e dos efeitos da imprensa sindical. A valorização e o aumento da qualidade da imprensa sindical em sentido amplo é fundamental para que a comunicação sindical não fique demasiadamente dependente dos media sujeitos (pelo menos, os mais importantes) ao controlo crescente do poder económico e político.
5. Os dirigentes e nomeadamente os quadros sindicais que estão nas empresas têm um papel chave e insubstituível na comunicação sindical. Como realçam diversas teorias de comunicação, “as ideias fluem muitas vezes da rádio e da imprensa para os líderes de opinião e destes para os sectores menos activos da população” e “existem circunstâncias onde a influência interpessoal pode ser mais forte que os media (a

⁵² Neste estudo entende-se por “comunicação democrática” uma comunicação em que o emissor fornece ao receptor a informação que utilizou para chegar às conclusões que apresenta, permitindo também ao receptor controlar e eventualmente corrigir essas conclusões, e desenvolvendo nele o espírito crítico que o defenda de informação manipulada divulgada pelos media

⁵³ Análise Crítica do discurso, pp. 23 e 26

⁵⁴ Sociologia da comunicação, pp. 214 e 215

destituição do Xá do Irão parece oferecer um caso bem documentado sobre este ponto⁵⁵).

6. Os dirigentes que vão frequentemente às empresas assim como os quadros sindicais de empresa podem ter um papel relevante não só numa adequada descodificação e interpretação das mensagens divulgadas diariamente pelos media dirigidas também aos trabalhadores, mas também como meios privilegiados de retransmissão da mensagem sindical (nos dois sentidos). No entanto, para que possam assumir essa importante função é necessário desenvolver um esforço intenso, bem planeado e executado, visando aumentar os seus conhecimentos e competências neste campo, dando-lhes uma formação permanente (uma falha grave actual cujas consequências negativas são bem visíveis), fornecendo materiais escritos de apoio adequados (muito concretos e pouco genéricos, como ficou claro das entrevistas realizadas a dirigentes sindicais), criando e consolidando uma rede constante e rápida de informação em que a Internet devia ter um papel fundamental. A mudança verificada no campo do direito do trabalho, introduzida pela publicação do Código do Trabalho e da Lei que o regulamenta, veio tornar mais necessário e urgente tal esforço, já que a experiência acumulada ao longo de muitos anos pelos quadros sindicais neste campo encontra-se consideravelmente fragilizada. A publicação de uma revista periódica dirigida essencialmente a eles, visando apoiar estes quadros em termos de informação e formação (muito concreta e pouco generalista, como é habitual), poderia preencher uma importante lacuna existente.
7. A definição de objectivos e de uma estratégia clara em termos comunicacionais para cada fase da acção sindical é crucial. É uma cultura que importa criar rapidamente no seio do MSU. E isto porque o estudo empírico que se realizou da mensagem sindical retransmitida pelos grandes órgãos de comunicação social nacional, quer escrita quer televisiva, também revelou, a nosso ver, uma insuficiente preparação dos intervenientes sindicais para lidar com os media e, nomeadamente, para enfrentar o controlo a que estes estão sujeitos, assim como as apertadas regras de interesses de classe que os regem. A maioria das intervenções não foram previamente nem pensadas nem planeadas, não tendo sido estabelecidos nem uma estratégia consistente nem objectivos claros para a comunicação sindical desse período. A análise feita mostrou que se verificou uma grande dissonância entre o conteúdo das intervenções e as razões essenciais que levaram a CGTP a considerar inaceitável o Projecto do Código do Trabalho.
8. O aumento do conhecimento e mesmo a criação de uma cultura na área da comunicação no seio do Movimento Sindical Unitário é fundamental no actual contexto. Assim, como já sucede em outras áreas, a preparação prévia e não limitada apenas a quadros sindicais mas que inclua também especialistas de comunicação, o estudo dos problemas existentes, a definição clara de objectivos assim como de uma estratégia para os alcançar, deve ser uma preocupação constante, acompanhada depois pela análise objectiva e desapaixonada das intervenções feitas visando eliminar eventuais erros e as deficiências verificadas. O improviso, a falta de estudo e de preparação paga-se caro em termos de comunicação tenha-se ou não consciência disso. E neste campo os falsos elogios são extremamente perigosos porque perpetuam erros e deficiências.
9. É necessário que se faça a distinção clara entre credibilidade social e credibilidade técnico-científica. No confronto ideológico que tem lugar a nível dos media, a credibilidade da fonte emissora, como referem várias teorias de comunicação, é vital para que a mensagem emitida tenha credibilidade junto dos receptores, e seja aceite por estes. Neste campo, interessa distinguir, pelo menos, dois tipos de credibilidade, a

⁵⁵ Teoria da Comunicação de Massas, pp. 449 e 450

saber: - a credibilidade social e a credibilidade técnico-científica. A primeira – a credibilidade social – a CGTP possui-a em elevado grau fruto de um património de luta por elevados valores sociais. A credibilidade técnico – científica é assumida no mundo actual pelas organizações ou especialistas de cada área (“existe o poder dos especialistas, que opera onde se atribui um conhecimento superior à fonte ou ao emissor por parte do receptor”⁵⁶). Sabendo isso e reconhecendo a sua importância, o próprio poder político dominante, normalmente recorre à opinião de especialistas, cuja competência de muitos deles não é um facto pacífico, para tornar as suas posições mais credíveis e aceitáveis pela opinião pública. Isso funciona, e tem efeitos em termos de comunicação. Serve de exemplo, as aparições regulares do governador do Banco de Portugal a defender políticas, por vezes ainda mais duras em termos sociais do que as do próprio governo, assim como as intervenções periódicas de ex-governantes ou de docentes universitários que normalmente defendem posições quase sempre coincidentes ou próximas das do poder dominante. A economia, como as demais ciências sociais, não está acima dos interesses de classes que continuam a dividir a sociedade actual. Assim, um economista que defenda o chamado défice orçamental igual zero ou tendencialmente para zero, como consta do Pacto de Estabilidade, ou ainda o “choque fiscal”, para assim atrair, por ex., o investimento estrangeiro, naturalmente defenderá políticas económicas, fiscais e sociais radicalmente diferentes daquele que considere que o desenvolvimento económico e social é prioritário, e que a economia deverá servir as pessoas e não o inverso. A eficácia da comunicação sindical certamente aumentaria se as posições da CGTP –IN fossem apoiadas não apenas pela sua credibilidade social mas também por uma credibilidade técnico-científica real, nomeadamente em relação ao direito, à economia, à produtividade e competitividade, à inovação e às novas tecnologias, etc., credibilidade essa autónoma, portanto não diluída na CGTP-IN, devendo as correspondentes posições serem defendidas publicamente por quem possui esses saberes técnico-científicos e, por isso, possui o conhecimento e o domínio suficiente para explicar e defender posições de uma forma convincente. A confusão que por vezes se verifica, no seio do MSU, entre credibilidade social e credibilidade técnico-científica e a tentativa que por vezes se observa de quadros sindicais assumirem no espaço público funções técnico-científicas mesmo quando não possuem tais competências⁵⁷ é, a nosso ver, prejudicial para a CGTP em termos de eficácia comunicativa, pois é evidente a falta de preparação para qualquer observador externo que domine minimamente as matérias tratadas.

10. É necessário definir com clareza objectivos adequados, em termos comunicacionais para os media, para a imprensa sindical e para a “fala sindical”⁵⁸, pois eles são diferentes. E isto porque qualquer um destes meios de transmissão da mensagem sindical são fundamentais na sociedade actual, mas os objectivos e os conteúdos para cada um deles não podem ser os mesmos, tendo em conta as suas próprias características e os públicos a que se destinam. Confundi-los e pensar que os objectivos são iguais e os conteúdos podem ser os mesmos, como muitas vezes sucede, reduz consideravelmente a eficácia da comunicação sindical.
11. No contacto com o jornalista, o quadro sindical deve ser não só uma fonte de informação credível, mas também ter uma importante função pedagógica, fornecendo a informação de uma forma planeada, não enchendo o jornalista de informação inútil ou que ele não possa absorver ou tratar, chamando a atenção para os pontos mais importantes ou para os aspectos mais lesivos para os trabalhadores, e estando disponível para prestar os esclarecimentos necessários. A falta de disponibilidade ou a falta de domínio da matéria por quem contacta os jornalistas constitui um aspecto

⁵⁶ Teoria da Comunicação de Massas, p. 439

⁵⁷ Quando possuem essas competências técnico-científicas, é evidente que a observação anterior já não se aplica

⁵⁸ Neste estudo entendemos por “fala sindical” as intervenções orais dos dirigentes e quadros sindicais, nomeadamente junto dos trabalhadores a nível das empresas

negativo importante. É preciso nunca esquecer a pressão a que estão sujeitos os jornalistas, a falta de especialização da maioria deles relativamente às matérias que têm de tratar, assim como a pirâmide invertida que define o interesse jornalístico de uma notícia que vigora em muitas redacções mesmo nas de serviço público, a qual assenta na correlação positiva entre interesse jornalístico da notícia e posição que ocupa a fonte na cadeia do poder económico e político (quanto mais elevada é a posição da fonte na hierarquia do poder económico e político dominante maior é o interesse jornalístico da notícia).

12. A análise do discurso sindical do 1º de Maio referente ao período 1996-2004 assim como o relativo ao Projecto do Código do Trabalho mostrou que é um discurso de mudança, mas de mudança entendida como melhoramento da sociedade actual, e não de mudança no sentido de transformação profunda dessa mesma sociedade. Para além disso, o discurso sindical é um discurso de poder, que pretende ser eficaz, e para isso utiliza práticas discursivas comuns à de outros discursos. Mas para não se confundir com outros “discursos de mudança”, tem necessidade de combinar, de uma forma criativa, reivindicações de melhorias imediatas da situação dos trabalhadores na sociedade actual com uma visão estratégica de alteração profunda desta mesma sociedade, o que envolve alterações profundas não só a nível do poder político (presente no discurso sindical, na forma como é abordada a questão do governo) mas fundamentalmente do poder económico dominante (em grande parte ausente no discurso sindical), poder este que foi profundamente abalado nos primeiros anos depois do 25 de Abril mas que recuperou e consolidou posições a partir da década de 80 com a intensificação das privatizações. Seria, a nosso ver, também uma forma de aumentar a eficácia do discurso sindical, porque tornava-o diferente dos outros “discursos de mudanças”, não criando falsas expectativas a nível dos destinatários (mudança do governo determinaria resolução dos problemas) que depois se traduzem em grandes desilusões (mudança do governo e os problemas mantêm-se), acabando também por afectar, pela negativa, o discurso sindical.

O DIAGRAMA EM “ V ” DA INVESTIGAÇÃO

DIAGRAMA EM “V” DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL

TEORIAS/PRINCÍPIOS /CONCEITOS

TEORIAS

- a) Teorias de comunicação
- b) Teorias da argumentação
- c) Práticas Discursivas
- d) Teoria da representação do “eu” no quotidiano

PRINCIPIOS

Uma comunicação sindical eficaz e válida não pode ser propaganda (argumentação manipulada) nem argumentação enganosa

CONCEITOS

Enunciador
Coenunciador
Gatekeeper
Agenda settings
Criação de sentido
Representações do direito

QUESTÃO CENTRAL (Pergunta que a investigação procura responder)

QUAL É A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL DA DA CGTP-IN NOS DESTINATÁRIOS INTER-MÉDIOS ?

ACONTECIMENTOS QUE SERÃO OBJECTO DE ESTUDO

- 1- Discursos do 1º de Maio da CGTP
- 2- Notícias publicadas por 10 jornais e semanários e pelos 4 canais de TV sobre o Projecto de Código
- 3- Inquéritos e entrevistas com o objectivo de recolher dados sobre os efeitos da mensagem sindical da CGTP-IN sobre o Projecto

JUÍZOS/TRANSFORMAÇÕES/REGISTOS

JUÍZOS DE VALOR

Grande importância dos media
Grande importância da imprensa sindical (actualizada) e da fala sindical

JUÍZOS COGNITIVOS

O discurso sindical do 1º de Maio da CGTP é fundamentação um discurso de melhoria e não de transformação. Verificou-se uma diferença de tratamento da mensagem da CGTP pela comunicação social em relação aos outros intervenientes

TRANSFORMAÇÕES

Quadros com resultado dos discursos do 1º de Maio de sete anos
Quadros com os resultados da análise das notícias sobre o Código publicadas em 10 jornais e dos 5 canais de TV
Quadros com os resultados dos inquéritos

REGISTOS

Resultados da análise do discurso do 1º de Maio da CGTP-IN
Resultados da análise quantitativa e qualitativa de notícias sobre o Código de Trabalho publicadas 2º semestre de 2003 em 10 jornais e semanários e transmitidas pelos 5 canais de TV
Quadros com os resultados dos Inquéritos realizados

BIBLIOGRAFIA

- AMOSSY, Ruth – L'argumentation dans le discours – Nathan Université , Paris, 200
- AUBENAS, Florence; BENASAYAG, Miguel – A fabricação da informação – Campo das Letras, Porto, 2002
- BARDIN; Laurence – Análise de conteúdo – Edições 70 1977
- BASTOS; Helder – Jornalismo electrónico – Minerva, Coimbra, 2000
- BELL; Judith – Como realizar um projecto de investigação – Gradiva, Lisboa, 1997
- BERLO, David K. – O Processo da Comunicação – Introdução à Teoria e à Prática – Martins Fontes Editora Lda., S. Paulo, Brasil, 2003
- BRETON, Philippe; PROUX, Serge – Sociologia da Comunicação, Edições Loyola, S. Paulo, Brasil, 2002
- BRETON, Philippe – A Palavra Manipulada, Editora Caminho, Lisboa, 2001
- BRETON, Philippe; GAUTHER, Gilles – História das Teorias da Argumentação – Editorial Bizâncio, Lisboa, 2001
- BARTHES, Roland – A Aventura Semiológica – Edições 70, Lisboa
- CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João; MONTE_PEGADO, Tiago - Os Cidadãos e a Sociedade de Informação – INCM, Lisboa, 2000
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro – Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem – Universidade Aberta, Lisboa, 1998
- CASCARDI, A.; HINTIKKA, J.; PORCHAT, O.; TOULMIN, S. – Retórica e Comunicação – Edições ASA, PORTO, 1994
- CASTELLS, Manuel – A Sociedade em Rede -Volume I – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002
- CALVET, Louis-Jean – La production revolutionnaire – Payot, Paris, 1976
- CHOMSKY, Noam – Duas horas de lucidez – Editorial Inquérito, Lisboa, 2002
- CORREIA; Fernando – Os Jornalistas e as Noticias – Caminho, Lisboa, 1997
- CORREIA, Fernando – O Jornalismo e Sociedade – Avante, Lisboa, Fevereiro de 2000
- CORREIA, Manuel – Actividades e activistas sindicais: as mediações das imagens, Revista VÉRTICE, Julho-Agosto 2003
- COUTINHO, Maria Antónia – Texto(s) e competência Textual - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003
- GOFFMAN, Erving – A Apresentação do eu na vida de todos os dias – Relógio D'Água, Lisboa, 1993
- GUIBENTIF, Pierre – Comunicação social e representações do crime – CEJ-, Lisboa, 2002
- FERIN, Isabel – Comunicação e culturas do quotidiano – Quimera Editores, 2002
- FISKE, John – Introdução ao estudo da comunicação - Edições ASA, Porto, 2001
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew – Investigação por Questionário – Edições Sílabo, Lisboa, 2000
- LÓPEZ, Gabriel Galdón. Desinformação e os limites da Informação , Folhas e Letras Editores, Lisboa, 2003

- MAINTEGUENEAU, Dominique – Análise de Textos de Comunicação – Cortez Editora, S. Paulo, 2002
- McQUAIL, Denis – Teoria da Comunicação de Massas – Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 2003
- MIRANDA, José A. Bragança; SILVEIRA, Joel Frederico – As Ciências da Comunicação na viragem do século - Veja Editora, Lisboa,
- PEDRO, Emília Ribeiro – Análise Crítica do Discurso – Editorial Caminho, Lisboa, 1997
- QUIVY, Raymond – Manual de Investigação em Ciências Sociais –Gradiva, Lisboa, 1998
- RAMONET, Ignacio – Propagandas silenciosas – Campo das Letras, Porto, 2001
- RAMONET, Ignacio – A Tirania da Comunicação – Campos das Letras, Porto, 2000
- REBELO, José – O Discurso do Jornal – Editorial Notícias, Lisboa, 2000
- REBELO, José – Formas de Legitimação do poder no Salazarismo- Livros e Leituras, Lisboa, 1998
- RUFFIN; François- Les petits soldats du journalisme- Editions des Arènes, Paris, 2003
- SAPERA, Enric- Os Efeitos cognitivos da comunicação de massas, Edições Asa, Porto, 2000
- SANTANA; Vera – Discurso sindical. Uma análise de imprensa : “O ALAVANCA” , SICT, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986
- SILVA, Augusto Santos ; PINTO, José Madureira – Metodologia das Ciências Sociais - Edições Afrontamento, Porto, 2001
- SILVA, Elsa Costa e – Os donos da notícia – Concentração da propriedade dos Media em Portugal – Porto Editora, Porto, 2004
- SOUCHARD, Maryse; WAHNICH, Stéphane; CUMINAL, Isabelle; WATHIER, Virginie – Le Pen - Les mots – Le Monde Éditions, Paris, 1997
- WOLF, Mauro - Teorias da Comunicação – Editorial Presença, Lisboa, 2002
- WOLTON, Dominique – Elogio do Grande Público - Edições ASA, Lisboa
- WOODROW, Alain- Informação, Manipulação – Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996
- WATZLAWICK, Paul – A Realidade é Real –Relógio D´Água, Lisboa
- WATZLAWICK, Paul – L´Invention de la réalité , Editions du Sueil, Paris, 1988
- Vários- A comunicação no quotidiano português, Colectânea de comunicações apresentadas nas I,II,III Jornadas de Comunicação do CES/ISCTE, Relógio de Água Editores, Lisboa, 1984
- VOLKOF, Vladimir – Pequena História da Desinformação – Editorial Notícias, Lisboa, 2000